

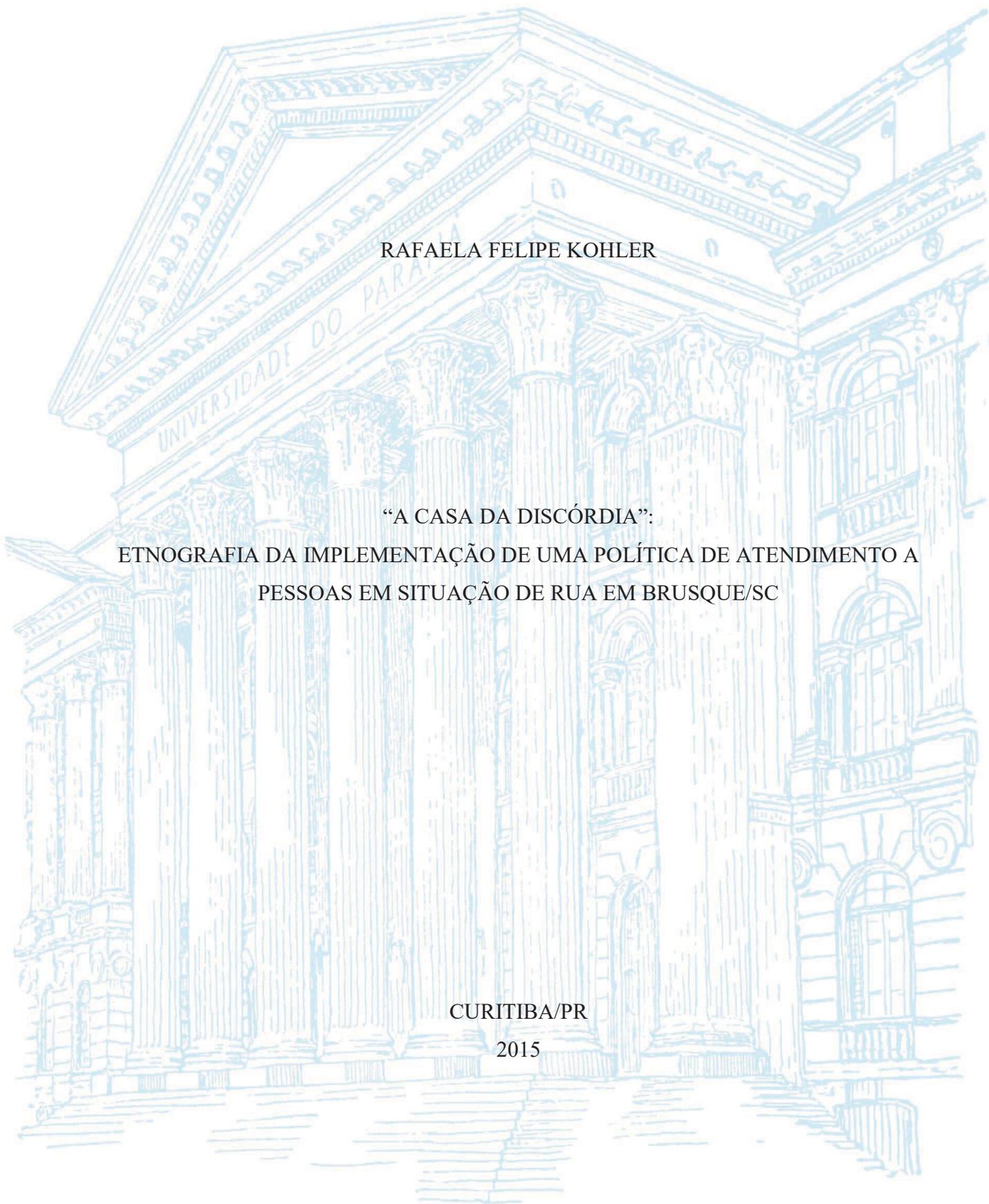
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RAFAELA FELIPE KOHLER

“A CASA DA DISCÓRDIA”:
ETNOGRAFIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ATENDIMENTO A
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM BRUSQUE/SC

CURITIBA/PR

2015



RAFAELA FELIPE KOHLER

“A CASA DA DISCÓRDIA”:
ETNOGRAFIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ATENDIMENTO A
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM BRUSQUE/SC

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Dr^a Ciméa Barbato Bevilaqua

CURITIBA/PR

2015

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Kohler, Rafaela Felipe

"A casa da discórdia" : etnografia da implementação de uma política de atendimento a pessoas em situação de rua em Brusque/SC. / Rafaela Felipe Kohler. – Curitiba, 2015.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia.

Orientadora: Profª. Drª. Cimea Barbato Bevilaqua.

1. Pessoas desabrigadas – Assistência em instituições. 2. Albergues para desabrigados. 3. Antropologia. I. Bevilaqua, Cimea Barbato, 1965-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
RUA GENERAL CARNEIRO, 460 / 6º ANDAR
CEP 80060-150 - CURITIBA- PR
Telefone (41) 3360-5272

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Paraná (PPGA) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Rafaela Felipe Kohler**, intitulada: "A CASA DA DISCÓRDIA: ETNOGRAFIA DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE ATENDIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM BRUSQUE/SC" após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em Antropologia Social**.

Considerações adicionais da Banca Examinadora:

A banca destaca o denso trabalho etnográfico que embasa a dissertação.

Curitiba, 13 de novembro de 2015.

Profa. Dra. Ciméa Barbato Bevilaqua
Orientadora

Prof. Dr. Alexandre Barbosa Pereira
1º Examinador

Profa. Dra. Eva Lenita Scheliga
2ª Examinadora

*Em memória de Bibi, Bruno, Emerson e Tiago –
moradores do abrigo que faleceram durante o
período da pesquisa.*

AGRADECIMENTOS

A realização desse trabalho contou com muitas pessoas que me ensinaram mais do que eu sou capaz de traduzir em palavras. Mas, tentarei.

Agradeço aos homens e às mulheres que foram residentes do abrigo institucional de Brusque e me ensinaram sobre a vida mais do que qualquer formação ou diploma podem oferecer - por me deixarem participar brevemente das suas experiências; E mais do que isso, me ensinaram sobre sentimentos como amizade, ternura, preocupação, compreensão e, infelizmente, medo, além de muitos outros.

Agradeço às funcionárias e aos funcionários da Secretaria de Assistência Social de Brusque/SC que permitiram a minha pesquisa, presença e interferência nos seus trabalhos. Essa pesquisa não teria sido possível sem a boa vontade de vocês.

Agradeço aos colegas do PPGA/UFPR, o encontro e aprendizado compartilhado nestes anos, principalmente por terem feito dos momentos difíceis, possibilidades frutíferas de amadurecimento e diversão. Em especial aos que ingressaram no mestrado junto comigo no ano de 2013: Ana Paula, Bárbara, Camila, Dandara, Edmar, Gustavo, Jaqueline, Jefferson, Kamylla, Lauri, Magda, Patrick, Rafael, Sady e Vitor. E aos membros do grupo de pesquisa Núcleo de Antropologia da Política, do Estado e das Relações de Mercado que contribuíram muito com o processo na discussão e desenvolvimento de suas pesquisas.

Agradeço imensamente à orientadora Prof^a Ciméa, a sua dedicação, sensibilidade, direcionamento, apoio e críticas; tudo isso – e mais – foi fundamental para que essa dissertação tomasse forma.

Agradeço às preciosas sugestões da Prof^a Eva Lenita Scheliga e do Prof. Miguel Alfredo Carid Naveira quando da leitura de parte desse trabalho na banca de qualificação. E ao Prof. Alexandre Barbosa Pereira e a Prof^a Eva Lenita Scheliga por aceitarem participar da banca de defesa.

Agradeço ao Prof. João Rickli pelo aprendizado partilhado durante o estágio docente, às turmas da graduação em Ciências Sociais que cursaram a disciplina de Práticas Etnográficas e à parceira Laís Cândida Ferreira pelo exercício e aflição conjunta dessa arte.

Agradeço a todos: professoras e professores, funcionários e funcionárias do PPGA/UFPR que fazem a engrenagem funcionar.

Agradeço às amigas e aos amigos a paciência pelas ausências e pelos muitos momentos em que eu queria ou só falar sobre o assunto ou só fugir dele. Em especial: Douglas, Tamajara, Victor, Mayara, Ederson, Alisson, Gislaine, Márcia, Magda, Fran, Laís e Tomás. E meu muito, mas muito obrigada ao apoio, participação, acompanhamento de tudo isso à Camila Balsa – madrinha “dessa filha”.

Agradeço demais a disponibilidade, leituras e ouvidos cuidadosos, incentivos e sugestões de Victor Caglioni, Tamajara Silva, Márcia Cardeal, Douglas Leoni, Robson Beoting, Cintia Cardoso e a pequena-grande Laís Cardoso Beoting.

Agradeço à Dayana Zdebsky de Cordova pelo auxílio e incentivos na confecção do projeto de pesquisa que fez o ingresso neste mestrado ser possível.

Agradeço a minha família a vida e a possibilidade de tornar meus sonhos possíveis. E à Mafalda que me adotou como sua humana de estimação e a sua excelência em ronronterapia.

E, por fim, agradeço à CAPES, a concessão de bolsa de estudo, que tornou possíveis esses agradecimentos.

Agradeço às muitas pessoas que não foram mencionadas, mas que direta ou indiretamente participaram dessa trajetória. A todas e a todos: o meu mais sincero “muito obrigada”. Vocês são incríveis e eu, privilegiada!

RESUMO

O presente trabalho visa descrever, através da etnografia do processo, a implementação do abrigo institucional de Brusque/SC, atendimento previsto pela Política Nacional de Assistência Social para atender a população em situação de rua, assim como a refração de conflitos que surgiram e se propagaram em diferentes planos em uma efetivação particularmente conflituosa. Ao mesmo tempo, como o processo de visibilidade dos “moradores de rua”, decorrente da implantação de uma política pública especializada, provocou a produção específica de um perfil dessa alteridade descolado de maiores percepções conjunturais ou possibilidades do atendimento preconizado. A efetivação do serviço – investido de diversas expectativas – mostrou que a equação era ainda mais complexa, pois impunha uma série de revisões que diziam respeito especialmente às necessidades e usos feitos. Mas, também decorrentes da convivência de diferentes estratos sociais e perspectivas, que colocava gestores e servidores de um lado e usuários de outro, estando no primeiro polo a capacidade de decisão frente à suposta inabilidade social do segundo.

Palavras-chave: Abrigo institucional; Política Nacional de Assistência Social; pessoas em situação de rua; Antropologia.

ABSTRACT

The present study intends to describe, through the ethnography of the process, the implementation of institutional shelter in Brusque/SC, fixed service to supply the homeless by the National Policy of Social Assistance. As well as the refractive conflicts that arose and spread in different planes in a particularly confrontational enforcement. At the same time, as the process of visibility of the "homeless" to do by the implementation of a specialized public policy led to the production of a specific profile. The achievement of the service – invested with different expectations – showed that the equation was further complicated because it imposed a series of reviews which related specifically to the needs and uses made. But also resulting from the coexistence of different social stratum and perspectives that put managers and public servers on the one hand, and users on the other, with the first pole ahead of decision making to the supposed social inability of the second.

Keywords: Institutional shelter; National Policy of Social Assistance; homeless; Anthropology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

FIGURA 1 – VISTA DA REGIÃO CENTRAL DE BRUSQUE/SC	13
FIGURA 2 – O ABRIGO INSTITUCIONAL	19
FIGURA 3 – PROTESTO EM FRENTE AO IMÓVEL DESTINADO À CASA DE PASSAGEM	41
TABELA 1 – CADASTRO HABITACIONAL 2009 ATÉ 2013	71
FIGURA 4 – ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRUSQUE	72

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. PRIMEIRA VISITA E NEGOCIAÇÕES PARA A PESQUISA	15
1.2. ORGANIZAÇÃO DO TEXTO	25
2. CAPÍTULO 1. ANÚNCIOS DO PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CASA DE PASSAGEM	28
2.1. LANÇAMENTO OFICIAL	34
2.2. REPERCUSSÃO NA IMPRENSA	37
2.3. A CASA DE PASSAGEM NA CÂMARA DE VEREADORES	43
CAPÍTULO 2. A CASA DE PASSAGEM COMO INICIATIVA LOCAL E COMO POLÍTICA NACIONAL	54
3.1. ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	54
3.2. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	56
3.3. CASA DE PASSAGEM E ABRIGO INSTITUCIONAL: TIPIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO E NÍVEIS DE GESTÃO DO SUAS	63
3.4. LEI MUNICIPAL DE 1999 E OS PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	66
4. CAPÍTULO 3. A CASA DE PASSAGEM COMEÇA A FUNCIONAR	74
4.1. DE CASA DE PASSAGEM PARA ABRIGO INSTITUCIONAL	75
4.2. APROXIMAÇÕES DO ABRIGO	77
4.3. A MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO	82
4.4. UM DIA NA ROTINA	88
5. CAPÍTULO 4. AS TRANSFORMAÇÕES NO ATENDIMENTO DO ABRIGO	103
5.1. PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA: A CONSOLIDAÇÃO DAS PARCERIAS	105
5.2. O TEMA VOLTA A CÂMARA DE VEREADORES... E NOVA AUDIÊNCIA PÚBLICA	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é analisar uma *política pública* específica e delineada no plano nacional para atender à *população em situação de rua*, a partir da etnografia do processo de implementação do Abrigo Institucional de Brusque/SC, instituição responsável por sua concretização. Assim, busco apreender como incidiu localmente a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e, conseqüentemente, compreender sua cosmologia – ou seja, “a constelação de atores, práticas, significados que concorrem para a sua existência e perpetuação” (CASTRO, 2012, p. 17) em uma efetivação particularmente conflituosa.

Nesse sentido, a etnografia visa descrever a refração de conflitos que surgem e se propagam em diferentes planos, envolvendo composições rivais na política municipal (partidos, igrejas, meios de comunicação etc.), manifestações de repúdio de parcelas da população, enfrentamentos entre os servidores públicos encarregados do serviço e seus “usuários” – assim como destes entre si – decorrentes de diferentes perspectivas e, ainda, tensões entre as diretrizes estabelecidas no plano nacional e as prioridades e condições locais de atendimento – algumas das quais apontadas na sequência. Além disso, proponho-me a refletir sobre as tensões decorrentes do reconhecimento das minhas próprias percepções anteriores a respeito das *pessoas em situação de rua* e do esforço em estabelecer uma relação com elas ao longo do trabalho de campo.

No estado de Santa Catarina, Brusque está em uma região vizinha ao litoral com paisagens cobertas pela mata atlântica, em meio a uma região de vales íngremes da Serra do Mar, onde a linha do horizonte não é reta e o rio Itajaí-Mirim corta o centro da cidade. Rio que nas épocas chuvosas do ano (meses de agosto até meados de novembro) ameaça com as constantes cheias e enchentes. Rio que também trouxe os imigrantes europeus e delineou a distribuição da cidade – a geografia dita o caminho das principais ruas em meio às colinas, beirando o rio. Nas épocas mais quentes a temperatura chega aos 40° C e nas mais frias alcança 0° C ou menos.

Brusque localiza-se na mesorregião do Vale do Itajaí (com outros 53 municípios), estando a cerca de 100 quilômetros de Florianópolis – capital do estado – e com população aproximada de 125.000 habitantes (cf. BRUSQUE, 2013). A região tem este nome por compreender a área banhada pelo curso dos afluentes dos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim que se unem na cidade de Itajaí para encontrar o mar. O vale turisticamente também é chamado de

Vale Europeu, pois tem como característica marcante – e marcada – o fato de ter sido colonizado por imigrantes vindos desse continente¹.

A cidade tem a alcunha de “berço da fiação” e “cidade dos tecidos”. Seu parque industrial é diverso, indo das indústrias têxteis e confecções – que lhe renderam os títulos anteriores – produzindo linhas de cama, mesa, banho, tecidos e roupas ao setor metalmeccânico, passando pelo de serviços, os quais juntos contribuem para a cidade estar entre as 10 economias mais ativas do estado e ter 95% de habitantes em área urbana.

Há mais de 150 anos, os imigrantes vinham em busca de melhores condições de vida, e, passados anos, a região continua recebendo uma vasta quantidade de novos moradores em decorrência do seu parque fabril e oferta de empregos. Segundo dados do IBGE (2013), nas últimas décadas a população de Brusque quase quadruplicou seu número, passando de 35.200 pessoas em 1970 para 109.950 pessoas no ano de 2012, chegando em 2015 com um número estimado de 128.297 habitantes (BRUSQUE, 2013). No último censo, no ano de 2010, de uma população total de 105.503 habitantes, 50.869 não eram naturais da cidade (IBGE, 2013).

No centro da cidade está uma das regiões comerciais mais movimentadas com destaque para as igrejas católica e luterana, bancos, centros empresariais, escolas, lojas diversificadas, supermercados, serviços públicos dividindo espaço com prédios residenciais, casas e intenso fluxo de carros. Não há muitas construções antigas, pois constantemente dão lugar a novos prédios e centros empresariais.

¹ Em 1860 foi fundada a colônia, em 1881 alcançou o status de município emancipado com habitantes de origem alemã, austríaca, italiana e de outras nacionalidades. A colônia se desenvolveu rapidamente, recebendo constantemente mais imigrantes que auxiliavam na construção das estradas, casas, igrejas. A área foi se adensando e a cidade superando a mata. As casas se ergueram em ambos os lados da picada, margeando o rio e coincidindo numa série de lotes contínuos. A presença da capela, cemitério e uma (ou mais) casa comercial completavam o quadro. Como as casas se distribuíram ao longo de uma linha colonial transformada em estrada, a forma física da cidade é a alongada. Com o passar dos anos a lavoura deu lugar às indústrias alavancando a produção local (cf. CABRAL, 1958; SEYFERTH, 1990).

FIGURA 1 – VISTA DA REGIÃO CENTRAL DE BRUSQUE/SC



Fonte: Autoria desconhecida²

Em 2012 fui aprovada, através de processo seletivo, no mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná com o projeto “Das linhas do jornal às entrelinhas da cidade: de histórias e da história”. Nesse período, minha intenção era dar continuidade a trabalhos anteriores pensando sobre a narrativa histórica mítica de “cidade alemã” através de relatos em jornais e, além disso, pensar os arquivos históricos onde estão reunidas tais fontes. Seria um trabalho de campo no arquivo com objetivo de “bagunçar” a história objetiva, unívoca e repetida – nos eventos históricos, livros e guias turísticos –, ou seja, mostrar, de alguma forma, que ela é construída à revelia de outras muitas.

No ano de 2013 ingressei no mestrado e com o passar das leituras, disciplinas e conversas o tema foi perdendo interesse e outro ganhando. Acompanhava ao longe as primeiras discussões sobre a implantação da Casa de Passagem³ – também em Brusque/SC – e em alguns momentos o argumento da cidade de imigração europeia era utilizado para

² Disponível em <http://2.bp.blogspot.com/-vFWW1gvOHZ4/UCUe15zbwZI/AAAAAAAAAD04/ctBTQIuaG2I/s1600/rio_duplex_vista_03.jpg>. Acesso em 12/08/2015.

³ Categoria de atendimento prevista pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que compreende oferecer acolhimento provisório às pessoas em condição de vulnerabilidade social e que será adiante explicado.

justificar características “diferentes” em relação à população migrante de outras partes do Brasil. Passei a pensar que, talvez, estudar isso me trouxesse informações sobre essa tal “germanidade” que ao longo da pesquisa perdeu força, mas encontrei meu novo tema. E como foi discutido sobre os méritos da implantação desse equipamento assistencial no município. Afinal, o que é Casa de Passagem? Quem são as pessoas atendidas? Para que serve? Por quê?

Durante o período do anúncio do projeto, em 2013, essas perguntas eram vistas e respondidas diariamente pela imprensa, Câmara de Vereadores e nos círculos de conhecidos. Todos tinham sua opinião e expectativa quanto ao tema, quanto aos atendimentos, quanto à localização central da casa, quanto aos atendidos e aos não atendidos e seu “merecimento”. Comecei a vislumbrar meu novo projeto. Nunca havia estudado sobre *políticas públicas de assistência social*, nem sabia o que queria dizer ou se dizia algo, efetivamente. Assim, comecei meu “tateio desajeitado” (GEERTZ, 1989, p.35).

O partido político da então gestão da prefeitura era o Partido dos Trabalhadores (PT), estando no seu segundo mandato. Tenho alguns amigos no partido e entrei em contato com um deles para verificar a possibilidade de fazer meu trabalho sobre a Casa⁴. Em maio de 2013, quando se falava sobre o anúncio, sondei com Anderson⁵ sobre minha iniciativa e ele sinalizou de maneira positiva mostrando-se disposto a intermediar o meu acesso – eu tinha conhecimento de que ele trabalhava na Secretaria de Assistência Social, mas não sabia exatamente o cargo que ocupava. Ele, na ocasião, me passou algumas informações sobre os anúncios feitos pelo Prefeito e Secretaria de Assistência Social, o dado histórico de uma lei municipal anterior de atendimento às pessoas “sem destino” e que a previsão de abertura do novo atendimento era para dali a alguns meses.

A previsão, segundo o cronograma estipulado, não se efetivou, e, somente depois de mais alguns meses, em meados de setembro de 2013, o atendimento foi iniciado. Então, no início de 2014, recorri ao Anderson novamente para intermediar o agendamento de uma visita para que eu pudesse conhecer e conversar com as pessoas responsáveis pela Casa de Passagem. Após alguma insistência, a visita foi marcada, mas logo desmarcada por conta de outros compromissos. Mais algum tempo passou e no fim do mês de março de 2014, ele me passou o contato direto de Mariana, pessoa responsável pela coordenação do serviço, que já estava ciente do assunto e do meu interesse de pesquisa.

⁴ Os termos Casa e abrigo são usados como sinônimos, porque assim ocorre usualmente na linguagem regional.

⁵ Os nomes citados são fictícios com intuito de preservar suas identidades.

Entrei em contato com Mariana por telefone e a indaguei sobre como poderia fazer para conhecer a casa, ao que me informou que não havia nenhum “procedimento formal”, bastaria eu ir até lá e manifestar minha vontade, caso ela não estivesse, outro dos funcionários iria me atender, sem necessidade de agendamento. E, por fim, disse que eu talvez não estivesse lembrada, mas que “ela me conhecia” – o que me surpreendeu e ao mesmo tempo me deixou mais confortável. Disse que iria para lá naquele mesmo dia, mas, ao chegar e não encontrá-la, foi necessário passar pela sua autorização.

Nunca fui vinculada ao PT, contudo pela proximidade a algumas pessoas que estavam nele, participei de eventos e discussões, então já tinham “me visto” e era tida como “simpatizante”.

1.1. PRIMEIRA VISITA E NEGOCIAÇÕES PARA A PESQUISA

No final da tarde de um dia quente e ensolarado de março de 2014, cheguei para a primeira visita ao abrigo, depois de contato telefônico prévio. Estacionei o carro em frente à casa e fui até a porta – uma porta de vidro –, tentei abrir, mas estava trancada. Logo, um homem sentado em uma escrivaninha na recepção me avistou e se levantou para abri-la, meio desconfiado. Perguntei por Mariana e ele me informou que já havia saído naquele dia. Então, resolvi arriscar e me apresentei, falei sobre a minha pesquisa e que gostaria de conhecer a casa. Não muito convencido, o homem disse ser necessário verificar, então ligou para Mariana perguntando se poderia me mostrar – contrariando a informação inicial de que não era necessária nenhuma formalidade.

Enquanto a ligação perdurava, aguardei de pé observando os cartazes afixados nas paredes daquela sala. Dois deles indicavam o funcionamento regular autorizado pela própria Prefeitura – os alvarás –, outro indicava os horários de entrada, de saída e das refeições. E em uma sala ao lado, com poucas luzes, havia mais um funcionário que, após o término da ligação, juntou-se a nós.

O primeiro era Francisco, trabalhava ali desde a abertura, foi contratado por processo seletivo e posteriormente efetivado com aprovação em concurso público. Antes de ocupar esse cargo trabalhou como cinegrafista e segurança privado. Jean era mais reservado – coçava a barba enquanto acompanhava a conversa –, também trabalhava desde a abertura e foi

aprovado no primeiro processo seletivo, no entanto depois desse dia não mais o vi e soube que pediu demissão.

Convidaram-me a sentar e conversamos por cerca de uma hora. Eles se surpreenderam com o meu interesse e apontaram o quão significativo era e que desconheciam se alguém já havia feito algum estudo neste sentido. Indagaram então – em tom quase provocativo – qual era a minha “opinião pessoal” a respeito da Casa de Passagem, “independente da pesquisa ou de outras questões”. Ambos esperaram ansiosos pela resposta. Em vista do meu desconforto, Jean antecipou sua própria opinião, ele achava “que pensando em termos administrativos, era contra o empreendimento”, pois “não é algo que dê retorno” – “a gente trabalha aqui, mas é difícil ver alguém sair dessa condição”, apontou. Francisco disse entender a posição do colega, mas que era mais “idealista e a favor do atendimento” prestado, porém “no dia a dia da instituição é obrigado a concordar com a posição de não dar retorno” – “já passei muita dificuldade na vida, se tivesse um local assim que tivesse me ajudado na época...”, confessou. Eu respondi que era a favor, mas o fato de tal atendimento ser necessário já, por si só, era um sinal que as coisas não estavam muito bem.

Perguntaram, então, sobre qual eu pensava ser a função do serviço. Eu fiquei um pouco constrangida com as perguntas enfáticas – em quase tom de inquérito –, eles pareciam perceber o meu mal estar e explicaram que o motivo das perguntas era que eles tinham curiosidade de saber como as pessoas viam a coisa. Retomando a questão disse que pelas leituras que vinha fazendo a proposta era “reinserção social” da pessoa que recebia o atendimento. Antes de eu poder prosseguir, eles apontaram que “a teoria é realmente esta”, contudo pelas suas experiências “é utópico pensar que somente isso irá mudar o comportamento das pessoas”, pois “a questão é bem mais complicada”.

Os dois se entreolharam e rompi o silêncio perguntando como funcionava o atendimento. Antes de responderem, Francisco me advertiu que houve uma alteração na condição da Casa de Passagem e que passou a ser Abrigo Institucional⁶ pelas especificidades da legislação. “A Casa de Passagem tem um público bem amplo e o marco bem definido da transitoriedade”, então, “no período de funcionamento não conseguiam avaliar em 48 horas”. Como “o trabalho é feito individualmente com os residentes, os atendimentos demoram bem mais”.

⁶ Neste momento não tinha ciência efetiva do que isso queria dizer.

No tempo que permaneci ali, alguns moradores da casa circularam. Um novo morador – já conhecido – retornou e teve sua bagagem revistada antes da entrada e acomodação. O vigia noturno chegou e relatou que dois dos moradores estavam ali perto em uma praça consumindo bebida alcoólica e “ficando valentes”. “Eles sabem das regras e, dependendo da situação, não vão entrar”, frisou o educador acrescentando que muitas regras eram descoladas da realidade vivida ali, “por exemplo, é proibido entrar alcoolizado, mas às vezes é preciso fazer vista grossa, se fosse obedecer todas as regras nem metade dos atendidos estariam ali”.

Jean me levou então para conhecer as instalações, todavia ponderou que estava fazendo isso porque “me conhecem”, por intermédio do Anderson e da Mariana, mas que “passar daquela porta – apontando para a porta que separava a recepção do restante da casa – só com autorização”, sendo funcionário ou morador da casa.

A Casa de Passagem estava instalada em um casarão de construção antiga – que antes funcionava como uma escola de inglês – em um grande terreno, nos moldes dos lotes coloniais⁷, com dois andares mais um porão. No primeiro, ficava a recepção, e, ao lado, o espaço do escritório com duas salas, uma com escrivania e arquivos e a outra também com escrivania e alguns sofás, salas essas de reuniões e atendimento individuais. Após a porta que dava acesso diretamente às acomodações da casa, do lado esquerdo, ficava uma sala com armários, onde estavam roupas e calçados disponíveis para doação, encaminhadas pela Prefeitura e por outras pessoas – separadas por tamanho – como também lençóis e travesseiros. Jean me apontou que todos os colchões e travesseiros eram forrados com couro para facilitar a limpeza e higienização. Indaguei ainda sobre como eram distribuídas as roupas e ele me disse que variava, algumas pessoas tinham as suas próprias, outras recebiam e as demais eram “conhecidas”, por estarem ali outras vezes, e aí os funcionários sabiam se precisariam ou não das doações ou eles mesmo pediam.

Na outra parte, daquele primeiro andar, era o que se chamava de ala feminina, um quarto com dois beliches e um berço – consideravelmente menor devido à experiência no atendimento e às estatísticas apontarem um menor uso. Adjacentes um pequeno lavabo com pia e um vaso sanitário. Subindo as escadas era a ala masculina, ocupando todo o andar

⁷ Configuração da demarcação dos terrenos no início da colonização das cidades do interior de Santa Catarina, especialmente na região do Vale do Itajaí, sua delimitação seguia o curso dos rios no padrão de lotes rurais estreitos que partiam da beira do rio ou dos caminhos paralelos aos cursos d’água e subiam aos topos dos morros (cf. LAPOLLI, 1999).

superior com quatro quartos mais outro lavabo – variando a quantidade de beliches em cada quarto, conforme o tamanho. O menor com dois e o maior com quatro beliches. Naquela segunda-feira por volta das 17 horas todos os quartos estavam desocupados.

Descemos as escadas, passamos o primeiro andar e fomos para a parte de trás da casa, onde eram os banheiros coletivos, feminino e masculino – cada qual com dois vasos sanitários e dois chuveiros –, que foram incluídos nas reformas para a abertura. A área externa era bem extensa, um pátio com brita e mais ao fundo o canil para os animais⁸. Também era possível deixar bicicleta e carrinho de reciclagem no pátio e o espaço do “fumódromo” em uma varanda externa nos fundos – era uma prática comum e constante, “fumam muito” disse Jean. Havia ainda uma horta coletiva mais ao fundo do terreno – prevista no projeto municipal de instituição do atendimento – um pouco abandonada e vizinha de uma frondosa jabuticabeira.

Na porta de saída estava uma tabela de tarefas com dias, horários e escalas da limpeza e nomes. Jean explicou que no dia a dia eram indicadas tarefas para que os internos auxiliassem na manutenção – como varrer o pátio e recolher os lixos – contudo, somente uma ajuda, o trabalho mais pesado era feito pelas agentes de serviços gerais. Alguns ajudavam outros não, mas era sempre indicado que auxiliassem. Ainda no porão, havia uma pequena lavanderia – com máquina de lavar, uma de secar e um tanque. Na lateral, uma pequena cozinha com pia, fogão e despensa de suprimentos – na porta de acesso um comunicado avisava: “entrada somente de funcionários”. Perguntei se os alimentos eram feitos ali, Jean respondeu que “não” e quanto ao acesso era porque já houve “casos desagradáveis”, neste sentido, então a restrição. As refeições preparadas ali eram somente lanches e nos fins de semana; nos dias restantes eram marmitas prontas fornecidas por uma empresa terceirizada.

Em outro ambiente do porão ficavam algumas mesas para refeições e a sala de televisão com vários sofás individuais. Próximo desta área, um quarto para pessoas com alguma necessidade especial ou que tivessem dificuldades de locomoção. Também havia uma estante de aço com alguns livros que não foi apresentada por Jean, e, quando eu disse que havia uma biblioteca, Jean riu e disse que tinham alguns livros, caso alguém tivesse interesse

⁸ Naquele momento tinham seis cachorros no canil e ao longo da minha permanência, acompanhando o atendimento, sempre havia pelo menos um ou dois. Era relativamente comum alguns dos usuários estarem acompanhados dos seus cachorros de estimação. A legislação nacional, nos seus informativos – disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – sobre os serviços destinados às pessoas em situação de rua, também prevê a adequação dos locais para “guarda de animais de estimação”, conforme a especificidade local do atendimento (BRASIL, 2011, p. 26).

em ler – a feição dele indicou que não parecia ser prática muito comum. A sala de televisão era o local onde estavam os moradores na ocasião.

Voltando do pátio para a casa, a primeira sala comportava os armários individuais, fechados, onde os usuários deviam deixar suas coisas e zelar por elas, ficando responsáveis pela chave do seu cadeado, pois a instituição não se responsabilizava por perdas e roubos – “cada um administra o que é seu”.

FIGURA 2 – O ABRIGO INSTITUCIONAL



Fonte: Site *Diplomata FM*⁹

De volta à recepção e antes de ir embora, perguntei sobre a relação com a vizinhança, Francisco afirmou que assim que abriram, eles vinham questionar sobre a necessidade do serviço neste local. Mas foram poucos casos, “falam mais pelos jornais” e me indicou o posicionamento de uma câmera em uma loja ali perto que ficava “vigiar eles”. E, sobre o trabalho, completaram que “não é fácil”, assim que começaram “estavam motivados” na proposição de alternativas para o atendimento, mas com o passar do tempo foram “se frustrando”. Eles permaneciam o dia todo ali e percebiam que, muitas vezes, suas opiniões não eram consideradas pelos coordenadores da Secretaria de Assistência Social que “vinham de vez em quando”. E, nesse sentido, achavam que o decisivo era que o “diploma deles vale mais do que o que a gente passa”.

⁹ Disponível em <<http://www.diplomatafm.com.br/portal/geral/detalhes.php?id=5555#>>. Acesso em 12/08/2015.

Nesse meu primeiro contato com os funcionários, eles me submeteram a uma espécie de “teste”, que talvez tivesse o intuito de descobrir quais eram as minhas intenções com a pesquisa, além de minha opinião sobre o serviço. No contexto dos diversos embates – descritos no primeiro capítulo – postos em torno dos: funcionamento e localização do empreendimento, meu interesse voluntário pelo seu aprofundamento, certamente, parecia suspeito. Não obstante, o que se mostrou fundamental para a autorização da pesquisa foram os contatos que, de certa forma, a intermediaram e possibilitaram o acesso e permanência.

E, ainda, algumas das tensões decorrentes da implantação foram assinaladas e surpreenderam-me, como a mudança no quesito transitoriedade – já que foi uma das questões centrais focadas no anúncio. Além de algumas diferenças aludidas entre as expectativas do projeto e a realidade, ocasionando descompassos entre “normas” e “a possibilidade de segui-las”, alguns problemas na relação de funcionários e “usuários” que materializavam dificuldades na relação, no próprio atendimento e vigilância constante à que a instituição era submetida.

Na saída desta visita, relatei que estava há algum tempo tentando agendar a ida. Eles disseram que deveria ter ido antes e que não criariam empecilhos para eu estar na casa como visitante, “fazer um churrasco” com o pessoal e estar ali. No entanto, por “questões burocráticas” deveria falar diretamente com a Secretária de Assistência Social para formalizar o trabalho.

Passado este dia, demorou cerca de dois meses para eu conseguir marcar uma reunião com a Secretária de Assistência Social. Chegada a tão esperada data, fui até a secretaria e conversei com Anderson, que então me disse ser um dos responsáveis pelo gerenciamento da Casa de Passagem, e com a secretária responsável pela Assistência Social.

Anderson, psicólogo, tinha por volta de 30 anos, seu cargo era comissionado¹⁰ e, antes de estar na prefeitura, trabalhava em outra área. A secretária era assistente social e tinha pouco menos de 40 anos, assumiu a secretaria no ano de 2014; com o decorrer da implantação da Casa de Passagem e antes de estar à frente da secretaria, era coordenadora da área de Alta Complexidade (cargo de Anderson). Ambos eram vinculados ao PT e suas admissões como funcionários se deram em 2009, ano que o partido assumiu a prefeitura para seu primeiro mandato.

¹⁰ Cargos nomeados sem necessidade de concurso público.

Na reunião apresentei brevemente minha intenção de pesquisa em relação à Casa de Passagem e mencionei a importância de poder compreender o processo em curso e concreto de sua efetivação, tendo em vista a previsão específica na legislação no que diz respeito ao atendimento pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS)¹¹. Ao falar da PNAS, a Secretária comentou que tinham ciência do que postulava, todavia na cidade procuravam ter em mente a realidade local e o que o prefeito – com a equipe de gestão de governo – queria para o serviço e assim iam fazendo as adaptações, pontuando a mudança de Casa de Passagem para Abrigo Institucional¹² e que “o dia a dia da casa é um desafio” – estavam aprendendo como lidar com o serviço e a melhor forma de acolhimento. Relataram também que a secretária tentou contato com o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) no estado para uma proposta conjunta, mas apesar de algumas conversas, nada se efetivou e o MNPR, segundo suas impressões, pareceu “não ter se interessado” pelo projeto. Conversamos por mais alguns instantes e minha presença na Casa foi oficialmente aprovada para a função, seria de “estagiária”. Dispus-me a ajudar em alguma atividade, porém responderam-me que naquele momento não havia nenhuma atribuição que pudesse desempenhar, então ficaria somente com o encargo da pesquisa, entretanto, se me sentisse à vontade, poderia auxiliar.

Meu trabalho de campo – especificamente acompanhando o cotidiano do atendimento – perdurou de junho de 2014 até agosto de 2015. No primeiro semestre fiz visitas quase diárias ao abrigo – tendo menos frequência posteriormente para escrita da dissertação –, revezando horários entre manhã, tarde e noite para acompanhar diferentes rotinas. Não tive um horário fixado, então fui escolhendo no decorrer dos dias e atividades. Devido à constante tensão que observei com o decorrer da permanência, optei por não fazer anotações no próprio abrigo e não utilizar gravador nas conversas com residentes e funcionários – também no intuito de evitar constrangimentos e “falas prontas” – anotava os diálogos e situações posteriormente.

Até então, nunca havia tido contato com “moradores de rua”, eu era, de certa forma, indiferente a sua presença – do tipo que finge que não vê, evita cruzar com eles e assim nega sua condição de humanidade imputando-lhes o lugar violento de invisibilidade. O meu sentimento mais forte durante os meses iniciais foi o medo. Medo que eu não sabia consciente

¹¹ A PNAS entrou em vigor através da Resolução n° 145/2004 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No segundo capítulo, a legislação será tratada mais detalhadamente.

¹² A mudança será tratada no próximo capítulo.

e não gostava e/ou admitia sentir, mas que era manifesto cada vez que algum dos residentes perguntava onde eu morava. A minha resposta desconcertada costumava ser sempre mais imprecisa que o comum. Tal como atentou Alba Zaluar (1994) no seu estudo em uma favela do Rio de Janeiro, não era só um medo do desconhecido, mas sim

um medo construído pela leitura diária dos jornais que apresentavam os habitantes daquele local como definitivamente perdidos para o convívio social, como perigosos criminosos, assassinos em potencial, traficantes de tóxicos, etc. Apesar de saber que essa campanha não era senão a continuidade de um processo de longa data de estigmatização dos pobres, eu tinha medo. Um medo realista de me enredar em malhas cujo controle me escapasse ou de enfrentar a morte nas mãos de um bandido raivoso. Duvidei que pudesse permanecer por lá e me relacionar com as pessoas. (ZALUAR, 1994, p.10).

No desenrolar dos meses ouvi muitas histórias sobre suas famílias, suas viagens, sua vida e fomos nos afeiçoando. Algumas situações me fizeram temer estar ali, entretanto a proximidade com alguns deles possibilitou que compartilhássemos de certas vivências – mesmo que intermediadas pela instituição – que provavelmente, de outra maneira, seriam dificilmente experienciadas. Pois, “vivenciávamos experiências de vida completamente diferentes [...], assim como nas relações que estabelecíamos entre nós e com o mundo a nossa volta” (SCHUCH, 2005, p.191).

Afeição essa que, para mim, veio acompanhada de outro sentimento ético difícil de digerir, sentia-me hipócrita. Cada vez que algum deles me tratava com carinho e atenção, eu me sentia mal. Mal por todas as vezes que fui indiferente, por todo estigma e violência de que eu também era portadora. Eu, como representante de uma classe mais privilegiada – privilégios que antes passavam mais despercebidos. Hipocrisia por perceber na minha educação que nossa “solidariedade” tinha destinatários bem pontuais – pude sentir a “invisível e poderosa hierarquia da nossa sociedade” (ZALUAR, 1994, p.11).

Essa percepção sensível pouco a pouco foi apontando para a possibilidade de “tomar a sensibilidade do medo como recurso heurístico para falar sobre as alteridades” como sugeriu Alinne de Lima Bonetti (2007). Bonetti em sua pesquisa etnográfica sobre a experiência política militante de mulheres das camadas urbanas de baixa renda em Recife/PE tomou essa sensibilidade – em especial a “sensibilidade do medo” – como categoria analítica crucial para entender a intersecção e manifestação das relações de poder e gênero no seu campo. Nesse sentido, a pesquisadora salientou o caráter processual de tal categoria. Ou seja,

Foi uma sensibilidade que emergiu, num primeiro momento como fruto do estranhamento frente ao novo, ao desconhecido, mas que foi se transmutando na medida em que fui sendo socializada nos códigos culturais locais. O processo de

transformação dessa sensibilidade envolve combinações contingentes de marcadores sociais importantes no campo de pesquisa, constitutivos de alteridades, tais como gênero, classe, cor, idade, mediado por negociações de poder. (BONETTI, 2007, p.40).

Assim, desse meu encontro afloraram sensibilidades reconhecíveis – em mim e nos pesquisados – e que foram guisa para a formação e informação das relações não casuais estabelecidas com a alteridade e, sobretudo, posições epistemológicas para olhar este universo¹³ dos “moradores de rua”. Embora o foco da pesquisa não estivesse voltado propriamente para as experiências de vida de usuários e funcionários e sim para o processo de implantação de uma *política pública*, essas diferentes perspectivas não podem ser descartadas, pois dizem respeito e compõem sua formulação. Ao mesmo tempo, essa relação me colocou artificialmente como pesquisadora “entre” posições que se viam, de certa forma, como “‘lados’ opostos” (SCHUCH, 2005, p.203). Como ressaltou Patrice Schuch (2005) em sua etnografia sobre o juizado de menores em Porto Alegre/RS, esse “entre” não é confortável, mas é “uma posição dinâmica, móvel e exploradora de espaços, dimensões, direções e arranjos” e privilegiada para “entender melhor como se dão as conexões entre os lados” que mais do que opostos “só podem ser entendidos relacionalmente” (SCHUCH, 2005, p.203).

Durante o período da minha pesquisa não sei precisar quantos residentes do abrigo conheci, talvez por volta de 80, nem todos em situação de rua – havia certa desconfiança por parte dos funcionários quanto à veracidade de algumas de suas histórias, mas não me caberia contestar essa versão de si mesmos.

Dando seguimento às etapas da dissertação, percebe-se que a implantação de uma *política pública*, tal qual o percurso até a publicação no Diário Oficial da União (DOU), pode parecer uma equação muito bem formulada – “quase como uma matemática, ou resultado lógico e racional da ponderação e escolha de alternativas” (CASTRO, 2012, p.10), contudo é “justamente o contrário”. Maria Soledad Maroca de Castro (2012), em sua tese, acompanha o processo de construção da *Rede Cegonha* – política pública do Ministério da Saúde – até o momento de sua consolidação, ou seja, publicação no DOU da portaria definindo suas diretrizes e condições de implantação. A antropóloga explicita toda a longa e invisível trajetória necessária até a “intervenção de fato sobre um determinado estado de coisas” (p.9). Este trabalho não tem o intuito de fazer este mesmo percurso – apesar de serem áreas

¹³ Agradeço as sugestões da professora Patrice Schuch – feitas na apresentação de parte da pesquisa na VI Semana de Antropologia: Desafios da Alteridade promovida pela UFPR – de problematizar o medo como um elemento constitutivo do processo de pesquisa no abrigo e a professora Eva Scheliga pelas arguições e indicações, nesse sentido, na banca de qualificação.

diferentes, guardam muitas semelhanças –, mas sim observar seu momento posterior e de maior dificuldade, “a ponta”¹⁴. A ocasião em que a *política pública* é concretizada na realidade e, concomitantemente, uma realidade que passa a ter a diretriz de uma *política pública*.

Castro (2012) acompanha a formulação da *política pública* no “centro” de decisões, já eu olho a partir da “ponta” e num contexto particularmente controverso e conflituoso de execução. Porém, há uma abordagem comum sobre o entendimento antropológico de *políticas públicas* como pontes estendidas “a intermediar a interação entre a burocracia estatal e os cidadãos-sujeitos”, ao condensar e redistribuir “sentidos, conceitos, critérios e formas de perceber e organizar o mundo” (CASTRO, 2012, p.12-14). É através “delas que o Estado modela, organiza e regula a existência e as atividades dos indivíduos” (WEDEL, 2005 *apud* CASTRO, 2012, p.12).

No momento da publicação em Diário Oficial, “a política [...] passa não apenas a existir, mas a poder, a partir de então, desencadear ações do Estado a fim de transformá-las em intervenções sobre a realidade”; “serão iniciados os processos formais para *tirar a política do papel* e para transformá-la em realidade” (CASTRO, 2012, p.8-9). Entretanto, o funcionamento da *política pública* também não se encerra na efetivação do projeto, muito pelo contrário, inicia ali outro momento de equação de teoria e realidade. Isso não quer dizer que um tem mais ou menos efetividade do que outro, mas sim que ambos são parte do desordenado da vida.

No percurso da implementação da política pública de atendimento às pessoas em situação de rua em Brusque, expostas nessa etnografia, eu acompanho diferentes fases da implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O início – que culmina com o anúncio de um novo equipamento para fazer parte da rede de serviços prestados pela Secretaria de Assistência Social municipal –, o meio – com a relativa rotina e tentativas de melhorias no atendimento – e, de certa forma, o final – quando toda a administração da cidade se alterou¹⁵ e a conjuntura política ficou bastante instável, acarretando na decisão de encerrar as atividades do abrigo em 30/09/2015 e substituí-lo por convênio da Secretaria da Saúde para

¹⁴ Expressão usada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e CASTRO (2012) para se referir aos estados e municípios do Brasil nos quais a política pública elaborada no plano nacional se efetiva.

¹⁵ Em março de 2015 uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a cassação dos mandatos de prefeito e vice a prefeitura passou à responsabilidade interinamente de outra gestão. Até o momento da finalização desta dissertação ainda havia recursos sendo julgados pelo TSE com relação ao mérito dessa decisão.

financiamento na manutenção de internação das pessoas em situação de rua em comunidades terapêuticas.

O campo aqui compreendido passou por diferentes inserções – conforme se verá no decorrer da leitura – devido aos diferentes planos em que ocorreu e se inseriu a temática. Da repercussão pública através dos jornais, Câmara de Vereadores e redes sociais quando do anúncio da implementação à legislação municipal e nacional quando dos precedentes e da análise contextual do “perfil”; à observação participante para compreensão dos desafios do dia a dia no atendimento em funcionamento; e, por fim, também a ocasião das Audiências Públicas que definiram os novos rumos e posterior transformação do atendimento. Assim, a implementação exigiu mudanças que além de dizerem respeito às instituições e discursos, também dizem às sensibilidades “singulares e por vezes complementares” (SCHUCH, 2005, p.20) e formas de ver atendimento e usuários.

1.2. ORGANIZAÇÃO DO TEXTO

O desenvolver do trabalho busca descrever o processo de implementação da *política pública* de atendimento a pessoas em situação de rua em Brusque/SC, implicando em um processo com certa extensão temporal. O primeiro momento, no capítulo inicial, é a ocasião do anúncio do projeto através do lançamento em dois eventos, em 2012 e 2013, e, posteriormente, as controvérsias advindas das repercussões locais em jornais sobre a localização central da Casa de Passagem, assim como manifestações e pronunciamentos na Câmara de Vereadores na construção do “novo problema social” das pessoas em situação de rua na cidade. O processo de implantação promoveu, ao mesmo tempo, a iniciativa como isolada e um perfil de usuários “não-merecedores” de prioridade no atendimento diferenciado prestado pela Casa.

O segundo capítulo procura mostrar como se dá o acesso à rede de políticas de assistência social no município e tecer as conexões no que tange ao processo de construção de legislações nacionais específicas para as *pessoas em situação de rua* – e a definição normativa do perfil de atendimento. Igualmente, na esfera local, recuperar preocupações antigas com “as pessoas sem destino certo” e a tentativa de formulação de políticas para atendimento de um “problema” que, como se verá, não é novo e nem isolado.

No terceiro capítulo, o tema é o dia a dia do atendimento no Abrigo Institucional – *política pública* em funcionamento “na ponta” – e tem o intuito de descrever a rede na qual o equipamento se insere, o desafio colocado na compreensão e padronização de um “perfil” usuário do serviço – ressaltando a mudança de Casa de Passagem para Abrigo Institucional –, a constituição de rotinas, horários e da imposição de um plano de ação que visa à superação da condição de rua, aliado, ainda, à dificuldade no relacionamento de diferentes perspectivas e expectativas de vida.

A ocasião de discussão do atendimento em Audiência Pública promovida pela Câmara de Vereadores de Brusque é retratada no quarto capítulo, situação onde se ressaltou a necessidade de consolidação de “parcerias” – com igrejas, comunidade local, polícia militar – para promover a sua eficácia, e, numa ocasião posterior, certa parceria foi consolidada através da contratação de um funcionário apresentado como “idealizador da casa” implicando em outras dificuldades, então com relação às sensibilidades, trajetórias e perspectivas de funcionários e moradores e entre eles.

E, por fim, o quinto capítulo apresenta os elementos que retornaram à cena quando da alteração da gestão municipal da cidade em março de 2015. A argumentação acionada inicialmente, quando do anúncio do projeto, em oposição à criação da Casa de Passagem é retomada para sustentar a decisão de seu fechamento e substituição por convênio de manutenção de internação em centros ou comunidades terapêuticas, na maioria das vezes com vínculos religiosos.

Em face do tema de pesquisa aqui apresentado ser circunscrito a um local e mediado pela prefeitura, suas reverberações foram públicas. Então, muitas das descrições e dos interlocutores presentes nesta dissertação podem ser facilmente identificáveis¹⁶. Destarte, a própria perspectiva antropológica

em que objetos são também sujeitos, e cujo projeto de conhecimento implica a apreensão dos fenômenos estudados simultaneamente “de fora” e “de dentro”, a experiência de pesquisa jamais se limita a procedimentos padronizados e automáticos de coleta de dados ou a médias estatísticas, devendo necessariamente incorporar a incidência subjetiva dos fatos observados. (BEVILAQUA, 2003, p.52).

¹⁶ Mesmo com todos os artifícios habituais dos pesquisadores, a identificação dos informantes é possível para os leitores mais próximos, cf. BEVILAQUA, 2003; MARQUES & VILLELA, 2005; FONSECA, 2010; entre outros.

As implicações éticas disso ainda me são desconcertantes, afinal as relações que estabelecemos ultrapassam o tempo de pesquisa e a etnografia é limitada a uma visão específica e muito particular sobre este universo. Sem contar a impossibilidade de prever os usos e consequências que se possa vir a fazer do aqui exposto. Assim, opto por preservar os nomes mencionados neste trabalho de funcionários e pessoas em situação de rua, tornando-os ficcionais, e nomearei as pessoas que ocupam cargos com maior visibilidade do executivo e legislativo municipal pela alcunha do próprio cargo acrescido de explicações contextuais. Advirto ainda que situações conflituosas eventualmente explicitadas não tenham por intuito julgamentos, mas sim assinalar as várias dimensões que compõem o tema tratado.

Os relatos aqui contidos são parciais e de minha inteira responsabilidade. Pois, mais do que identificar e/ou marcar biografias individuais e/ou institucionais o meu interesse está nas suas relações – em diferentes planos e com alcance distinto dentro e fora do abrigo. E, sobretudo, resultado da própria forma como me inseri e tive acesso ao universo estudado quanto à perspectiva etnográfica. Isto é, ao mesmo tempo em que a pesquisadora está imersa no contexto que deseja estudar também os interlocutores da pesquisa articulam o que é dado a conhecer e participam desse contexto – e do mundo elucidado – de forma relativa e circunscrita (STRATHERN, 2014). E, a finitude do resultado etnográfico ou “o momento etnográfico funciona como exemplo de uma relação que junta o que é entendido (o que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise)”, como evidenciou a antropóloga Marilyn Strathern (2014, p.350).

Nesse sentido, é inserida a decisão de manter o nome real da cidade e anônimo o dos envolvidos. Porque não tenho um compromisso de elucidar a verdade, sim permitir a construção de uma perspectiva que visa compreender o funcionamento de certas formas de relações conflituosas, inscrevendo-se e transformando esse universo social a partir de “tanto quanto possível tudo que é acionado, no que tange a relações e instituições ao longo desses processos” (MARQUES & VILLELA, 2005, p.51-52). E, ainda, na defesa de uma postura que inscreve o conhecimento antropológico na ânsia de “estender os limites da imaginação científica” (FONSECA, 2010, p.221) e na “capacidade de cada lado se aumentar” através da “troca de perspectivas” (STRATHERN, 2014, p.396).

2. ANÚNCIOS DO PROJETO DE IMPLEMENTAÇÃO DA CASA DE PASSAGEM

Refletir sobre a implantação da Casa de Passagem pela prefeitura de Brusque/SC é um processo com certa extensão temporal. Neste cenário, esse primeiro capítulo é o das discussões e embates quando dos anúncios do projeto em 2012 e 2013. Aqui as discussões e perspectivas advindas dos anúncios e das repercussões locais em jornais, Câmara de Vereadores e redes sociais, conformam os diversos pontos de vista, argumentos, pessoas e instituições que pouco a pouco foram se aglutinando para a compreensão do quadro, de forma mais geral. Assim, este capítulo pretende descrever esses movimentos, acompanhando como o anúncio do projeto da Casa de Passagem foi feito e repercutido; evidenciando a busca de uma propagação de perspectivas que envolviam expectativas, uma série de atores, cenários e a confecção de um “problema social” que necessitava da intervenção do Estado através do delineamento do “perfil” do público a ser atendido.

A explanação de diferentes composições sobre o tema auxilia na tentativa etnográfica de recompor os dados obtidos nesse momento “de calor dos acontecimentos” através de uma coleção formada de artigos dos jornais, sites e pronunciamentos na Câmara de Vereadores veiculados nos anos de 2012 e 2013 em Brusque/SC. Como me interessei pelo tema enquanto o fato se desenrolava, passei a acompanhar as repercussões e a guardar as notícias que diziam respeito ao empreendimento na imprensa, através do principal jornal – *O Município* – e sites de notícias populares locais – da Rádio *Cidade AM* e Rádio *Diplomata FM* – e da prefeitura municipal. E, na Câmara de Vereadores, através da consulta das atas de sessões que trataram do assunto e, posterior escuta das sessões através dos áudios, ambos disponibilizados pelo site oficial da Câmara de Vereadores de Brusque¹⁷.

Essa noção de “coleção”, conforme aponta João Borges (YNGVESSON; COUTIN, 2008, p.67 *apud* BORGES, 2014, p.59), refere-se a uma escolha metodológica “que permite o acesso a relações que de algum modo já existiam virtualmente, e que se tornam atuais pelo processo de construir narrativas mobilizando elementos diversos” por um lado e por outro, na construção de simetrias dos interlocutores “que também constroem narrativas, mobilizando e/ou agregando cenas, contextos, falas, pessoas, etc.”.

¹⁷ Em <<http://camarabrusque.sc.gov.br/web/index.php>>.

O projeto do Abrigo Institucional nasceu como Casa de Passagem¹⁸ – por esse motivo somente o segundo termo será utilizado no decorrer deste capítulo – e foi anunciado publicamente em duas ocasiões distintas: a primeira delas ocorreu em dezembro de 2012 em evento ecumênico e a segunda em evento oficial em abril de 2013. Não estive presente em nenhuma das ocasiões, mas recupero os acontecimentos sobre ambos através dos relatos e notícias na imprensa.

Analisar relatos presentes nos meios de comunicação permite observar a visibilidade que o tema passou a ter na ocasião, grande parcela do embate foi efetivada através destas manifestações. Neste momento as falas referem-se a expectativas e previsões quanto ao empreendimento, pois a Casa ainda não estava em funcionamento.

Antes da institucionalização, o atendimento a pessoas em situação de rua era feito através de medidas pontuais vinculadas às igrejas – católica, através de doações de roupas; neopentecostais, através da doação de alimentos, apoio e manutenção de fazendas e centros terapêuticos e de recuperação –, tendo na esfera estatal um apoio, através de repasses e convênios. Logo, a não formalização também contribuía, de certa maneira, para uma “invisibilização” desta demanda.

Em um levantamento com base na imprensa local em 2012 e 2013 foram veiculadas aproximadamente 70 matérias – entre reportagens, textos e opiniões – envolvendo direta ou indiretamente a Casa de Passagem. Paralelamente, o assunto também foi tema de diversas falas na Câmara de Vereadores e motivação para protestos nas ruas e redes sociais. No intuito de facilitar a compreensão do processo, tratarei dos discursos mobilizados nos três momentos em paralelo – não por acontecerem isoladamente, mas, justamente, por serem complementares.

O primeiro anúncio, em 08/12/2012, ocorreu em evento ecumênico chamado “Despertai Brusque”. O cartaz de propaganda anunciava – com fundo azul em aparente alusão ao céu – que a partir das 14 horas, na praça pública em frente à sede do Fórum, Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, a programação – com letras maiúsculas – incluindo bandas, atividades para família com alimentação grátis e atrações para as crianças até as 19 horas. Na sequência da programação seria apresentada “a maquete da Casa de Passagem com a presença de autoridades civis e religiosas”; ainda, por fim, encerramento com mensagem do

¹⁸ Termos previstos na legislação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), guardando semelhanças e peculiaridades, que serão delineados no capítulo seguinte.

padre e do pastor (sem indicativo de religião) e show com banda gaúcha gospel sugerida pelo nome e foto dos integrantes. O cartaz trazia ao fim a citação bíblica – com destaque de letras maiúsculas brancas em fundo preto – de Lucas 15,3-7: “Uma alma vale mais que o mundo inteiro” seguida da logomarca de sete apoiadoras, entre elas Prefeitura e Serviço Municipal de Água e Esgoto.

Alguns dias antes do evento, o jornal *Em Foco*¹⁹ reservou uma de suas páginas completa, na coluna geral e sem assinatura, ilustrando com a foto do organizador do evento e – apresentado na legenda como “idealizador da Casa de Passagem” – o acontecimento e a entrevista com João. A manchete focou no lançamento: “Evento ecumênico vai lançar projeto da Casa de Passagem” e “ação vai reunir um grande número de entidades da sociedade civil organizada, mais o poder público local” (Jornal *Em Foco*, 13/11/2012, p.9). O artigo começou reforçando que iriam estar presentes “poder público, igrejas de diferentes segmentos religiosos como diversas outras entidades representativas da sociedade civil organizada” para apresentação da maquete do espaço que seria construído com a “missão de abrigar pessoas em dificuldade social e com a necessidade de reabilitação” (*Ibid.* p.9). Proposta que vinha sendo discutida “há muito tempo” com o intuito de “ter um cuidado especial com as pessoas que estão em dificuldades, seja por não disporem de um local para morar e, por conta disso, viverem nas ruas, ou mesmo pela dependência química” (*Ibid.* p.9) e com o interesse e apoio das igrejas passaria a ser realidade.

O artigo ressaltou que João, 42 anos, viveu por alguns anos a própria situação de estar na rua e na dependência química, após ser preso por tráfico internacional e cumprir sua pena de detenção, mudou sua vida e se dedicava a esses tipos de projetos – “pode falar de dor, só quem já sentiu dor” (*Ibid.* p.9), expôs ao jornal. João disse estar morando havia três anos na cidade e buscava consolidar o projeto, justificava a importância de um local assim, segundo seu relato transcrito, pelo fato de

quando você vê na rua uma pessoa que não tem onde morar e aquilo toca seu coração, se vê a importância de um espaço como a Casa de Passagem. Quando você se depara com uma situação assim, vai poder parar o carro, vai poder pegar o telefone e ligar para alguém para ajudar essa pessoa a tomar a atitude certa (Jornal *Em Foco*, 13/11/2012, p.9).

E finalizou estendendo o convite para que as pessoas comparecessem ao evento.

¹⁹ Jornal de menor circulação na cidade, mas que se mostrava favorável à iniciativa de ter um atendimento específico pela Assistência Social municipal.

O culto ecumênico aconteceu no sábado de 08/12/2012, com público de cerca de 100 pessoas – entre homens, mulheres e crianças, segundo divulgado pela assessoria de comunicação no site da prefeitura (LEITÃO, 08/12/2012) –, apresentações musicais em palco montado na praça e atrações para as crianças, mensagem de um padre católico, um pastor evangélico neopentecostal e finalizou com a apresentação do projeto da Casa de Passagem pelo prefeito. A cobertura da imprensa foi institucional, através da assessoria de comunicação da prefeitura, citada em jornais de menor circulação, mas com pouco destaque.

O projeto de implantação na ocasião tinha por intuito – segundo palavras do artigo publicado no site oficial da prefeitura no mesmo dia – ser “lar temporário para os moradores de rua, na qual uma equipe técnica qualificada estará à disposição para dar suporte e o atendimento inicial, descobrindo a realidade do alojado e providenciando os primeiros encaminhamentos” (LEITÃO, 08/12/2012). E, continuou, transcrevendo as palavras do prefeito durante o evento:

Por vezes, essas pessoas são dependentes químicos ou estão procurando emprego, ou ainda, precisam restabelecer os vínculos familiares e sociais, e este será o trabalho primordial da equipe da Casa de Passagem, arrumar uma alternativa para que a pessoa saia daquela condição. (LEITÃO, 08/12/2012).

Essa notícia institucional – assinada por Paula Leitão da Secretaria de Comunicação – trouxe como manchete “Estrutura inovadora para Brusque é anunciada” e foi publicada no site da prefeitura com várias fotos dos participantes que compareceram. A notícia assinalou que o dia “foi de muita atividade e oração” e que o prefeito explicou que a equipe técnica da prefeitura não havia localizado “um local adequado para instalar a Casa de Passagem” e diante das dificuldades para efetivação do projeto, resolveu então construí-lo (*Ibid*). A partir daquele momento o empenho seria na aprovação de projeto orçamentário na Câmara de Vereadores. Nesta ocasião, o prefeito enfatizou a “parceria”²⁰ entre poder público e igrejas, “para que os alojados possam receber também o acompanhamento espiritual necessário para sua recuperação”. Além disso, a notícia finalizou com fala do prefeito, destacando:

A Casa de Passagem não é mais um sonho, é uma decisão e passos importantes foram dados. Esse será mais do que um lugar de cimento, tijolos e madeira, será de amor e presença de Deus, para que as pessoas usuárias possam ser consideradas novamente cidadãos. (LEITÃO, 08/12/2012).

²⁰ O termo “parceria” é recorrente durante todo o processo e utilizado em diferentes sentidos.

O momento aqui ainda era de indecisões, estava apenas certo que a Casa de Passagem seria criada, certo público-alvo, a “parceria” entre prefeitura e igrejas e que – por falta de local adequado – seria construída (o que posteriormente não se efetivou). Entretanto, se delineavam algumas características relevantes quanto ao entrelaçamento de objetivos de uma política de assistência social e as considerações com viés moral e religioso do atendimento, que seria o de tirar os moradores de rua de sua condição – em decorrência da dependência química e o rompimento de vínculos – e dar-lhes uma chance através da solidariedade da população no encaminhamento da pessoa à Casa para realização do trabalho aliado ao conhecimento técnico de suas necessidades – local de moradia, alimentação, tratamento – e conhecimento espiritual – mediação das igrejas.

Depois disso, somente no ano seguinte, o tema viria a ser o centro das atenções. Mas, neste cenário em 14/01/2013 na seção de Cartas²¹ do jornal *O Município*²² – que ocupou o espaço central da segunda folha da edição com destaque pelo fundo na cor azul, contrastando com o restante da página sem cor –, sob título “Brusque e seu Crescimento Demográfico”, imprimiu a preocupação de um advogado e morador em relação ao crescimento demográfico da cidade e à chegada de novos moradores. Estes com características que, na visão do autor, contrastavam com o perfil “trabalhador e ordeiro” e com os “valores culturais” da população local que, com o tempo, passaram a ser um dos elementos centrais das disputas – notando peculiaridades que serão tratadas mais adiante.

Nossa cidade, em razão de sua economia próspera, construída por um povo trabalhador e ordeiro, atraiu, nos últimos anos, muitos novos moradores, provenientes de várias regiões do país e, por isso, vem experimentando um importante crescimento populacional. A par disso, é inevitável o concomitante crescimento de demandas sociais e, inclusive, de problemas de convivência. Todavia, creio que essa faceta negativa e indesejada do crescimento demográfico pode ser amenizada com políticas sociais especializadas, o que depende muito da criatividade e, notadamente, da preocupação dos governantes, o que não parece ter ocorrido nos últimos anos, especialmente na última década. A preterição desse preocupante problema social na escala de prioridades dos últimos governos traz como consequência lógica a diminuição da intersecção de valores entre diferentes culturas, bem como a diluição e o gradativo enfraquecimento da identidade étnico cultural do povo brusquense, que, por força de ausência de controle estatal, passa a ceder espaço, em inadequada proporção, a modos de viver diferentes, nem sempre compatíveis com o contexto construído ao longo dos anos por nossos antepassados. Penso que devemos, sim, defender nossas raízes, ressaltando a sua importância a todas as pessoas que aqui se instalaram, sem, contudo, promover ações excludentes das demais culturas aqui presentes. Trata-se, porém, de um problema de difícil equação, mas que revela, sem sombra de dúvida, a necessidade de constante revisão, principalmente pelos Poderes Executivo e Legislativo locais, da escala de

²¹ Espaço disponível no jornal para que as pessoas enviem sua contribuição para publicação.

²² Jornal impresso de maior circulação e tradição na cidade. É o veículo principal de imprensa local e sua posição era de oposição ao projeto.

prioridades, excluindo destas, definitivamente, as ações meramente eleitoreiras que visem a manutenção do poder. (Jornal *O Município*, 14/01/2013, p.3).

Embora não houvesse nenhuma referência direta à Casa, a manifestação aludia ao projeto. Sua preocupação dizia respeito à chegada de novos moradores que ampliava a preocupação com o possível agravamento da demanda por “políticas sociais especializadas” para melhorar o contato entre “culturas” e a falta de investimento nesse sentido cedia espaço, “em inadequada proporção, a modos de viver” incompatíveis com os construídos ‘historicamente’. Dessa forma, era preciso promover ações para “defender nossas raízes, [...] sem, contudo promover ações excludentes das demais” e, apesar “de um problema de difícil equação”, era preciso que os representantes eleitos estivessem atentos na revisão constante de “ações meramente eleitoreiras que visem à manutenção do poder”. E, em 21/03/2013 o mesmo jornal informou em uma pequena nota, na seção Diretas e Indiretas²³, que havia tido uma reunião entre pesquisadores do Observatório Social de Brusque²⁴ e da Secretaria de Assistência Social para discutir o tema da migração e ideias para “minimizar os efeitos negativos” (Jornal *O Município*, 21/03/2013, p.3).

O segundo momento ocorreu em 09/04/2013, em anúncio oficial no Salão Nobre da prefeitura e contou com presença de representantes da sociedade civil, entidades, igrejas e imprensa – entre eles vereadores, conselheiros tutelares, polícia militar, bombeiros, pastores e funcionários da Secretaria de Assistência Social (Jornal *O Município*, 10/04/2013, p.27). Nesta notícia algumas indecisões anteriores se mostravam resolvidas e algumas outras alteradas. A Casa agora tinha endereço fixo e seria reformada para comportar a estrutura do empreendimento.

A apresentação ficou a cargo da Secretaria de Assistência Social que indicou o local onde seria instalado o novo serviço e a sua estrutura. O imóvel foi locado em uma das ruas principais do centro da cidade e estava sendo reformado para atender às necessidades do atendimento. Esse foi o evento desencadeador da grande repercussão que o assunto passou a ter na imprensa, opinião pública e Câmara de Vereadores nos meses seguintes mobilizando uma série de argumentos, rumores e suposições que dizem respeito ao público destinatário desse atendimento.

²³ Seção dedicada a pequenas notas sobre acontecimentos na cidade.

²⁴ “É uma instituição não-governamental composta de voluntários de diversas áreas que fiscaliza a aplicação de recursos e fomenta a participação dos cidadãos nas decisões públicas” (Observatório Social do Brasil, disponível em <<http://osbrasil.org.br/>>. Acesso em 02/10/2015.)

2.1. LANÇAMENTO OFICIAL

O artigo que pode ser chamado de estopim das controvérsias – que serão tratadas adiante – acerca da Casa de Passagem foi publicado em 10/04/2013 no jornal *O Município*. Na capa do dia uma pequena chamada em meio ao restante das manchetes atenta para o conteúdo interno: “Casa de Passagem é lançada em Brusque”. A notícia ocupou uma página inteira da coluna geral e tinha por objetivo descrever o apresentado no lançamento oficial, conforme ilustrou a foto do evento mostrando aproximadamente 15 pessoas presentes. Começou indicando o endereço onde seria instalado o serviço e a reprodução de algumas falas da Secretária de Assistência Social e do prefeito na ocasião. “É mais um compromisso assumido pelo prefeito e **um serviço que vem, de fato, na garantia do direito dessa população que hoje é excluída** e sofre toda forma de situação de rua” (destaque do original), ressaltou a Secretária (Jornal *O Município*, 10/04/2013, p.27).

O endereço escolhido era uma casa locada na Rua Hercílio Luz, uma das mais centrais, principais e antigas ruas da cidade que tem seu curso margeando o Rio Itajaí-Mirim com intenso fluxo de automóveis e pedestres. Na sua extensão de um quilômetro, e ruas paralelas, têm colégios particulares, delegacia, várias atividades comerciais, escritórios e residências – com alguns casarões antigos que remetem ao seu histórico.

Nos parágrafos seguintes o artigo destacou a especificidade do público atendido, segundo a fala da secretária de Assistência Social:

O foco é aquela população que está em trânsito pela cidade e que hoje acaba usando a ponte como seu aconchego naquele momento. Nós estamos proporcionando uma casa onde ela vai poder ter a garantia de passar a noite, ter alimentação, ter acesso a higiene pessoal, enfim, todo um serviço que será prestado lá dentro. (Jornal *O Município*, 10/04/2013, p.27).

A reportagem seguiu com a informação de que a casa estava sendo preparada, juntamente com a equipe de referência técnica para atendimento, composta de assistente social, psicólogo e educadores sociais. A secretária destacou ainda que

será construído todo um planejamento com essas pessoas, que terão direito de permanecer na casa por até 15 dias, mas em 48 horas, a partir do momento que chega à casa, tem que ter seu plano individual feito com os técnicos para que a gente possa pensar no que deve ser feito para encaminhamento e acompanhamento posterior dessas pessoas. (*Ibid.* p.27).

Para o Prefeito – na fala destacada pela jornalista – a iniciativa do projeto visava ajudar “na busca pela dignidade dessas pessoas”, ratificando também que era preciso resolver o “problema das pessoas nas ruas”:

Há muito tempo, assistíamos cenas de moradores de rua na televisão ou em cidades maiores, e de uns tempos pra cá, com o crescimento da cidade, essas pessoas vieram pra cá e essas cenas hoje nós podemos ver na cidade. Mas nós acreditamos que é tempo de barrar isso, resolver esse problema. **Não vamos ter uma pousada, um hotel para que a pessoa fique o tempo que quiser, não vai ter isso, terão regras.** E o foco dessa casa será a pessoa, a reconquista da dignidade dessa pessoa. (*Ibid.* p.27 – destaque do original).

E, por fim, a reportagem indicou que o funcionamento da Casa seria de 24 horas com capacidade de atendimento para 32 pessoas e mais quatro berços, tendo ala masculina, ala feminina e outra para pessoas com deficiência.

Na tarde do mesmo dia do lançamento oficial, em 09/04/2013, o site oficial da Prefeitura Municipal, através do jornalista Eduardo Pereira da Secretaria de Comunicação, divulgou o episódio, sob tema “Mais respeito ao cidadão” com o título “Prefeitura de Brusque anuncia criação da Casa de Passagem” (PEREIRA, 09/04/2013).

“Banheiros, cozinha, quartos e sala de estar. A descrição é de uma residência familiar comum, mas a estrutura diz respeito à nova Casa de Passagem” – tecendo comparações iniciou a divulgação do lançamento e destacou “a presença de líderes religiosos e parceiros do projeto” (*Ibid*). No prosseguimento destacou a fala do prefeito que agradeceu ao empenho da equipe em que “a criação da Casa de Passagem é uma das propostas previstas no Plano Municipal de Assistência Social elaborado em 2009” (*Ibid*). Evidenciando também que a proposta não tendia a ser um abrigo ou mesmo espaço para tratamento de dependência química, pois a principal característica era transitoriedade e a parceria com outros programas já oferecidos como o Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-ad)²⁵ – “geralmente são adultos ou famílias em trânsito, sem a intenção de permanência por longos períodos”, afirmou a Secretária de Assistência Social em fala que foi transcrita.

²⁵ “Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou Núcleo de Atenção Psicossocial é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS). Ele é um lugar de referência e tratamento para pessoas que sofrem com transtornos mentais, psicoses, neuroses graves e demais quadros, cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência num dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, personalizado e promotor de vida. O objetivo dos CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos.” (BRASIL, Ministério da Saúde, 2004, p.13).

Além das 32 vagas para acolhida de pessoas o local também foi pensado para “dar completo suporte”, logo teria um espaço para estacionar carrinhos, já que dentre eles havia os que eram catadores e uma área destinada ao abrigo de animais “que comumente acompanham os usuários do serviço”, segundo afirmou a secretária. Desta forma, “esses cuidados demonstram o respeito ao indivíduo em sua integralidade [...] para sua reinserção na sociedade”.

O atendimento no local seguirá diretrizes federais, de acordo com a Política Nacional de Assistência Social. Todas as atividades do espaço serão organizadas tendo como base um regimento interno que irá estabelecer particularidades encontradas no município. (PEREIRA, 09/04/2013).

E conclui – na mesma matéria institucional da prefeitura – com a apresentação de uma síntese do projeto, reproduzindo textos previstos para o equipamento nos manuais da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o título de “Entenda”.

O que é a Casa de Passagem?

A Casa de Passagem é uma unidade de acolhimento imediato e emergencial que atuará na perspectiva de atender de forma qualificada e personalizada a demanda específica de cada indivíduo ou grupo, verificando a situação apresentada e assim realizando os devidos encaminhamentos com o fim de assegurar o acesso das pessoas a seus direitos.

Quem é o público-alvo?

É previsto para pessoas adultas de ambos os sexos e famílias que estejam em situação de vulnerabilidade ou de risco social, tais como: situação de rua, desabrigo por abandono, migração; ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Qual o número máximo de pessoas acolhidas na Casa de Passagem?

32 pessoas e 4 berços

Qual o período de funcionamento?

Ininterrupto (24 horas). As Casas de Passagem mantêm horários flexíveis para entrada e saída dos usuários de acordo com a necessidade de cada um e com o regimento interno da instituição.

Qual a forma de ingresso na Casa de Passagem?

O acesso da População em Situação de Vulnerabilidade ou Risco Social à Casa de Passagem acontece por encaminhamento dos agentes do Serviço de Abordagem Social do CREAS e, em até 48 horas, a equipe técnica da Casa de Passagem elabora o estudo diagnóstico da situação apresentada e realiza os devidos encaminhamentos, bem como prevê o tempo de permanência na instituição para assegurar o acesso aos direitos.

Qual o período de permanência?

Com a finalidade efetivar os encaminhamentos e assegurar o acesso aos direitos, é previsto que as pessoas permaneçam até 15 dias na instituição. Este processo é construído em parceria com a pessoa ou grupo e respeita as potencialidades, os desafios e condicionalidades para o usufruto do acolhimento, acesso aos direitos e desligamento do serviço. (PEREIRA, 09/04/2013).

Deste modo, o delineamento passou a ser um pouco mais específico. Além do exposto no primeiro momento, o serviço foi caracterizado como forma de atender pessoas que

estavam “em trânsito”, já que aliado ao crescimento da cidade estava o crescimento do “problema” de pessoas em situação de rua – e, então, era um “direito” desse público. Assim, essas pessoas teriam o “direito” de permanecer na Casa no período de quinze dias, desde que se submetessem à construção – e incorporação – de um plano técnico conjunto (equipe técnica mais usuário) para encaminhamentos que tinham como objetivo a superação da condição de rua. Porém, atentando que era por um período transitório, não um abrigo ou espaço para tratamento de dependência química e com regras – aparentemente em contradição com o espaço supostamente sem regras das ruas. O projeto se justificaria assim, no que dizia respeito ao público atendido, por compreender que as pessoas em situação de rua tinham nessa condição uma provisoriedade decorrente de alguma “situação de vulnerabilidade ou risco social”, mas apesar de ser o foco, também compreendia situações de “desabrigo por abandono, migração; ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento”.

Nesse momento, o projeto da criação da Casa de Passagem ora era apresentado como uma iniciativa individual de “um idealizador”, ora como parte da implementação do Plano Municipal de Assistência Social de 2009. Contudo, privilegiando-se o estabelecimento de “parcerias” entre poder público e igrejas para que o projeto fosse viabilizado. A menção ao projeto como uma diretriz do governo federal só passou a figurar mais claramente no repertório de argumentos das autoridades municipais como resposta indireta às críticas que surgiram em certo movimento contrário ao projeto. Então, passou a cunhar que seria um “direito” decorrente da vulnerabilidade social do público-alvo – mas não detalhando qual direito seria esse – e enfatizando algumas características específicas do novo equipamento (transitório, com regras de funcionamento e etc.), assim como já previsto no plano municipal e nas diretrizes federais.

“Casa de Passagem agita o legislativo”, “Vizinhos fazem manifestação contra Casa de Passagem”, “Novo protesto”, “A casa da discórdia”, “Começam as obras da Casa de Passagem”, “A procura do lar”, “O vai e volta dos moradores de rua”, “Atraso” – são algumas das manchetes que passaram a pontuar os meios de comunicação sobre o tema.

2.2. REPERCUSSÃO NA IMPRENSA

A imprensa em Brusque compreende alguns canais de televisão, jornais impressos, rádios e sites. Em relação aos canais de televisão possui dois locais em circuito fechado – disponíveis para assinantes de televisão a cabo – a *TV Brusque* e a *TV Cidade*. Em relação a impressos, o jornal de maior tradição, visibilidade e circulação na cidade é chamado *O Município* – diário fundado em 1954, com edição colorida e formato tabloide, tiragem de aproximadamente 10 mil exemplares, ao custo de R\$ 2,40 por edição²⁶ – circulando também pelos municípios próximos de Gaspar, Guabiruba, Canelinha, Botuverá, Tijucas, Nova Trento e São João Batista. Com tiragens mais reduzidas, menor periodicidade e circulação estão os semanários *Em Foco* e *A Voz de Brusque*. No que tange a rádios e sites, são veículos de comunicação complementares, pois as duas maiores emissoras de rádio, *Diplomata FM* e *Rádio Cidade AM* mantêm sites atualizados constantemente com notícias locais e da região que posteriormente são sintetizadas diariamente em programas jornalísticos nas manhãs das emissoras. A *Rádio Cidade AM* permite também o comentário das notícias publicadas em seu site através da interação com redes sociais.

Em quase todos os veículos houve uma predileção pela exposição dos argumentos contrários ao empreendimento. A maioria dos órgãos de imprensa se posiciona imbuídos de uma neutralidade política, mas aproximam-se de uma postura mais conservadora e oposicionista com relação à gestão política municipal que era encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Até a abertura efetiva da Casa, em setembro de 2013, o assunto foi tema de editoriais – expondo opiniões – até primeiras páginas – com reportagens mais descritivas.

No dia 17/04/2013, na coluna *Diretas e Indiretas*, o jornal *O Município* apontou que a localização da Casa deixou os moradores próximos descontentes, pois acreditavam que “a instalação do abrigo comprometeria o comércio da região e levaria insegurança para a área residencial”, além do mais “é uma rua de grande circulação de pessoas e veículos”. Por consequência, ressoavam os rumores de que os moradores estariam confeccionando um abaixo-assinado para tentar impedir a instalação no endereço proposto.

Alguns dias depois, em 19/04/2013, com título de “Vulnerável”, o mesmo jornal expressou sua opinião temendo – com tom irônico – pelos serviços oferecidos pela Casa ao “vulnerável” (aspas no original):

A Casa de Passagem não poderá ficar sem [a] estrutura de serviços prometida, pois o perfil do passageiro, além de “vulnerável” é complexo, trazendo os problemas dos

²⁶ Valor referente ao mês de janeiro de 2015.

mais variados: dependência química, problemas psicológicos etc. Se os serviços falharem, a casa vira mais um depósito de gente, com grande efeito explosivo. (Jornal *O Município*, 19/04/2013, p.3).

O local escolhido para a Casa foi de uma “infelicidade total”, pois não tinha registro de homicídios e baixas estatísticas de roubo – condição que, segundo o jornal, não poderia ser garantida depois da instalação.

Como o local vai atrair andarilhos e “vulneráveis” de todos os lugares, quem vai garantir a segurança da região? A prefeitura está trazendo um problema para uma área que não tem problema e que vai inverter os papéis. Quem ficará vulnerável é o cidadão, as crianças que transitam por ali e não o hóspede da casa. (*Ibid.* p.3).

E completou,

É interessante a prioridade que se dá a alguns temas na cidade. Se um cidadão que trabalha e sustenta sua família cair doente, talvez não tenha um pronto-atendimento para socorrê-lo. Quando tem, precisa esperar horas e horas por um atendimento precário. Para esta questão não se tem resposta pronta, mas para o andarilho que chegou à cidade agora, tem uma casa com médico, alimentação e até local para ele deixar o seu cãozinho. (Jornal *O Município*, 19/04/2013, p.3).

Em outra nota, na mesma seção, o jornal ressaltou o descompasso que houve entre moradores da Rua Hercílio Luz e o prefeito. Ao tentarem o contato, não teriam sido recebidos, e reivindicavam que em nenhum momento foram consultados sobre a instalação. Então, no intuito de dar visibilidade para sua posição, os moradores organizaram duas manifestações públicas contra a instalação do equipamento naquela localização.

A primeira delas ocorreu em 18/04/2013 e recebeu destaque de uma página, na coluna geral, da edição de 19/04/2013 do jornal *O Município*. “Vizinhos fazem manifestação contra Casa de Passagem”, indica a manchete nas páginas centrais com uma foto do imóvel com pessoas reunidas na calçada. A jornalista expôs na matéria que a intenção da manifestação “pacífica” era fazer com que a Prefeitura repense o local de instalação. Os 25 moradores presentes instalaram uma faixa, em uma das janelas do imóvel, indicando “PROTESTAMOS + de 500 assinaturas CONTRA a abertura da CASA DE PASSAGEM” (destaques do original) e permaneceram no local por volta de uma hora.

Para um dos organizadores, “o perigo é iminente, já que a presença de moradores de rua e pessoas em situação de vulnerabilidade pode aumentar a criminalidade do local”; o organizador afirmou que “vão ficar direto na cerca, querendo pular e vai dar roubo. Ninguém

é contra, mas aqui eu acho que para Brusque é um lugar muito ruim”. A solução proposta seria construir a Casa em um bairro mais retirado da cidade.

A mesma ocasião foi notícia publicada através do site da *Radio Cidade AM*, em 18/04/2013, evidenciando o descontentamento quanto ao empreendimento.

FIGURA 3 – PROTESTO EM FRENTE AO IMÓVEL DESTINADO À CASA DE PASSAGEM



Fonte: Site *Rádio Cidade AM*²⁷

Nessa matéria, pude acessar cerca de 200 comentários dos leitores publicados junto à notícia através da interação permitida do site com as redes sociais. Eles comentavam alegando que, em grande medida, só serviria para atrair mais pessoas de “outros lugares”. Além disso, em vez de dar condições de saúde eficientes para as pessoas que já estavam na cidade optou-se por beneficiar pessoas “não merecedoras”.

“Popular abrigo para vagabundo, pago como nosso dinheiro. Permançam nesta rua após as 22 horas, vejam quanta malandragem.”

“Queria saber se vocês morassem do lado de uma casa dessas ou então trabalhassem. Onde a maioria das pessoas que ali vai estar, são sim, viciadas em drogas, álcool... Na hora de conseguir dinheiro, pra manter os vícios, onde que eles vão procurar? Nas casas próximas, lógico! Não sou contra essa casa de passagem, muito pelo contrário, acho uma boa ideia. Mas não no centro da cidade, em uma rua de comércio, que a [sic] noite fica a mercê de assaltos, e tudo mais. Que faça em um lugar um pouco mais afastado, assim garante a segurança de todos!”

“Eles precisam de ajuda? Sim, mas todos merecem ajuda? Não sei. Como já foi falado a maioria são drogados, nem as famílias querem eles por perto. Drogados entram nesta porque querem, então saiam dela da mesma forma. E não venha dizer que são excluídos, porque aqui na região só não trabalha quem não quer, tem vagas para todo tipo de pessoas e escolaridade, só falta vontade.”

“Deveria haver um critério, porque já tem indigente vindo de outras cidades, deveria sim, abrigar só os daqui.”

²⁷ Disponível em <<http://www.radiocidadeam.com.br/noticias/protesto-contrainstalacao-da-casa-de-passagem.html>>. Acesso em: 10/02/2015.

“Agora vão dar de graça para essas pessoas que vivem na rua, não sou contra, mas o que eles geram para a sociedade? Nada e às vezes eles ficam fazendo badernas, ficam bebendo, a prefeitura devia mandar essas caras para as cidades deles de volta.”
 “Tem uma vaga pra mim? Moro longe do centro eu iria economizar um ai [sic]...”
 (Site Rádio Cidade AM, 18/04/2014).

Em grande medida, os comentários demonstravam – tal quais os destacados – que os incomodados em relação ao empreendimento não se apresentavam como pessoas da alta classe, mas sim mediana ou baixa, pois as reclamações apontavam que também eram usuárias dos sistemas públicos e discordavam do local de instalação por elas mesmas não terem condições de morar no centro da cidade. Ressaltando também que os beneficiados pela Casa eram “indesejáveis”, tanto por serem “de fora” quanto pela sua suposta conduta criminosa ou moralmente reprovável, ocasionando problemas para as pessoas “de bem” que residiam no centro. Em contrapartida, na periferia a Casa poderia ser instalada sem causar os mesmos problemas para a cidade. Além disso, a noção de “direito”, enfatizada em alguns momentos pela prefeitura, não aparecia nesses comentários – ao menos não em relação àqueles que seriam atendidos pela Casa. Em vez disso, a ênfase recaía na responsabilização moral das próprias pessoas em situação de rua por sua condição que assim o eram por problemas estritamente individuais e pessoais sem conexões com condições sociais mais amplas.

Também houve, em menor número, a manifestação de pessoas favoráveis à Casa de Passagem que defenderam seu posicionamento ressaltando a necessidade de possibilitar aos usuários do serviço uma condição humanitária, lembrando a quantidade de pessoas “de fora” que já vivem e contribuem para a cidade.

“Temos que protestar sim, mas contra a ignorância dos nativos brusquenses, que esquecem que provavelmente em suas casas, em suas empresas e nos locais em que precisam de serviços, quem lhes presta esses serviços muito provavelmente sejam pessoas que não são nascidas aqui. E que muito provavelmente no momento em que se estabeleceram aqui, precisaram de algum tipo de apoio, passaram algum tipo de necessidade.”

“Como é fácil ver o preconceito das pessoas. Lendo os comentários, fica bem claro que o que pesa não é a instalação da casa de passagens, e sim, mais uma vez, a distinção entre os seres humanos. Moro no centro e acho um absurdo estes comentários que sempre aparecem em relação aos outros bairros... Agora não querer uma casa de passagem porque está perto das suas residências, comércios... Um absurdo!!! O que falta para o ser humano é ser mais humano!” (Site Rádio Cidade AM, 18/04/2014).

Na semana seguinte, nova manifestação foi preparada para ocorrer às 11 horas da manhã do dia 25/04/2013 com o mesmo intuito da anterior, dessa vez com organização da Associação de Pais e Professores (APP) de um colégio localizado próximo da Casa.

Os manifestantes fecharam meia pista da Rua Hercílio Luz e foram acompanhados pela Guarda de Trânsito e Polícia Militar. Os mesmos afirmaram que gostariam de ser “ouvidos” pelo poder público. Momento em que alegavam que o abaixo-assinado possuía mais de mil e quinhentas assinaturas e o presidente da APP disse que tentou o contato com a assessoria do prefeito, Câmara de Vereadores, mas “se negam a ouvir”– “como um governo democrático pode instituir, sem o consenso da região, a instalação do abrigo no local?” (Jornal *O Município*, 26/04/2013, p.13A).

Até aquele momento a prefeitura não havia se manifestado publicamente sobre as repercussões negativas e protestos, somente em 25/04/2013 encaminhou nota oficial por intermédio da Secretaria de Comunicação para o site da *Rádio Diplomata FM* – que o publicou juntamente com a notícia da segunda manifestação – com o seguinte conteúdo:

Os movimentos de protesto são legítimos e de direito da comunidade em fazê-lo. Porém, acreditamos que a rejeição da comunidade se deve à falta de conhecimento sobre o serviço e sobre o público atendido. Tem-se criado expectativas a respeito disso que têm reforçado preconceitos e gerado ansiedade na localidade. Entretanto, temos que ter o cuidado de não continuarmos reproduzindo relações sociais de opressão contra a população vulnerável atendida e ferir, ainda mais, a dignidade humana. É importante estarmos juntos, para que todos possamos ter uma sociedade justa, fraterna e igualitária. A Casa de Passagem continuará a ser implementada no espaço previsto até que consigamos ofertar uma resposta permanente de atendimento. Para tanto, pretendemos ter a construção do projeto da Casa de Passagem licitado até o final deste ano. (Site da *Rádio Diplomata FM*, 25/04/2013).

No mesmo dia 25/04/2013 também o jornal *O Município*, na seção Cartas, publicou opinião de uma estudante dando voz às pessoas indignadas com as diversas manifestações contra a Casa, pois, como ela afirmou, “esse tipo de atitude, demonstrava quanto o preconceito ainda estaria enraizado na nossa sociedade”. Finalizou sua posição, afirmando:

Eu torço e tenho esperança de que um dia as pessoas mudem e que uma nova geração perceba que não é o bairro, o sobrenome ou a roupa que vestimos que define quem somos, mas sim nosso caráter e o respeito com que tratamos uns aos outros. (Jornal *O Município*, 25/04/2013, p.3).

Em reportagem divulgada pela *TV Brusque*, enfatizou-se os “apitos, cartazes e muito barulho” feito pelos manifestantes na praça da Rua Hercílio Luz. Um dos manifestantes declarou ser um “ato irresponsável e precipitado” a instalação, pois existiam outros lugares melhor localizados disponíveis para a Casa. O local ideal seria – em suas palavras – “um local discreto, um lugar que possa transformar esse cidadão em algo melhor, e que tenha estrutura e espaço físico melhor adequado” (reportagem *TV Brusque*, 25/04/2013). Mas, mesmo com a

adesão de várias pessoas ao abaixo-assinado, não foram todos os moradores que discordaram da localização, uma moradora foi entrevistada e se disse favorável, apontando que a “finalidade é política” ao contrário do que dizem os manifestantes.

Paralelamente, o tema também foi debatido nas redes sociais e um artigo que pedia para “combater o discurso opressor que encara o violado como portador da violência”, compartilhado diversas vezes.

Aqui, em certa oposição ao delineado anteriormente pelo prefeito e secretária de Assistência Social nos primeiros eventos, a tentativa era de se estabelecer uma “moralidade” que colocava as pessoas em situação de rua como “não merecedoras” do atendimento. Pois eram pessoas fortemente associadas – propositalmente – ao crime, à drogadição, algumas com problemas psicológicos que, ao saberem que a cidade ofereceria amparo, seriam atraídas “de fora” – outras cidades e estados – comprometendo a segurança, o comércio e a própria circulação dos cidadãos da localidade. Optando pela busca de cidadania para esses “vulneráveis” que, conseqüentemente, acarretaria “efeitos explosivos” para a vizinhança, caso os serviços não funcionassem conforme o previsto. Nesse estágio das discussões, a prefeitura – nem mesmo na nota oficial – fazia grandes vinculações da criação da Casa de Passagem com um projeto mais amplo previsto e normatizado pelas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)²⁸.

2.3. A CASA DE PASSAGEM NA CÂMARA DE VEREADORES

Ao mesmo tempo em que o tema estava em voga na imprensa os vereadores levaram a Casa de Passagem ao púlpito da Câmara Municipal²⁹. Assim como o restante da população, os vereadores alegaram que tomaram conhecimento da iniciativa através dos jornais. Não obstante, ao serem questionados pelos opositores do empreendimento, usaram o espaço das sessões para expor suas posições. O fato de o assunto da Casa de Passagem ter estado presente tantas vezes no púlpito da Câmara de Vereadores diz respeito também à dimensão das

²⁸ O tema será tratado com maiores detalhes no próximo capítulo, mas o equipamento Casa de Passagem está previsto no âmbito da Proteção Especial de Alta Complexidade das diretrizes da PNAS.

²⁹ A Câmara Municipal ou Câmara de Vereadores é a casa do Poder Legislativo, ou seja, dos vereadores e seu escopo se refere a assuntos de interesse local. O papel do vereador tem funções legislativas, fiscalizadoras, administrativas, judiciárias e de assessoramento segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988). Assim, deve verificar, questionar, apontar e propor demandas e leis ao Poder Executivo – Prefeitura.

discussões que mobilizaram vários interesses, logo, tornou-se uma preocupação de disputas políticas.

Durante o primeiro semestre de 2013, houve quarenta e duas reuniões, entre Sessão Ordinária, Extraordinária e Audiências Públicas: onze delas mencionaram a Casa. O tema não esteve em nenhum momento na ordem do dia dos trabalhos, contudo foi aludido nos pronunciamentos, requerendo-se informações do executivo sobre o empreendimento, moção de apoio aos moradores da Rua Hercílio Luz pela recusa, requerimentos e no espaço de explicações pessoais.

A Câmara de Vereadores de Brusque conta com quinze membros eleitos no pleito de 2012, para compor a legislatura de 2013 até 2016. Quatro dos vereadores são do Partido dos Trabalhadores (PT) – partido do prefeito – três da coligação do vice-prefeito: PP/PR/PTC, outros três de coligações de apoio pelo PMDB e PPS e os cinco restantes de oposição pelo PSD (coligação PSD/PRB/DEM) e PTdoB (coligação PSB/PTdoB/PTB)³⁰. Em vista disso, as coligações partidárias não foram tão determinantes, apesar de os opositores serem mais veementes nas críticas, os vereadores da coligação de situação também questionavam sobre a implantação e ficou a cargo dos vereadores da bancada do PT defender o projeto.

Os vereadores argumentaram que “não eram contra e achavam uma boa iniciativa”, mas “deveria ser repensado o local”, pois era um “local central com muita circulação de pessoas e que a população se mostrou descontente pela escolha” (Câmara de Vereadores de Brusque, Sessão de 16/04/2013)³¹. Um dos vereadores³² na oposição pelo PSD questionou em sessão realizada em 16/04/2013 – logo após a publicação do anúncio pelo jornal *O Município* – a instalação de uma “Casa de Passagem”. Afirmou que frente aos questionamentos da população, foi pessoalmente ver do que se tratava, pois “nunca tinha ouvido esse nome” – “eu entendi primeiro que era uma casa de massagem. [...] [Depois] Eu pensei, vai ver que vão vender passagem de ônibus”. Então, a pertinência de sua preocupação foi no seguinte sentido:

³⁰ Partido Progressista (PP), Partido da República (PR), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Democratas (DEM), Partido Trabalhista do Brasil (PTdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

³¹ As falas dos vereadores reproduzidas aqui foram transcritas do áudio das Sessões Legislativas disponíveis em <<http://www.camarabusque.sc.gov.br>>.

³² Tem 63 anos, natural de Blumenau/SC, é químico e foi professor, empresário, radialista e entrou na vida política no ano de 1988, disputando pela primeira vez o cargo de vereador. Já ocupou o cargo em outras quatro legislaturas (1989/1992, 1993/1996, 2001/2004).

tudo bem, a gente sabe que tem gente morando debaixo da ponte, que tem mendigos, que tem pessoas que precisam acolhimento... Nós temos essa sensibilidade. Agora, naquele local... Onde rodeado de residências já, famílias já de muitos anos morando ali. Especialmente naquele local e ainda com um programa que na minha opinião é a maior furada que o município vai dar até hoje [...] Olha, eu não sei, viu, eu acho que está se fazendo ou querendo fazer um assistencialismo que depois vai ser muito difícil de cortar. Porque quem acompanha a vida pública há muito tempo, como eu, sabe, e essas pessoas são acomodadas. Tem a pessoa que vai lá, usar aquilo lá e vai sair na hora certa e tem pessoas que vai fazer daquilo lá sua morada, e quero ver tirar depois... Quero ver como é que vão tirar. Aí passa os quinze dias, agora o senhor tem que sair, mas vai pra onde? Aí pega dois, três filhinhos no braço e o cachorrinho pela coleira e vão levar pra onde? (Sessão de 16/04/2013, Câmara de Vereadores de Brusque).

O vereador se somou às vozes dos moradores locais que se opunham ao projeto na desconfiança pela “acomodação” do público usuário e pelo “assistencialismo” dos serviços, visto que “esse pessoal aí ninguém sabe de onde vem e para onde vai”. E fechou sua fala manifestando que “acredita na boa intenção” da implantação, mas questionava a maneira de fazê-lo.

Uma vereadora de situação pelo PT³³ pediu então a palavra e respondeu que a implantação demonstrava que “o governo tem responsabilidades e estava preocupado em resolver uma necessidade das pessoas”, além de retoricamente indagar “qual seria a forma correta de se fazer”. Ao que foi respondida pelo vereador anterior que “sem caráter assistencialista e comprometendo verbas pagas pelo contribuinte”.

Na reunião seguinte, em 23/04/2013, outro vereador pelo PT³⁴ manifestou seu descontentamento quanto aos protestos e criticou o julgamento preconceituoso de que a população de rua era alvo. Então, apresentou uma fábula bíblica e remontou, a partir de exemplos históricos, a luta de algumas figuras pelos direitos humanos:

Eu tive fome e vocês me deram de comer. Ah, necessitei de roupas e vocês me vestiram. Estive enfermo e vocês cuidaram de mim. Estive preso e vocês me visitaram. Aí os justos perguntaram, quando é que a gente teve [esteve] assim? Senhor quando te vimos com fome e te demos de comer ou com sede e te demos de beber, quando te vimos estrangeiro e te acolhemos ou necessitado de roupa e te vestimos? O rei responderá, digo a verdade, o que vocês fizeram a algum dos menores irmãos foi a mim que fizeram. [...] A gente vai arrumando sempre uma desculpa. É pobre, é pobre porque é azarado, né? Porque olhou atravessado pra lua lá e teve azar. A gente inventa um monte de coisa... É, quando a gente pega toda a

³³ Tem 44 anos, natural de Vidal Ramos/SC, é formada em Direito e presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, Bordados, Couro, Calçados e Similares de Brusque e Guabiruba. Já concorreu ao cargo outras vezes, mas ocupa o cargo pela primeira vez. É a única vereadora mulher.

³⁴ Tem 57 anos, natural de Araranguá/SC, é mestre em educação e trabalha como professor e músico, além de fundador do Centro de Direitos Humanos (CDH) na cidade. Ocupou o cargo outras três vezes (1993/1996, 2001/2004, 2009/2012).

história de todos os povos, há sempre uma luta, né? Pra superar a fome ou pra dar desculpa que ela vai existir sempre. Gandhi, por exemplo, fez toda uma luta em relação ao seu povo, né? No fim foi, acabou sendo assassinado até por aquele que ele tentou fazer com que não brigasse. Ah, se a gente pegasse o Martin Luther King é outro que também fez toda uma luta bonita, né? Em relação aos negros e principalmente porque o negro era também o pobre. É, se nós formos pegar tipos de pessoas que a gente se acha semelhante, né? A gente, por exemplo, quando a gente vive na mesma situação, então, a gente manifesta uma solidariedade quase espontânea, quando a gente vive na mesma situação... [...]. E aí, [...], por que [é] que eu to trazendo isso tudo aqui? [...] Porque o preconceito, a gente cria as mazelas, nós criamos as mazelas, e depois cada um quer se livrar, mas ninguém quer assumir. [...] Esse negócio não vai pra lugar nenhum, porque não sei o quê. A gente diz um monte de bobagem, porque a gente não olha pro outro como um ser humano e muita gente também não ajuda a gente a fazer essa reflexão [...]. Aí tem o governo municipal faz uma “Casa de Passagem”. [...] Só que todo mundo quer a Casa de Passagem, na casa do outro. Porque se for perto da minha eu não quero. [...] E a gente tá preocupado, porque o cara lá tá na rua e é morador, ele é um bandido. Olha a lógica que nós... Estamos achando que aquelas pessoas que estão vindo ali são pessoas perigosas, a gente tá agindo com preconceito [...] (Câmara de Vereadores de Brusque, Sessão de 23/04/2013).

Em resposta, um vereador da oposição pelo PSD³⁵ disse que estava acompanhando via imprensa o desenrolar da situação e alertou que a população “não era contra a Casa de Passagem e sim contra a sua localização”.

Em outra sessão, de 25/04/2013, um vereador do PMDB³⁶ expôs sua preocupação em relação ao local e à vizinhança próxima:

[...] é necessário que a Câmara de Vereadores também se coloque. Uma preocupação muito grande que nós temos visto na cidade. Fiz uma indicação hoje ao nosso Prefeito, para que ele se sensibilize com a situação [por] que nós temos um grande problema pra resolver. O problema é a Casa de Passagem e eu realmente senti que eu tinha que falar isso hoje porque nos temos que rever essa situação. As pessoas que por ali moram na Rua Hercílio Luz não podem ficar fazendo protesto, não podem ficar correndo atrás do seu sossego alheio [sic]. [...] Eu acho que as pessoas têm que ser respeitadas e é por isso que eu vim aqui falar hoje a respeito dessa questão, dessa indicação. Eu entendo que esse local ali é um local de moradia, é um local onde nós temos um grande fluxo de pessoas, um grande fluxo de veículos. E o que nós temos ali e que vai acontecer são pessoas que têm síndrome, uma síndrome do pânico, uma síndrome de problemas de drogas, várias situações que nós vamos encontrar. Essas pessoas elas precisam de um local até um pouco mais reservado. [...] E essas pessoas podem ter a qualquer momento uma anomalia dessas ou vai ter que chamar a polícia, os vizinhos estão ali e acordam durante a noite. Então, essas pessoas precisam de um local mais próprio pra elas. E eu creio que essa casa ali em cima da rua, não é o local apropriado. Eu coloco aqui a minha sugestão que a gente encontre outro lugar. [...] No momento em que foi sugerido a casa, talvez não foi olhado nesse viés, nessa posição, de que ali poderia vir a acarretar algumas situações por isso que eu me solidarizo com os moradores da Rua Hercílio Luz e demais moradores também. Que quando aconteça isso primeiro se consulte os moradores pra ver se ali é o local apropriado. E aquelas casas tão bonitas que nos temos ali. Casas que foram totalmente revigoradas, aqueles prédios antigos que

³⁵ Tem 59 anos, natural de Brusque/SC e aposentado. Ocupa o cargo pela terceira vez (2001/2004, 2005/2018).

³⁶ Tem 54 anos, natural de Brusque/SC, é mestre em educação, graduado em Letras, e trabalha como professor na educação municipal. Foi a primeira vez que concorreu e que ocupa o cargo de vereador.

devem ser mantidos. Nós aprovamos uma Lei do Patrimônio Histórico Cultural. Então, nós não podemos entrar nesse jogo, porque senão daqui a pouco todo mundo vai querer vender pra fazer edifício. Pronto aí ninguém mais se incomoda. Então nós temos que pensar nisso. Então eu peço ao nosso prefeito que ele se manifeste de maneira com que nós possamos resolver este problema [...] (Câmara de Vereadores, Sessão de 25/04/2013).

A oposição na Câmara Municipal, em termos gerais, delineou uma posição próxima à da população contrária ao empreendimento, solidarizando-se na construção de uma desqualificação moral dos potenciais usuários da Casa de Passagem, que não seriam “merecedores” desses benefícios vistos como privilégios. Todavia, em face da confirmação de que o serviço seria implantado o posicionamento contrário passou a somar o argumento de contrariedade com a localização, mais do que contra o serviço. E ainda podemos observar como, da parte contrária à implementação, o serviço aparece coligado a uma necessidade de uma contraprestação – pagamento de impostos – e, da parte favorável, a ligação com uma moralidade cristã.

A edição de 26/04/2013 do jornal *O Município* trouxe na capa a matéria “A casa da discórdia”, dedicando duas páginas para noticiar o início das obras de reforma do imóvel e a continuidade dos esforços contra o ponto da Casa de Passagem. A secretária de Assistência Social defendeu na reportagem a localização dizendo que a proprietária foi avisada da destinação do imóvel e não se opôs – ao contrário de outros imóveis sondados – e, além disso, que o local foi escolhido observando os preceitos estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)³⁷ – “A busca pelo local previa seguir as orientações do MDS e, neste sentido, o espaço central facilita o acesso do público atendido ao serviço de acolhimento e aos demais serviços locais”.

É importante destacar que na medida em que a controvérsia foi se acirrando, a iniciativa foi sendo deslocada para o plano federal. Isto é, a prefeitura passou a se colocar como executora de uma política elaborada em outra esfera, a da política federal. Mas, considerando que aqueles que se opunham à iniciativa provavelmente não tinham conhecimento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o argumento perdia sua eficácia. Só aos poucos esse dado foi se incorporando aos argumentos contrários – como veremos a seguir.

³⁷ Os preceitos serão tratados no capítulo 2.

Na mesma reportagem o conselheiro tutelar e presidente do Grupo de Proteção da Infância e Adolescência (GRUPIA)³⁸ disse que a Casa “já era um desejo antigo” também do grupo. Contudo, afirmou que seria preciso “distinguir” as pessoas que estavam de passagem daquelas que efetivamente moram na rua, pois “são necessidades e atendimentos diferenciados”.

Alguns dias depois – em tom jocoso – o editorial do jornal *O Município* de 30/04/2013, na seção *Diretas e Indiretas* informou que “um ‘vulnerável’ (aspas do original) ficou na porta lateral incomodando a missa toda” na Igreja Matriz (católica) do centro e continuou narrando que, no salão paroquial, as crianças que frequentam a catequese precisam ir acompanhadas aos banheiros, com receio dos “hóspedes”. E, por fim, questionou onde estava a Assistência Social do município, já que poderiam aproveitar a situação para “treinar nesses casos críticos”.

Em outra nota da mesma seção, a indignação passou a ser com o fato de o modelo ser de esfera federal, sob o argumento de que “quem entende da nossa cidade é o prefeito e as pessoas que vivem nela e não os burocratas de Brasília. É inadmissível que quem diga o melhor local para este lugar são ‘companheiros’ que estão a milhares de quilômetros daqui”. Naquela ocasião, finalmente, a iniciativa foi inscrita em uma política de esfera nacional de assistência social e aí, em vez da crítica, se aponta que é o prefeito quem “entende da cidade”.

Também no dia 30/04/2013 a Secretária de Assistência Social concedeu uma entrevista à rádio local *Diplomata FM*, a fim de dar maiores esclarecimentos sobre o empreendimento face às dúvidas e polêmicas generalizadas. A Secretária explanou sobre a abordagem inicial do atendimento com o encaminhamento dentro das 48 horas – para avaliação da equipe técnica – e propôs uma reflexão sobre o fato de as pessoas se dizerem cristãs e contra o atendimento, e, pessoalmente, sobre seu conhecimento técnico de assistente social em se tratando de questões humanitárias. Essa fala evidenciou certa perspectiva

³⁸ Fundado em 08/10/2010 o GRUPIA é uma associação consultiva composta de membros do Conselho Tutelar, Judiciário, Ministério Público, Polícias Civil e Militar, OAB – Subseção Brusque, Corpo de Bombeiros Militar, Igrejas, Associação Empresarial e Comercial, Prefeitura, Câmara de Vereadores, Conselho Comunitário de Segurança, universidade local, veículos de comunicação e outras organizações parceiras e apoiadores com o intuito de “fazer da cidade um lugar onde as famílias cumpram sua missão de criar e educar seus filhos, a comunidade participe e se comprometa com a causa da infância e adolescência e o Poder Público cumpra o seu dever de garantir prioridade absoluta ao atendimento das crianças e adolescentes” (GRUPIA, 2015). Dentro dos grupos participantes se destaca o Conselho de Pastores de Brusque (COPAB), associação privada fundada em 2008, reunindo pastores de igrejas neopentecostais da cidade.

religiosa da assistência social reforçando que, até certo ponto, aparentava que nem mesmo a prefeitura via a Casa como um direito.

Aqui eu quero fazer uma reflexão com toda a população de Brusque que todos nós nos consideramos cristãos. E quando a gente pensa na questão do cristão e a gente pensa também – e aqui estou dizendo de uma forma muito tranquila, porque eu acredito realmente nisso e também porque sou assistente social e tenho todo um trabalho que é a questão técnica, mas eu também tenho toda uma relação de vida que eu não posso perder que é a relação de humanidade mesmo. Eu acho assim que esse morador de rua é um ser humano, é um ser humano como eu, como você, como qualquer um da nossa cidade. O que acontece com o morador de rua é que ele não teve as oportunidades que nós temos ou em algum momento ele teve essas oportunidades e ele perdeu. Então, assim, é muito fácil a gente julgar, em cima do que a gente vê na rua, mas nós que fazemos o atendimento direto a esta população, reconhecemos neles potenciais... Muitas situações, eu não estou aqui dizendo que a população deve estar pensando assim, algumas pessoas, “ah, mas eles estão na rua...”. Tem todo um estigma negativo com relação a essas pessoas. Mas, nós temos muitas experiências boas também, temos muitas pessoas que pelo histórico de vida delas, levaram elas pras ruas e isso não quer dizer que são más pessoas. Elas sim são boas pessoas e muitas vezes só necessitam de alguém que possa acolhê-los e que possa, de fato, contribuir para a melhora de vida daquela população. (Site Rádio Diplomata FM, 30/04/2013).

Findado o mês de abril de 2013, o assunto esmoreceu na imprensa e os comentários passaram a ficar mais dispersos. Mas, nos últimos dias do mês de maio, houve a criação da “Associação de Moradores da Rua Hercílio Luz”. Nela se reuniram, em grande medida, os opositores da instalação da Casa de Passagem e foi justamente este um dos motivos elencados para a iniciativa. Em 22/05/2013, o jornal *O Município* noticia a reunião e em 23/05/2013 publica a fundação, com foto do presidente e vice, com a promessa que seus membros irão continuar reivindicando a alteração de endereço, e ainda que não atendidos, fiscalizarão de perto o local: “se os serviços e a segurança prometidos para o local não funcionarem, o barulho vai ser grande” (Jornal *O Município*, 22/05/2013, p.3).

No dia 07/06/2013, o Prefeito prestou entrevista ao jornal *O Município* com a finalidade de avaliar seu período à frente do Poder Executivo e foi questionado sobre como seria administrada a rejeição à Casa de Passagem. Sua resposta, em posicionamento defensivo, enfatizou que a Casa “não vai ser um hotel, não vai ser uma pousada”, caberá à assistência social ou à polícia a abordagem e encaminhamento, “não é para qualquer um”. “Não será um local de descanso e permanência”, será feito um encaminhamento e a tentativa de restabelecer vínculos familiares. “Queremos que a população nos dê a oportunidade de praticar a solidariedade”, mas “se percebermos que esse não é o caminho, nada impede de fecharmos esse serviço na cidade”.

“No início da Rua Hercílio Luz, em um prédio azul de dois andares”, assim começou a matéria sobre a visita à Casa de Passagem feita pelo jornalista Marcelo Reis (jornal *O Município*) de 20/06/2013. As obras no prédio previam a instalação de 30 leitos – divididos em alas feminina e masculina – incluindo cozinha, refeitório e sala de recreação. A instalação do local, segundo a Secretaria de Assistência Social da cidade, era uma necessidade: “a cidade foi crescendo e os problemas sociais tendem a crescer junto. O número de moradores de rua aumentou e não existe nenhum programa de atenção direta a esse público. A Casa de Passagem é a melhor alternativa” (Jornal *O Município*, 20/06/2013, p.12A-13A).

Na mesma matéria, a secretária expôs que em levantamento realizado pela sua secretaria, no ano de 2013 existiam 35 moradores de rua cadastrados no município. O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)³⁹ realizava buscas na cidade por “pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade”. Com base nessa abordagem era feito o encaminhamento, tentava-se inicialmente um contato com a família ou tratamento, se não houvesse êxito – nas palavras da secretária – “permanece na Casa de Passagem até ter sua situação definida” (Jornal *O Município*, 20/06/2013, p.12A).

A secretária ainda afirmou que a abertura exigia a contratação de pessoas especializadas. A equipe seria formada por psicólogo, assistente social, educadores sociais e equipe de limpeza, manutenção e alimentação, processo que ocorria na data da visita do jornalista. Além disso, estavam se firmando “parcerias” com a Fundação Cultural e instituições esportivas para oferecer atividades aos moradores.

No mês de julho de 2013 a previsão de abertura não se concretizou, mas o frio chegou acompanhado de preocupações com os moradores de rua. Membros da Defesa Civil em conjunto com a Secretaria de Assistência Social preparavam alojamentos improvisados com o intuito de acolher as pessoas quando as temperaturas caíssem. A previsão do tempo anunciou um frio intenso para a época e os trabalhos se iniciaram. A operação de 2013, intitulada “Geadas Negras”⁴⁰, foi a primeira ação da equipe que seria responsável pela Casa de Passagem.

Dia 21 de julho um alojamento improvisado foi criado em um ginásio de esportes municipal para acolher as pessoas que estavam em situação de rua. A edição de 22/07/2013

³⁹ O CREAS é um equipamento que faz parte da estrutura da Secretaria de Assistência Social municipal, sendo uma “unidade pública [...] para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas” (BRASIL, 2011, p.8).

⁴⁰ Fenômeno climático que atingiu a região no período.

do jornal *O Município* informou que tinham sido acolhidas 12 pessoas de todas as idades e um pouco das condições dos abrigados. No dia 23/07/2013, o número divulgado pelo jornal chegou a 14 pessoas e, em 24/07/2013, 21 pessoas, e a temperatura havia caído a 1,9° C. Os trabalhos tinham por intuito “salvar vidas”, como destacou o coordenador da Defesa Civil.

“O vai e volta dos moradores de rua” imprimiu a edição de 26/07/2013 do jornal *O Município*. Os membros da Defesa Civil percorreram a cidade e tiveram o auxílio da população para localizar os moradores de rua; alguns não aceitaram ir ao abrigo para não deixarem seus pertences sozinhos. O abrigo acolheu quatro mulheres e dezessete homens. Alguns dos abrigados não permaneceram no local, devido às exigências de higiene, respeito aos horários e não ingestão de bebidas alcoólicas. “Eles nem sempre estão acostumados com essas condições. Tentamos não colocar tantas regras, mas estipular condições de boa convivência” – relatou uma das organizadoras (Jornal *O Município*, 26/07/2013, p.12A). O abrigo funcionou durante uma semana e segundo fala da coordenadora, “realmente o frio veio e tivemos que proteger essas pessoas e conseguimos ter mais contato com os moradores que serão atendidos na Casa de Passagem” (*Ibid.*). Com estes primeiros atendimentos começaram a se evidenciar os primeiros descompassos entre o atendimento prestado e o público a quem foi destinado, como a necessidade de abandonar seus pertences para ir ao abrigo e as exigências de conduta – aspectos que voltarão a aparecer depois da abertura da Casa, alimentando tensões entre funcionários e beneficiários.

Passados mais alguns meses, somente em 02/09/2013, outra notícia em relação à Casa foi publicada. Nesta data a edição do jornal *O Município* publicou carta enviada pelo vice-presidente da Associação de Moradores da Rua Hercílio Luz denunciando um arrombamento que aconteceu na cidade, supostamente cometido por um morador da Casa de Passagem.

Até esta ocasião, eu não sabia da abertura da Casa de Passagem e acredito que poucos sabiam, pois não houve inauguração “oficial” como costuma acontecer em empreendimentos estatais, ou pelo menos não se noticiou em face das prováveis repercussões negativas.

De forma geral, podemos dizer que o discurso fomentado pelos marcadamente contra – seja em relação à própria política ou ao local de instalação da Casa de Passagem – expôs e

criou certo imaginário em relação à população em situação de rua: bandidos, criminosos, preguiçosos, vagabundos e outros adjetivos depreciadores. Enquanto isso, a prefeitura e seus representantes tentam inculcar outro discurso ligado ao compromisso social com a dignidade humana – frequentemente acentuando o caráter religioso cristão –, viabilizando oportunidades de restituir a cidadania através do acompanhamento e inserção no atendimento socioassistencial estatal.

A instalação da Casa era a concretização de uma meta estipulada no Plano Municipal de Assistência Social em 2009, resultado da Conferência Municipal de Assistência Social – Plano e Conferência que se inscrevem nas prerrogativas do modelo estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Entretanto, foi se figurando como uma iniciativa isolada da gestão municipal descontextualizada da esfera federal, que somente após as repercussões negativas retomou a ligação como defesa e para buscar legitimidade. O serviço não tem uma obrigação de implantação, entretanto a sua previsão tem ligação com o PNAS e com a destinação de verbas específicas conforme os níveis de gestão alcançados pelo município no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que serão explanadas no próximo capítulo.

O anúncio e a concretização do projeto de implantação da Casa de Passagem marcaram a transição de um momento difuso – em que não havia previsão de atendimento às pessoas em situação de rua – para outro normatizado pelo Estado – com atendimento oferecido pela Casa. Também indicando, como lembra a antropóloga Taniele Rui (2012, p.60), na sua pesquisa sobre o uso do crack em São Paulo, que a partir daquilo haverá uma nova forma de conceber o contato com aquela população específica.

Houve então uma série de manifestações: um grupo de moradores descontentes queixava-se de não terem sido consultados e ouvidos e assim fundaram uma associação. Ainda como observa a antropóloga Taniele Rui, em relação ao espaço da Crackolândia em São Paulo, “associações civis e comerciais concordam na crítica à desvalorização dos imóveis e ao fato de não serem comunicados pela prefeitura das decisões e dos planos para o entorno, nem chamados a participar deles” (RUI, 2012, p.196). Entretanto, partes dessas lutas são por diferenciação, do bairro ou da rua, “porque ela incomoda, provoca e, de algum modo, produz e é desculpa para esse tipo de intervenção” – “há nesse entorno fronteiras contraditórias que, a um só tempo, separam práticas e visões de mundo antagônicas e as põem em contato – por meio da disputa” (ARANTES, 1994 *apud* RUI, 2012, p.196).

Busquei demonstrar, no decorrer desse capítulo, como o anúncio da proposta de implantação da Casa foi se conformando com relação ao atendimento às pessoas em situação de rua e, conjuntamente, com a produção específica dessa alteridade. Sem saber exatamente quem eram e suas necessidades, assim, de um lado, projetava-se que era necessário um auxílio qualificado para superar a condição de rua, e, de outro, as próprias expectativas sobre os acolhidos.

É interessante observar, ainda neste estágio, como há uma confluência religiosa e política na construção do atendimento. As justificativas mais utilizadas para apoiar a criação vão ao encontro de uma noção de solidariedade assistencialista que a implantação da PNAS e SUAS querem afastar⁴¹. Mas, a maneira para chegar ao compromisso do atendimento, parece passar necessariamente pela incursão e compromisso com um pensamento religioso cristão. Sendo assim, o debate se apresentava no início como estritamente local – iniciativa exclusiva da prefeitura –, posteriormente com a oposição; a prefeitura passou a acionar o vínculo nacional para defender a iniciativa de implantação da Casa de Passagem e as críticas também fizeram o mesmo movimento, o que, de certa forma, denunciou a distância entre concepções da política e a realidade de sua efetivação.

Da mesma forma, acompanhando o desenrolar dos eventos, somente com o passar da pesquisa soube que a instalação da Casa de Passagem estava ancorada em diretrizes nacionais. Mas, como procurarei mostrar no próximo capítulo, em Brusque, a iniciativa também remonta a uma política mais antiga que não foi efetivada.

⁴¹ Perspectiva que será retomada mais adiante.

3. A CASA DE PASSAGEM COMO INICIATIVA LOCAL E COMO POLÍTICA NACIONAL

Como evidenciado no capítulo anterior, o anúncio do projeto de instalação da Casa de Passagem em Brusque/SC foi apresentado primeiramente como uma iniciativa local, fruto de uma preocupação recente com o crescimento do número de *peessoas em situação de rua*. Contudo, quando questionei Anderson – um dos coordenadores da secretaria de Assistência Social sobre a origem da ideia do atendimento, ele me apontou uma lei municipal anterior como dado histórico. A Casa de Passagem era efetivação da vontade local de atender uma demanda reconhecida em outras ocasiões, mas não realizada.

Como procurei mostrar, no decorrer das repercussões negativas, sinalizaram-se as conexões em nível nacional e institucional com as diretrizes previstas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), até como forma de defender a iniciativa da prefeitura. Assim, este capítulo busca apresentar, primeiramente, como se dava o acesso às políticas públicas de assistência social e, posteriormente, evidenciar a construção histórica da especialização da legislação no que se refere à Assistência Social no Brasil e, especificamente, o atendimento às pessoas em situação de rua.

O meu conhecimento da legislação se deu de maneira paralela e complementar ao meu interesse na Casa, por acompanhar as configurações das repercussões locais do projeto. A forma como a política de atendimento às pessoas em situação de rua foi pensada em Brusque parecia, de alguma forma, transversal à PNAS. De um lado, a ligação com a lei municipal mais antiga – chamada “Programa de Atendimento a Migrantes-Itinerantes” – a qual abriu o precedente e, de outro, a implantação que se somou ao movimento de ampliação da cobertura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no município.

3.1. ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Os objetivos das políticas públicas da assistência social no Brasil, segundo a lei 8.742/1993, artigo 2º, são:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais. (BRASIL, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993).

A organização do sistema – definido pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2003 – tem como princípio a descentralização, portanto o atendimento se dá por intermédio de serviços organizados no plano municipal – agente estatal “na ponta”.

Em Brusque, na maioria dos casos, para o atendimento, a pessoa precisava se dirigir até algum dos postos da Assistência Social e manifestar a sua necessidade, seja na própria Secretaria – localizada na prefeitura (matriz da organização dos atendimentos) ou em um dos dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou ainda no Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS)⁴².

Então, depois de um questionário prévio realizado pelos Educadores Sociais⁴³ no primeiro atendimento, a pessoa passava por uma entrevista de “diagnóstico”⁴⁴ individual por alguma das equipes técnicas – psicólogos e/ou assistentes sociais – com o intuito de estudar a necessidade apresentada. Assim, conforme a exigência, e se, na avaliação da equipe fosse constatada a veracidade⁴⁵, o “usuário” era encaminhado para o atendimento adequado nos

⁴² Se a necessidade fosse de nível Básico o atendimento era feito pela própria secretaria ou CRAS, se em nível Especial pelo CREAS. Adiante serão mais bem explicitadas as hierarquias da rede.

⁴³ Educador Social é o cargo de nível médio previsto para auxiliar nas Secretarias de Assistência Social e de Educação de Brusque com atribuições socioeducativas – como o nome sugere – tais como: “Encaminhar e acompanhar os alunos nas consultas e/ou atendimentos de saúde, educação, assistência social, quando necessário; Propiciar a integração e reintegração dos usuários e suas famílias, colaborando na solução de seus problemas, utilizando, sob supervisão, os métodos e processos básicos de educação alimentar, higiene, relacionamento social, laborterapia, educação e/ou formação para o trabalho, qualificação profissional, entre outros” (Prefeitura de Brusque, Edital nº 01/2013, p.17-18).

⁴⁴ A aproximação entre diagnóstico ‘social’ e diagnóstico médico não é fortuita e não pode ser naturalizada.

⁴⁵ A assistência social tem seus princípios inscritos no artigo 4º, da LOAS: I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - universalização dos direitos sociais, a

equipamentos do restante da rede assistencial. Os serviços encaminhados tinham em conta as necessidades identificadas e a disponibilização dos equipamentos, conforme a estruturação municipal – norteadas pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

O atendimento com maior demanda e frequência era o Básico – conforme a designação oficial de “Proteção Social Básica” – que através dos serviços, programas e projetos de convivência e socialização oferta repasses de Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou eventuais para a superação de situações contingenciais e temporárias – por exemplo, o Aluguel Social. E, quando o atendimento demandava maior particularidade era nomeado Especial – “Proteção Social Especial” – ainda dividido em serviços de Média e Alta Complexidade, conforme a avaliação de vínculos sociais e familiares da pessoa atendida. Na Média Complexidade com esses vínculos e na Alta nas situações onde os vínculos são mais frágeis ou inexistentes⁴⁶ (BRASIL, 2005).

Nas exceções estavam os casos, que demandavam abordagem e/ou intervenção de agentes da assistência social, identificados por meio de visitas e pesquisas *in loco* ou ainda através de notificações de terceiros. Após a primeira abordagem, e caso houvesse a concordância voluntária do usuário, o atendimento seguia para os encaminhamentos previstos no restante da rede assistencial. Na Casa de Passagem o acesso acontecia de ambas as maneiras, através da busca voluntária – chamada “demanda espontânea” – e das abordagens sociais realizadas nas ruas.

3.2. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DO PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Como atentado anteriormente, os termos Casa de Passagem e Abrigo Institucional se referem a equipamentos previstos pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A PNAS entrou em vigor em 15 de outubro de 2004, através da publicação da Resolução nº 145/2004-MDS no Diário

fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

⁴⁶ Adiante as especificidades serão tratadas com mais detalhamento.

Oficial da União (DOU). O momento da publicação no DOU condensa e sintetiza o resultado de toda uma gama de discussões (CASTRO, 2012). Além disso, a PNAS é a especificação de diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742 de 1993 – que, por sua vez, remete ao estabelecido na Constituição Federal (CF) de 1988.

A CF inaugurou uma nova fase no campo da assistência social, consolidando direitos sociais e humanos como de responsabilidade do Estado. O Estado passou então de apoiador para responsável por atender às demandas de seguridade social⁴⁷ da população e inaugurou um novo modelo não contributivo – o atendimento até então era restrito aos trabalhadores mediante pagamento da Previdência Social. Nesse modelo, a garantia de saúde e assistência social se estendeu como um direito de todos os cidadãos sem contraprestações.

Em 1993, com a aprovação da LOAS, se iniciou a execução do preconizado na CF. A LOAS complementou e detalhou os preceitos constitucionais, explicitando o atendimento socioassistencial a ser ofertado e indicando caminhos concretos para a consolidação da política de assistência social, também descentralizando a coordenação em cada esfera do governo – federal, estadual e municipal. A descentralização visou a “integrar e articular as ações que aconteciam em cada esfera de governo segundo os desafios de cada identidade regional” exigindo, também, “mais controle social e participação”⁴⁸ (BRASIL, 2013). Até esse momento a legislação, no que se referia à assistência social, não fazia nenhuma referência à *população em situação de rua*.

Os anos seguintes foram intensos na agenda da consolidação da assistência social. As discussões realizadas nas Conferências Nacionais⁴⁹ evidenciaram a necessidade de constantes debates em torno da construção de uma política cada vez mais expressiva no que concerne assegurar os direitos dos cidadãos e responsabilidades do Estado, conseqüentemente, buscando padronizações que facilitassem as execuções dos programas nos demais entes federativos (BRASIL, 2013, p.8-9).

⁴⁷ “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, Constituição Federal de 1988).

⁴⁸ A participação se concretiza na composição paritária entre governo e sociedade civil nas decisões deliberativas através da presença dos conselhos municipais, estaduais e federais.

⁴⁹ As Conferências Nacionais foram previstas na LOAS: “são convocadas pelo poder executivo ou pelo conselho responsável” e tem por “objetivo reunir governo e sociedade civil para debater um tema de interesse comum e decidir as prioridades daquela política pública para os próximos anos” (BRASIL, 2013, p.14).

Assim, em 1998 foi aprovada a primeira Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e duas Normas Operacionais Básicas (NOB). As NOBs – também definidas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – determinaram as regras e condições para o repasse de recursos aos estados e municípios através da exigência de criação de Conselho, Plano e Fundo de Assistência Social – visando cumprir as determinações, já estabelecidas na LOAS, descentralização e planejamento de ações (BRASIL, 2013, p.10-11). O que culminou, na proposta coordenada pelo Ministério da Assistência Social⁵⁰, na criação da diretriz de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁵¹ na Conferência Nacional realizada em 2003 – chamada LOAS-10 (em decorrência da passagem dos 10 anos da lei).

Em 2004, houve a reelaboração e aprovação da PNAS, atualmente em vigor, que detalhou o modelo de gestão do SUAS e colocou “os direitos dos usuários como foco das ações” (BRASIL, 2013, p.8). Desta forma, a política de assistência social incorporou funções de vigilância e defesa de direitos que objetivam “agir de maneira a evitar o agravamento das situações de vulnerabilidade e também deve garantir que os cidadãos tenham locais ou órgãos aos quais possam recorrer quando seus direitos forem violados” (*Ibid.* p.9). E, pela primeira vez contemplou – e mencionou o termo – *peças em situação de rua* como beneficiárias específicas⁵².

Como estratégia para atender as necessidades de diferentes demandas e descentralização dos atendimentos, a PNAS hierarquizou os níveis de Proteção Social em Básica e Especial (Média e Alta Complexidade). A Proteção Social Básica tem por objetivos “prevenir situações de risco e vulnerabilidades, fortalecendo vínculos familiares e comunitários”; a Especial atua quando a situação de exclusão social já é considerada extrema, o indivíduo ou família com direitos violados e sem vínculos – “por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (BRASIL, 2005, p.37) – abrange serviços de apoio à sobrevivência e auxílio para inclusão em redes sociais de atendimento e de solidariedade (BRASIL, 2005, p.33).

A Proteção Social Básica oferece serviços, programas e projetos de “convivência e socialização” ofertando repasses de Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou eventuais –

⁵⁰ Primeira nomeação do atual Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

⁵¹ “Baseado no modelo do Sistema Único de Saúde (SUS), o Suas organiza atendimento e serviços ofertados à população de maneira não contributiva, ou seja, não se paga para receber os benefícios e serviços garantidos por lei como direito das pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade” (PORTAL BRASIL, 06/07/2011).

⁵² Ver mais em MELLO, 2011.

conforme a necessidade constatada para superação de vulnerabilidades contingenciais de perdas e danos temporárias. Sua atuação se dá, de forma direta pelos municípios, através dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) – podendo ter mais de um, conforme nível de gestão e áreas de vulnerabilidade locais. A Proteção Social Especial demanda serviços, programas e projetos mais especializados, pois exige acompanhamento individual e compreensão das especificidades, no que se refere ao “contexto cultural, inclusive ao se tratar da análise das origens e dos resultados de sua situação de risco e de sua dificuldade de auto-organização e de participação social” (BRASIL, 2005, p.37). As diferenças entre as subdivisões da Proteção Social Especial se referem ao rompimento dos vínculos sociais e familiares; na Média são indivíduos e famílias com direitos violados e com vínculos, enquanto a Alta é com direitos violados e sem vínculos e/ou referências, que exigem proteção integral (moradia, alimentação, higienização). Sua atuação direta se dá através dos Centros Especializados de Referência da Assistência Social (CREAS) e envolvem, na Média: orientação, plantão social, abordagem de rua, cuidado no domicílio, habilitação e reabilitação de pessoas com deficiências, prestação de serviço à comunidade; na Alta: atendimento integral institucional, casa lar, república, casa de passagem, abrigo institucional – categorias a que esta pesquisa se refere –, albergue, família substituta, família acolhedora, internações provisórias e sentenciadas, entre outros (BRASIL, 2005, p.93). Além do atendimento direto pelas unidades da rede pública o atendimento também se dá indiretamente, através de entidades e organizações “parceiras”⁵³ privadas.

Em 2005, um novo marco na assistência social foi a implantação do SUAS através da instituição da Norma Operacional Básica (NOB) de 14/07/2005. Esse modelo de gestão busca integrar municípios, estados e União para consolidação do sistema descentralizado e participativo – previsto nas legislações anteriores, “com co-responsabilidades e co-financiamentos” – e igualmente regulamentar e organizar as ações e programas. Os serviços, programas, projetos e benefícios passam, então, a ter prioridade na “atenção às famílias, seus membros e indivíduos” e o território torna-se “a base de organização, que são definidos pelas funções que desempenha, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade” (BRASIL, 2005, p.39).

⁵³ De um lado, ‘parceria’ é uma categoria legal. De outro, é uma categoria-interesse da etnografia para entender como a noção é efetivada no caso aqui analisado.

É do SUAS que decorrem as decisões e a organização, “os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social” através da “normatização dos padrões nos serviços, qualidade do atendimento, indicadores de avaliação e resultado, nomenclatura [...] e, ainda os eixos estruturantes” (BRASIL, 2005, p.39). A organização dos serviços baseia-se em três divisões: vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

A vigilância social se refere, basicamente, à “produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos da vida” e “vigilância sobre os padrões de serviços de assistência social” (BRASIL, 2005, p.39-40). A proteção social tange à segurança de sobrevivência, rendimento e de autonomia, segurança de convívio, vivência familiar e segurança de acolhida – conforme hierarquização apontada anteriormente. E, a defesa social e institucional deve organizar os serviços de forma a garantir e assegurar aos “usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e de sua defesa” (BRASIL, 2005, p.40).

No que concerne à *população em situação de rua* outro marco foi mudança da redação da LOAS em 2005. Então, a unidade básica estabelecida na família pelo atendimento, de certa forma, passou a atender e reconhecer certa especificidade com relação às pessoas em situação de rua. A lei 11.258/2005 acrescentou “o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua” no seu artigo 23, parágrafo único:

Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo:

- I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social (...);
- II - às pessoas que vivem em situação de rua.

Das discussões nas Conferências Nacionais decorreram também, em 2006, a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) que “orienta a exigência de servidores públicos responsáveis por sua execução [dos atendimentos]” e “a criação de cargos [...] para suprir as necessidades dos serviços”, competindo assim aos diferentes níveis de gestão “contratar e manter o quadro de pessoal qualificado academicamente e por profissões regulamentadas” (BRASIL, 2011, p.15-16). E, em 2009, a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais promoveu “a padronização [...] dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados” (BRASIL, 2013, p.4). Dessa forma, é com essa normativa

que se preceitua também certa padronização dos serviços assistenciais nos atendimentos realizados em Brusque.

Ainda no ano de 2009, a promulgação do Decreto 7.053/2009 institui especificamente a Política Nacional para a População em Situação de Rua, definindo, no seu artigo 1º, parágrafo único:

considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Entretanto, se as normatizações produzidas pelo Estado são ou não “a maneira mais eficaz para alcançar os louváveis objetivos de seus autores não está nada claro” (FONSECA, 1999, p.84). O que acontece, sem sombra de dúvida, é que a identificação padroniza perfil e atendimento – embora cada um com suas especificidades – “rebatizando” uma classe.

Um dos principais desafios da profissionalização da política pública de assistência social é superar seu modelo histórico de iniciativas privadas e isoladas ligadas, em sua maioria, às práticas religiosas de caridade e solidariedade. Práticas que, de alguma forma, refletem na própria construção histórica da categoria de pessoas em situação de rua e em uma moralidade de um modo de vida supostamente adequado.

A categorização os rotula como deslocados, especialmente pela tríade característica – “não-propriedade, ausência de trabalho e a fragilidade das relações afetivas e sociais” (FRANGELLA, 2004, p.12). Encarnam, desse modo, o papel da “forma mais visível e extrema de marginalização econômica e social” e sua presença localizada – antes invisível nos cantos da cidade como ruas, praças, calçadas, embaixo de pontes e viadutos – passa a ser vista como sinônimo de “ameaça às definições normativas do espaço urbano” (FRANGELLA, 2004, p.12), mesmo que seja somente através da própria presença corporal (FRANGELLA, 2004; RUI, 2012).

As próprias mudanças com relação aos termos utilizados evidenciam uma especialização legal, inicialmente os termos “morador de rua”, “sofredores das ruas” denotavam uma relação, muitas vezes, essencialista – observado nas expectativas e

repercussões do anúncio no capítulo anterior. Nesse sentido, é importante ressaltar o exposto pela antropóloga Patrice Schuch (2008, p.12) – no artigo em que questiona esses determinismos conceituais com base em pesquisas realizadas em Porto Alegre/RS – de que essa tendência, em grande medida, “está associada a uma correlação entre dinâmicas que conjugam duas fortes perspectivas sobre o assunto” que “retiram a complexidade da agência dos sujeitos, tornando a rua um espaço ontológico da exclusão por excelência e/ou entendido unicamente a partir da lógica das necessidades de sobrevivência”. De um lado, “aquela pautada pela visão de que estar na rua é um problema e requer intervenções e práticas de governo determinadas a suprimir tal fenômeno a partir da simples retirada das pessoas da rua”; e, de outro, “aquela pautada num diagnóstico de causalidades macroestruturais, que subentende as pessoas em situação de rua como sujeitos de ‘falta’” (SCHUCH, 2008, p.12). E, dificilmente há “o reconhecimento de que a rua é, também, um espaço de produção de relações sociais e simbólicas habitado por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade do seu movimento” (*Ibid.* p.13). Assim, os termos usados foram substituídos pelo emprego formal de “pessoas em situação de rua”⁵⁴.

Simone Frangella (2004) identificou as mutações históricas na categoria população em situação de rua e seus perfis em sua etnografia sobre o universo corporal dos moradores de rua adultos na cidade de São Paulo e suas relações com o espaço urbano. A partir de 1970, os termos usados até hoje ligados à exclusão social – população em situação de rua, sem-teto, *homeless* e *sans-abri* – passam a fazer parte de ações públicas e políticas sociais adquirindo estatuto teórico que evidenciavam “as condições sociais e econômicas que os colocam à margem social” (FRANGELLA, 2004, p.47).

Contudo, a política de atendimento às pessoas em situação de rua, conforme também atenta Frangella (2004, p.49), visa à inserção social e à atenuação da condenação de seu modo de vida, não dando conta de contemplar “a movimentação errante como um modo de vida”. Essa heterogeneidade é um dos desafios a se pensar uma política pública específica para as pessoas em situação de rua, pois “esses perfis [...] se particularizam de acordo com os usos possíveis dentro de cada contexto urbano [...] e de acordo com as possibilidades que oferecem aos moradores de rua e às quais este desafia” (*Ibid.* p.49). E é preciso advertir que essas diferenças de perspectivas também podem implicar usos diferentes daqueles projetados pelo

⁵⁴A escolha oficial por essa nomeação – que também opto no decorrer deste trabalho – é resultado de “um refinamento das políticas de assistência social” conjuntamente com mobilizações que atentam para situacionalidade e “a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível” (SCHUCH, 2008, p.16-17).

Estado para suas políticas públicas, principalmente no que diz respeito ao seu conceito de eficiência. James Scott (2009 *apud* SCHUCH, 2008, p.15) nos lembra que, “historicamente, populações itinerantes e/ou que estão inseridas em rotinas de vida de não fixação veem os recursos estatais ao mesmo tempo como atrativos e ameaçadores e podem se utilizar intermitentemente de tais recursos, de acordo com a situação”, e que mesmo as possibilidades de recusa quanto ao atendimento devem ser complexificadas⁵⁵.

3.3. CASA DE PASSAGEM E ABRIGO INSTITUCIONAL: TIPIFICAÇÃO DO ATENDIMENTO E NÍVEIS DE GESTÃO DO SUAS

Como exposto, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – a partir do discutido nas Conferências e Conselhos – estabeleceu uma série de instruções e diretrizes quanto ao funcionamento dos programas e serviços da assistência social. No que se refere à Casa de Passagem e ao Abrigo Institucional ambos são serviços de acolhimento institucional, equiparando-se no atendimento a pequenos grupos e, têm as mesmas exigências quanto ao local e à equipe técnica com a diferença de que Casa de Passagem tem o marco mais específico da transitoriedade, proporcionando abrigo para estudo de caso de curto prazo e posterior encaminhamento. Em relação à especificidade do atendimento, são previstos para indivíduos e famílias em situação de rua, e visam a “atender de forma qualificada e personalizada de modo a promover a construção conjunta com o usuário do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito à vontade e nível de autonomia” (BRASIL, 2012, p.2).

O atendimento a pequenos grupos deve ter uma equipe de referência com um coordenador, um cuidador e um auxiliar de cuidador. A escolaridade exigida é de ensino médio ou superior para coordenador, nível médio e qualificação específica para cuidador e nível fundamental e qualificação específica para o cargo de auxiliar de cuidador. A equipe de referência da Alta Complexidade – nível em que estão os serviços – para atendimento psicossocial deve ter, pelo menos, dois profissionais de nível superior com formação em Serviço Social e Psicologia, variando a exigência conforme o número de atendimentos realizados (BRASIL, 2011, p.33-34).

⁵⁵ Segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua dos entrevistados 46,5% dos entrevistados preferem dormir na rua, em comparação com 43,8% que manifestaram preferir albergues, abrigos e/ou serviços semelhantes para pernoite (BRASIL, 2008).

Ainda, quanto à localização, ambos devem estar em área residencial, com características arquitetônicas o mais próximo possível de uma residência familiar – evitando-se placas indicativas para não estigmatizar ou segregar –, inseridos na comunidade, de fácil acesso e próximo aos locais em que os usuários costumam circular. O imóvel deve ter espaço suficiente para comportar os seguintes cômodos: mais de um quarto, sala de estar, sala de jantar e refeitório, ambiente para estudo (pode ser integrado a outro ambiente), cozinha, banheiros (lavatório e banheiros com chuveiro divididos por gênero), área de serviço, área externa como quintal, jardim ou varanda, sala de atendimento individual, sala de reunião, sala para atividades administrativas e coordenação e sala de recepção e espera (BRASIL, 2010, p.27-30).

A PNAS já havia exigido a criação de conselhos e de fundos para a manutenção financeira dos serviços, sem os quais os municípios não poderiam receber repasse de recursos. No que se refere à previsão de recursos para a manutenção dos serviços, a gestão descentralizada determina que haja previsão orçamentária nas três esferas do governo – municipal, estadual e federal. Mas, o financiamento está atrelado a diagnósticos socioterritoriais, considerando “as demandas e prioridades que se apresentam de forma específica, de acordo com as diversidades e parte de cada região ou território, a capacidade de gestão e atendimento e de arrecadação de cada município/região” (BRASIL, 2005, p.49). Com a constante especialização da legislação obrigou-se também a identificação da realidade e a criação de indicadores que auxiliassem na construção da política pública na “ponta”, congregando diversos órgãos governamentais e produzindo dados.

A mesma NOB de 2005 instituiu os pisos de financiamentos e exigências, conforme o porte do município – em Pequeno Porte I e II, Médio e Grande Porte e Metrôpoles – com base no número de habitantes⁵⁶. E também de acordo com o nível de vinculação ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que se dá em três níveis: inicial, básico e pleno – conforme a implantação da gestão da assistência social no município (BRASIL, 2005). Quanto maior o porte do município e nível de gestão do SUAS maior será o teto de repasses e financiamentos.

Na Gestão Inicial estão os municípios que não se enquadram nas especificações anteriores e desenvolvem somente ações ligadas à Proteção Social Básica. O nível Básico é

⁵⁶ Pequeno Porte I até 20.000 habitantes; Pequeno Porte II de 20.001 até 50.000 habitantes; Médio de 50.001 até 100.000; Grande de 100.001 até 900.000; e Metrôpole mais de 900.000 (BRASIL, 2005, p.19).

quando “o município assume a gestão da proteção social básica na Assistência Social”, devendo “estruturar Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de acordo com o porte do município, em áreas de maior vulnerabilidade social” (BRASIL, 2005, p.99-100). E, além disso, uma série de requisitos que incluem, de forma geral: ter “equipe profissional composta por, no mínimo, um profissional de serviço social”, com manutenção de “estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Benefícios Eventuais”; como também “realizar diagnósticos de áreas de risco e vulnerabilidade social” (*Ibid.* p.101). No nível Pleno o município alcança “a gestão total das ações da Assistência Social”, incluindo Proteção Social Básica e Especial – e, junto com os requisitos anteriores, deve: “realizar diagnósticos de áreas de vulnerabilidade e risco, a partir de estudos e pesquisas por instituições públicas e privadas de notória especialização”, “cumprir pacto de resultados, com base em indicadores sociais comuns previamente estabelecidos”, “instalar e coordenar o sistema municipal de monitoramento e avaliação das ações da Assistência Social por nível de proteção básica e especial, em articulação com o sistema estadual, validado pelo sistema federal”, “declarar capacidade instalada na proteção social especial de alta complexidade, a ser cofinanciada pela União e Estados, gradualmente, de acordo com os critérios de partilha” e “elaborar e executar a política de recursos humanos, com implantação de carreira para os servidores públicos que atuem na área de Assistência Social” (BRASIL, 2005, p.102).

As responsabilidades por parte da esfera estadual são no sentido de coordenar, organizar e orientar os municípios de acordo com seu nível de habilitação e, além disso, atribuições tais como: “organizar, coordenar e monitorar o Sistema Estadual de Assistência Social”, “prestar apoio técnico aos municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social”, “estruturar a Secretaria Executiva da Comissão Intergestores Bipartite (CIB)”, entre outras (BRASIL, 2005, p.108-110).

As Comissões Intergestores Bipartite (CIB) – município e estado – e Comissão Intergestores Tripartite (CIT) – município, estado e união – são “espaços de interlocução de gestores”, “instâncias de negociação e pactuação de aspectos operacionais da gestão do sistema descentralizado e participativo” (BRASIL, 2005, p.123) e centrais nas articulações e deliberações do SUAS.

Especificamente em Brusque, o Conselho de Assistência Social está constituído com 12 membros efetivos⁵⁷, 6 representantes governamentais e 6 pessoas da sociedade civil – além dos suplentes. As verbas para a manutenção do abrigo foram previstas no orçamento, através da destinação do Fundo Municipal e com recebimento de repasses do Fundo Estadual⁵⁸; quanto à esfera federal, o repasse não havia sido habilitado devido à exigência não cumprida de a cidade dispor de um Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (CREAS-POP). No entanto, a implantação de um CREAS-POP estaria nos planos futuros da Secretaria de Assistência Social, segundo relatos da secretária.

Em síntese, a Casa de Passagem e o Abrigo Institucional eram definidos dentro da PNAS como Proteção Social Especial de Alta Complexidade e o município de Brusque estava na condição de Grande Porte – pelo seu número de habitantes – e no nível Básico de gestão do SUAS, almejando gestão Plena.

3.4. LEI MUNICIPAL DE 1999 E OS PLANOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O primeiro registro que localizei, de preocupação institucional municipal com o tema de implantação de atendimento para pessoas em situação de rua, remeteu ao ano de 1997⁵⁹, quando, na sessão de doze de junho da Câmara de Vereadores, foi levantado por vereadora do PFL⁶⁰, na oposição. A vereadora indicou ao Poder Executivo que fosse edificado um albergue com o intuito de abrigar temporariamente “as pessoas sem destino certo no município”. Mas, nada foi efetivado e o assunto adormeceu até o ano de 1999, quando em 22/04 e 01/06, a Diretoria de Assistência e Promoção Social⁶¹ enviou convites aos vereadores para reuniões cujo mote era “os problemas decorridos do elevado número de migrantes em nosso

⁵⁷ Governamentais: 2 membros da Secretaria de Assistência Social e Habitação, 1 membros da Secretaria de Saúde, 2 membros da Secretaria de Educação e 1 membros da Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana; da Sociedade civil: 3 membros representantes dos usuários da Assistência Social e 3 representantes de Entidades Sócio assistenciais (BRUSQUE, 2013, p.10-11).

⁵⁸ Os Fundos se referem à alocação e identificação de recursos orçamentários necessários para gerenciamento dos serviços assistenciais previstos na estrutura municipal através do Plano Municipal com aprovação em Conselho.

⁵⁹ O prefeito em exercício no período era do PPB. A Câmara de Vereadores era composta por 11 membros dos partidos PFL (2), PPB (2), PSL (1), PDT (3), PMDB (2), PL (1).

⁶⁰ Partido da Frente Liberal (PFL), antiga nomeação do partido Democrata (DEM).

⁶¹ O equivalente à Secretaria de Assistência Social na época.

município” (CÂMARA DE VEREADORES, 1999). Então, no mesmo ano, em 09/11, de origem executiva foi aprovada por unanimidade a Lei Municipal de nº 2.373/1999 – de origem executiva –, criando uma comissão para a implantação do Programa “Atendimento a Migrantes-Itinerantes”, cuja atribuição era “acolher a pessoa migrante-itinerante; conhecer a situação em que ela se encontra; cadastrar; e dar o encaminhamento necessário a fim de responder as suas necessidades”.

Os membros da comissão, segundo a lei, “não receberão qualquer espécie de remuneração [...] e o serviço prestado será considerado de relevância pública”, e seriam indicados por 11 entidades públicas. Sendo a primeira a Polícia Civil, seguida por membro da Diretoria de Assistência Social, além de representantes do Serviço Social, Secretaria de Saúde, Comissão de Direitos Humanos da Ordem de Advogados do Brasil (OAB), Conselho Tutelar, Paróquia São Luiz Gonzaga (católica), Polícia Militar, Paróquia Evangélica de Confissão Luterana, Diretoria de Planejamento Urbano e, por fim, membro do Conselho Municipal de Assistência Social.

Nada foi efetivado, nem mesmo a comissão prevista pela lei. Mas, ambas as citações anteriores, marcaram certa preocupação com a regulamentação de uma população que tivesse por característica o deslocamento, com vistas a dar-lhes um suporte e encaminhamento, conforme suas necessidades específicas, apesar de o foco não ser específico de pessoas em situação de rua. Em grande medida, talvez, por não haver ainda na época regulamentações específicas em outras esferas – estadual e nacional.

A construção do Plano de Assistência Social é pré-requisito definido pela política pública nacional – como citado antes –, e tem como objetivo ser “efetivamente um dos instrumentos de gestão da Política de Assistência Social, e [...] de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da PNAS, na perspectiva do SUAS” (BRUSQUE, 2010, p.6). Além disso, visa retratar as condições da Secretaria para então projetar expansões.

O processo de implantação do SUAS e a profissionalização dos serviços oferecidos pela Secretaria de Assistência Social em Brusque iniciaram em 2009. As gestões anteriores concentravam os serviços assistenciais na Secretaria de Cidadania e Bem-Estar Social (nome antigo) e “se baseavam praticamente na entrega de cestas básicas”, sem histórico de atendimentos, “sem infraestrutura, [...] e equipe técnica, [com] apenas um computador em toda a secretaria” (BRUSQUE, 2010, p.42). Em 2009 a Secretaria tinha um total de 22 funcionários: 9 efetivados por concurso público, 10 comissionados e 2 estagiárias.

O primeiro Plano de Assistência Social do município compreendia a agenda de serviços e prioridades para os anos 2010-2013 e teve por objetivo explícito a identificação das áreas de maior vulnerabilidade social, “visando à mudança de Gestão de Inicial para Básica no ano de 2009, com a finalidade de ter uma maior oferta dos serviços socioassistenciais à população” (BRUSQUE, 2010, p.12). Já no Plano de Assistência Social 2014-2017, o novo objetivo – cumprido o anterior – era de “alcançar a Gestão Plena com qualidade nos programas, projetos, serviços e benefícios ofertados” (BRUSQUE, 2013, p.45), demonstrativo de informações mais detalhadas com uma rede de serviços socioassistenciais em funcionamento.

No Plano Municipal de Assistência Social do quadriênio 2010-2013 (BRUSQUE, 2010) foi possível ter acesso às – ainda persistentes – preocupações quanto aos migrantes no tópico Diagnóstico Social. O foco das 15 páginas voltadas ao tema, do total de 49 páginas, era o aumento no volume do fluxo migratório para a cidade percebido através dos cadastros nos programas sociais.

As 1.770 famílias que se cadastraram no programa habitacional em 2009 – com renda de até três salários mínimos – eram provenientes de 24 estados da federação, destacando-se o estado do Paraná com 593 famílias, seguido de outros municípios catarinenses com 410, e os estados do Rio Grande do Sul com 170, São Paulo com 125 e Bahia com 101 famílias⁶² (BRUSQUE, 2010, p.14). Destas, 56% haviam chegado à cidade nos cinco anos antes do estudo – realizado em 2010. O disposto no plano atentava que a referência ao índice não quisesse dizer meramente o quanto pessoas mais carentes escolhiam o município para viver, mas sim aos fatores como “parque industrial e comercial, o desenvolvimento tecnológico, a modernização do mercado, dos empregos públicos e da vida social, entre outros”, demandavam diferentes escalas de profissionais. Assim, aparece a preocupação com a migração atraída pela suposta abundância de empregos, onde nem todos parecem ser bem-vindos:

Brusque que sofre de uma carência de mão de obra local, (...) se tornou uma vitrine atraente para cidades vizinhas e de outros estados, atraindo uma grande quantidade de mão de obra, que na sua maioria não é qualificada, proporcionando uma pseudo verdade de que tem empregos para todos. (BRUSQUE, 2010, p.13).

⁶² O cadastramento nos programas sociais (ao menos no programa habitacional) tem como referência a ‘família’, em contraste com as elaborações posteriores referentes a pessoas em situação de rua.

O mesmo Plano também incluía a lista de entidades socioassistenciais que participavam do Conselho Gestor da Assistência Social e desenvolviam programas e serviços não governamentais, mas no mote de “parceiras” da secretaria municipal. Sendo um total de 23, dessas, 8 com vínculos religiosos católico ou luterano.

Uma das diretrizes estabelecidas, por conseguinte, era a de superação do “caráter assistencialista [...] pela execução de ações da assistência social emancipatórias, como direito da população e dever do Estado” (BRUSQUE, 2010, p.27). No tocante às metas presentes no plano constava a construção de novos serviços de assistência social, dentre eles a criação de CRAS, CREAS e Casa de Passagem. Toda a extensão de serviços também implicava, conseqüentemente, na extensão de repasses dos governos estadual e federal para oferecer aporte financeiro aos novos equipamentos e demandas.

Como parte da implementação do Plano houve o planejamento da criação da Casa de Passagem – logo convertida em Abrigo Institucional, conforme veremos no próximo capítulo – como serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. É importante salientar que não há exigências ou obrigações dos municípios na implantação do estabelecido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), mas a não observância tem como resultante menos repasses financeiros para sua manutenção.

No novo Plano Assistencial, divulgado em 2013, o número de famílias cadastradas no programa habitacional, de 2009 até 2013, passou a ser de 6.951 – provenientes de 25 estados⁶³. Composto da seguinte maneira:

⁶³ Número quase quatro vezes maior que o registrado anteriormente, mas há que se considerar a somatória total de cinco anos em detrimento do anterior onde foi considerado apenas um ano. Além disso, o incremento no número do cadastro habitacional está ligado também ao investimento na construção de programas habitacionais populares após as enchentes ocorridas em 2008 na região do Vale do Itajaí.

TABELA 1 – CADASTRO HABITACIONAL 2009 ATÉ 2013

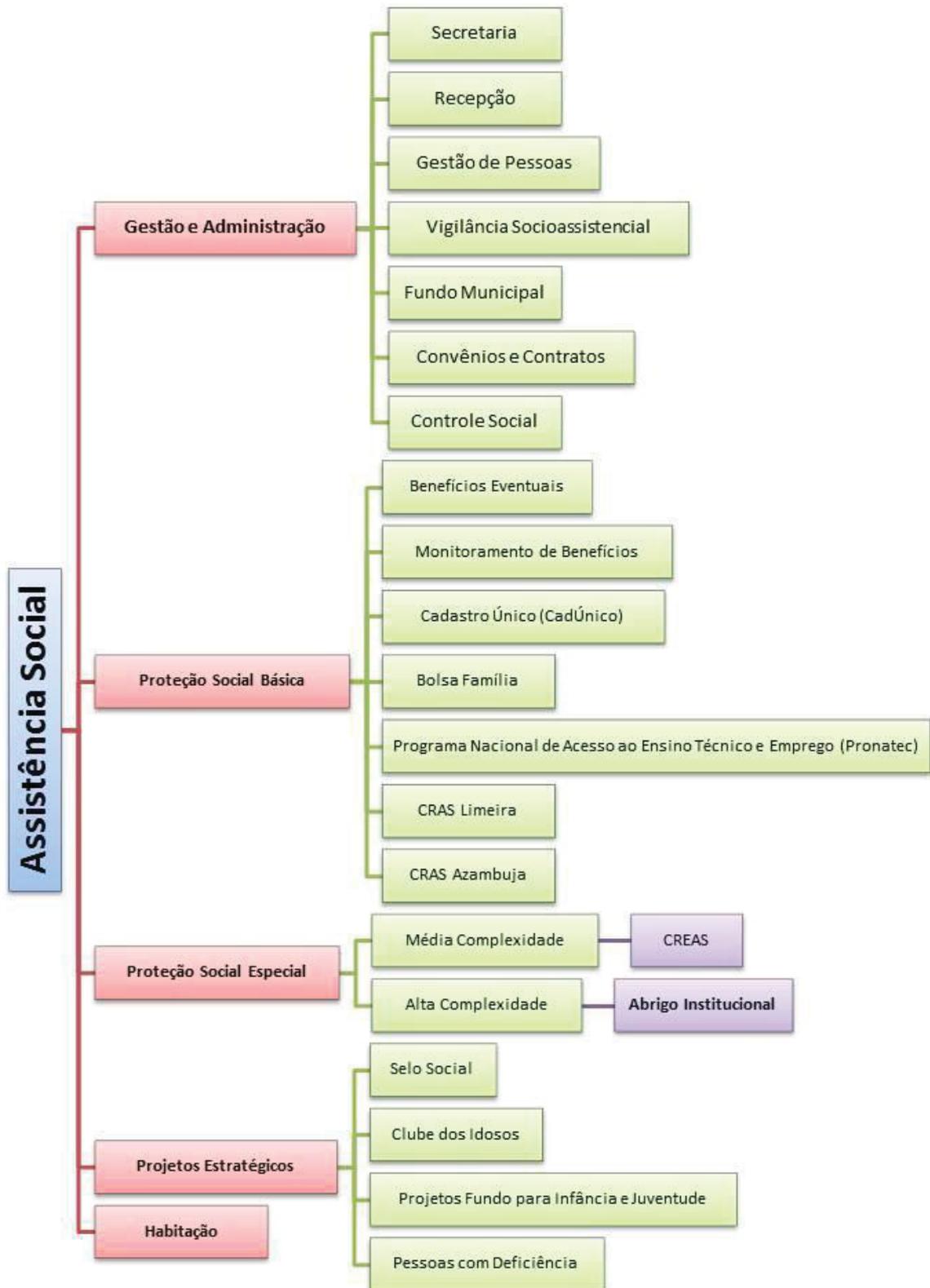
Cadastros Habitacionais de Famílias com Renda de até 3 Salários Mínimos 2009 à 2013									
Estado	Cadastro	Estado	Cadastro	Estado	Cadastro	Estado	Cadastro	Estado	Cadastro
AC	4	DF	6	MS	53	PI	37	RS	569
AL	96	ES	8	MT	33	PR	1970	SC	2495
AM	4	GO	10	PA	176	RJ	71	SE	9
BA	567	MA	29	PB	23	RN	14	SP	480
CE	74	MG	161	PE	50	RO	11	TO	1
Total de Cadastros: 6951									

Fonte: Secretaria de Assistência Social (BRUSQUE, 2013, p.24)

Interessante observar que o mesmo Plano Municipal destacou “o estado da Bahia com maior fluxo migratório” (BRUSQUE, 2013, p.24), entretanto os estados vizinhos do Paraná e Rio Grande do Sul apresentaram números maiores, atrás ainda do próprio estado de Santa Catarina, que aparentemente não foram contados para a comparação.

Na nova estruturação a Secretaria passou a ter 63 funcionários, destes 29 efetivos, 17 comissionados e 17 contratados, divididos por setores de Gestão (cargos de coordenação), Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Projetos Estratégicos e Habitação. Em síntese a estrutura apresenta-se da seguinte maneira:

FIGURA 4 – ESTRUTURA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRUSQUE



Fonte: A autora (2015)

O Plano Assistencial de 2014-2017 apresentou maior número de dados estatísticos – em comparação com o anterior – decorrentes do incremento e estruturação da Secretaria de Assistência Social. O tópico Diagnóstico Social passou a ocupar 26 páginas, do total das 71

do relatório, agregando um vasto número de indicadores quantitativos que eram prioritários na demonstração das condições da cidade com os serviços em funcionamento e, logo, para assegurar o financiamento.

No que tange ao Abrigo as metas eram ter “100% dos usuários atendidos” e Plano Individual de Atendimento elaborado; em 2015, inauguração de atendimento específico para mulheres vítimas de violência – até o momento não efetivado; e nos anos seguintes o “fortalecimento de vínculos familiares” dos usuários com “posterior retorno às famílias”.

Entretanto, atender “100% dos usuários” significa, a propósito, não ter pessoas em situação de rua na cidade ou, pelo menos, pessoas sem encaminhamento específico – onde também está o controverso deste serviço. Por um lado, o abrigo possibilitava uma série de acessos à estrutura estatal de direitos, mas, por outro, condicionava a estrutura estatal de direitos a este atendimento. Essas pessoas perdiam o direito, de alguma forma, de estar nas ruas “em troca” do direito a um local e atendimento específico cujo objetivo máximo era a superação dessa condição e inserção no modo supostamente adequado de vida.

Ser morador de rua e estar na classe de “situação de vulnerabilidade” ou “risco social” pressupõe o social como predefinição, no qual o próprio termo “social” alude a um conjunto estável, como atentou Bruno Latour (2012). Ao mesmo tempo em que o social está em todo lugar, ele não está em nenhum específico. E, em um contexto de cidadania, termos amplos confirmam a “dificuldade de inserção nas formas legítimas de reconhecimento social, tais como trabalho, moradia e formas de reprodução que culminam na ideia de uma moralidade e um modo de vida desejado”, conforme apontou o antropólogo Tomas Mello (2011, p.136). E o fato de construir um local adequado para recuperá-los pode ser vista como confirmação de uma espécie de “negação sistemática do acesso às condições de ‘pertencer’ à sociedade” (MELLO, 2011, p.132) – pelo menos, do modo considerado “normal” dela.

Outro fator que agrava o atendimento às pessoas em situação de rua, não explícito na letra da lei, são as dificuldades decorrentes de alterações envolvendo o álcool e/ou drogas⁶⁴ – para não haver generalizações vale uma ressalva, elevado não quer dizer a totalidade. Aí também se confundiam atendimentos na esfera da assistência social com os da saúde, e, além disso, evidenciavam certa hierarquização de saberes que extrapolavam tais esferas. Então, a

⁶⁴ Das razões de ida para as ruas as principais apontadas pelos entrevistados se referem em 35,5% aos problemas de alcoolismo e/ou drogas, 29,8% ao desemprego e 29,1% às desavenças com familiares – do número total de entrevistados “71,3% citaram pelo menos um desses três motivos, muitas vezes de forma correlacionada, ou indicando uma relação causal entre eles” (BRASIL, 2008).

relação que já não é fácil se dificulta com mais essa carga de criminalização e ilegalização, justificando e acrescentando munição “ao debate público, perseguição policial e julgamento moral” (RUI, 2007, p.14-15). Esse estereótipo dificulta informações e reflexões relevantes fora de campos ideológicos, morais e políticos que ajudam pouco na compreensão desse fenômeno que parece constituir um “problema social” ainda maior quando relacionado aos estratos sociais menos favorecidos (RUI, 2007) e, assim, corroboram mais para uma suposta falta de protagonismo das pessoas em situação de rua.

O objetivo deste capítulo foi assinalar as conexões do atendimento *às pessoas em situação de rua* disponibilizado pela Casa de Passagem em Brusque com o definido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e legislação antecessora, evidenciando que a construção do “problema social” não é local e nem inédita tendo como característica comum a dificuldade de formalização na lei e também na construção do perfil da população em situação de rua.

Nos meses iniciais de funcionamento se deu a conversão da Casa de Passagem em Abrigo Institucional, pois – como evidenciará o próximo capítulo do dia a dia do atendimento – a implementação é sempre um processo contínuo e não diz respeito somente à execução de projetos previamente elaborados.

4. A CASA DE PASSAGEM COMEÇA A FUNCIONAR

Apesar de toda a polêmica no anúncio do projeto da Casa de Passagem, o atendimento iniciou suas atividades em setembro de 2013 e no local previsto. O serviço começou a funcionar, sem grandes alardes ou inauguração, de maneira discreta. Sem placa de identificação – como indica a normativa federal – a casa poderia muito bem passar despercebida para alguém desavisado, porque não se destacava das vizinhas – mesmo com as várias fotografias e filmagens ilustrando as matérias que tratavam do tema na imprensa local. Assim, o presente capítulo é do dia a dia da política pública em funcionamento “na ponta”.

O projeto da Casa buscava equacionar uma série de demandas e “parcerias”: as legislações, o “problema social”, as reivindicações de igrejas, as expectativas da população e da imprensa com relação ao atendimento e aos atendidos. Mas, tal equação se tornou ainda mais complexa com o funcionamento efetivo, surgiram situações não previstas que trouxeram novas exigências e demandaram decisões num processo contínuo de revisão e reconstrução da *política pública* – e da própria realidade à qual ela pretendia se aplicar.

Como observado no primeiro capítulo, o anúncio do projeto produziu expectativas com relação às *peças em situação de rua* – em geral depreciativas⁶⁵ – que, de certa maneira, foram se acomodando nos “perfis” acolhidos no atendimento, e conjuntamente nas próprias percepções da equipe de funcionários – da condição de “morador de rua” em comparação ao seu e/ou a um modo adequado de vida. Além disso, a grande repercussão do anúncio nos jornais, televisão, sites de notícias, Câmara de Vereadores, qualificou essa instância da “opinião pública” como uma esfera de vasta influência e desestabilização para o abrigo, principalmente através da vigilância e da possibilidade de produção de rumores.

No período em que permaneci acompanhando o atendimento – junho de 2014 até agosto de 2015 –, a grande variação de coordenadores, funcionários e moradores me impôs um desafio no que se refere à produção de uma etnografia. É difícil generalizar e/ou descrever procedimentos quando o mais rotineiro é a própria mudança. Nesse esforço os relatos aqui apresentados têm por norte certa cronologia. Inicialmente, descrevo as mudanças no estatuto do serviço, seguido das minhas aproximações – impulsionadas pelo meu primeiro dia de

⁶⁵ Embora a profissionalização da *política pública*, na esfera nacional, tenha buscado a superação de preconceitos e o reconhecimento da extensão da cidadania para todos, sem contraprestações.

trabalho no abrigo; em seguida descrevo os procedimentos para manutenção do atendimento. E, visando explicar o cotidiano, narro um dia rotineiro com a justaposição de alguns perfis de funcionários e moradores evidenciando como as relações estabelecidas entre instituição, funcionários e atendidos eram, em grande medida, fragmentárias – da mesma forma que sua exposição.

Cada nova pessoa – tanto funcionários quanto moradores – agregava sua perspectiva – forma de ver, pensar, efetivar e se relacionar – à *política pública*. Em alguns momentos, no decorrer da minha permanência, eu era uma das pessoas com maior tempo no abrigo (dentro os funcionários).

4.1. DE CASA DE PASSAGEM PARA ABRIGO INSTITUCIONAL

A equipe da Secretaria de Assistência Social – responsável pela elaboração do Plano Municipal do atendimento no ano de 2009 – se viu com o encargo de elaborar um serviço que pudesse dar conta da demanda de “pessoas sem destino certo”, somado às pressões dos “parceiros”, para a implantação de um local que pudesse atender aos moradores de rua. Nessa busca, estudo e consulta da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)⁶⁶, o modelo que se mostrou aparentemente melhor para ser efetivado na cidade foi o previsto como “Casa de Passagem”, especialmente pelo público atendido que não estava contemplado no restante da rede municipal de assistência.

Após os anúncios e polêmicas instauradas sobre o atendimento – descritas no primeiro capítulo – a Casa de Passagem iniciou suas atividades em setembro de 2013 e – segundo relataram os funcionários – recebia muitas pessoas permanecendo quase todo o tempo com lotação máxima, aproximadamente 20 vagas⁶⁷. O atendimento acolhia muitos recém-chegados na cidade que diziam não ter conhecidos ou condições de manutenção próprias. Mas, com o passar do tempo, alguns residentes e a própria equipe passaram a questionar o “merecimento” de alojamento dessas pessoas que talvez dispusessem de condições para permanecer na cidade de outra forma, ocasionando conflitos de *perfil* e

⁶⁶ Embora a Política Nacional para a População em Situação de Rua tenha sido promulgada em 2009, em nenhum momento meus interlocutores se referiram especificamente a ela em suas falas. Embora, fosse mencionada em alguns materiais de estudo da equipe.

⁶⁷ A instalação e a disposição das camas não permitiam espaço para as 32 vagas previstas inicialmente.

desentendimentos entre os próprios atendidos. O conflito que anteriormente era decorrente dos opositores ao atendimento, e se desenrolava com relação a expectativas sobre os atendidos – em manifestações públicas –, passou a ter o endereço fixo da Casa e uma nova esfera que incluía efetivamente os atendimentos, impulsionando, assim, a necessidade de rever e refazer velhas e novas decisões. Além de que, o projeto inicial de alojamento por quinze dias para conhecimento das necessidades e encaminhamento da equipe técnica não se mostrou eficaz.

As diferentes perspectivas sobre quem correspondia ou não ao “perfil” dificultaram o atendimento – aliadas ao amplo escopo do público-alvo definido pela legislação – refletindo em diversos questionamentos no que diz respeito às recusas e mesmo aceites de pessoas que procuravam a Casa de Passagem, e, especialmente quando o acesso ao serviço era intermediado por algum dos “parceiros” – igrejas, polícia, corpo de bombeiros, SAMU. Em certa ocasião, num encaminhamento feito pela polícia, a recusa foi seguida de requerimento – impresso em papel timbrado da Delegacia Geral da Polícia Civil, carimbado e assinado por agente – onde constava, copiado da lei, o público ao qual se destina o serviço e finalizava com a requisição do acolhimento, resultando na mudança da primeira decisão.

No primeiro momento dos anúncios – como aponta o capítulo inicial –, embora a previsão da prefeitura sobre o atendimento apontasse de que seria “lar temporário para os moradores de rua com uma equipe técnica que faria o encaminhamento em até 15 dias dos usuários”, os “moradores de rua” não eram os únicos que requisitavam o acolhimento e nem mesmo efetivou-se a expectativa de serem somente pessoas em trânsito e/ou sem intenção de permanência na cidade. Contudo, a esfera que comportava a relação e uso do abrigo pelos usuários parecia subjugada pelos gestores no processo de decisão sobre o proceder da *política pública* no município.

Então, essa série de descompassos fez com que a equipe responsável pelo atendimento da Casa de Passagem decidisse por mudar seu estatuto para Abrigo Institucional – outra categoria de atendimento definida pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – com a especificidade de público para “pessoas em situação de rua e trecheiros⁶⁸”. Porém, as dificuldades na definição dos critérios para classificar o que seria ou não “em situação de rua” permaneceram e a mudança de estatuto do serviço não foi amplamente

⁶⁸ Trecheiros é como são chamadas as pessoas que possuem por característica o fato de não se fixarem durante longo período num mesmo local e, assim, estarem sempre no “trecho” (rua). A categoria é utilizada tanto pelo Estado quanto pelas pessoas em situação de rua.

divulgada. Por um lado, contribuindo para mais informações dispersas quanto à finalidade do atendimento – mesmo a denominação entre os funcionários e a prefeitura continuava se fazendo por Casa de Passagem – e, por outro, pela prefeitura aparentemente temer o rompimento do compromisso firmado inicialmente de acolhimento de no máximo quinze dias.

Ainda nesse período – e nos primeiros meses em que estive no abrigo – a efetivação das “parcerias” com as igrejas para o “aporte espiritual” não havia se concretizado. Segundo Anderson – um dos coordenadores da gestão –, já era muito difícil gerir o abrigo “sem influências externas”, se as tivessem entendia que o desafio seria ainda maior – visto que as perspectivas quanto às necessidades do acolhimento seriam diferentes. Ademais, também havia limites quanto às responsabilidades e competências que diziam respeito à esfera assistencial e da saúde, com outra secretaria e serviços. E ele próprio, não identificava – naquele momento – tanto interesse por parte das igrejas. No entanto, as possibilidades dessas relações envolviam pessoas, promessas, compromissos, expectativas e esperanças que fomentavam a legitimidade e eficácia do atendimento (CASTRO, 2012, p.299-300) ou a perda dela.

4.2. APROXIMAÇÕES DO ABRIGO

Em junho de 2014 – depois de ter a pesquisa autorizada – Anderson me acompanhou para anunciar aos funcionários a minha presença a partir de então no abrigo. Ele me apresentou como “estagiária” que estaria ali fazendo um trabalho de pesquisa sobre o funcionamento do abrigo. Mariana – coordenadora do abrigo na primeira visita – não ocupava mais o cargo. Quando cheguei naquele dia, pude perceber que havia certa preocupação e tensão no ambiente. Embora me aguardassem, Sidnei – um dos residentes – passou a ter total atenção da equipe, composta de psicóloga e dois educadores sociais. “Eu vou quebrar tua cara!”, repetia insistentemente apontando para Anderson.

Sidnei se mostrava indignado porque teve que ir caminhando até o hospital – cerca de cinco quilômetros – para um exame e ao chegar não foi atendido. No entanto, Sidnei afirmava que havia um carro da Prefeitura estacionado em frente da casa que poderia tê-lo levado. Anderson tentava acalmá-lo explicando que o carro estava ali pelo fato dele mesmo

(Anderson) ter vindo da sede da secretaria para o abrigo por conta de uma reunião. Mas, quanto mais Anderson argumentava maior parecia ficar a revolta de Sidnei.

Enquanto as atenções de Anderson estavam voltadas para Sidnei, o restante da equipe buscava ajuda, afirmando que ele “estava alterado e possivelmente sob efeito de alguma droga”, do Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-Ad), Corpo de Bombeiros e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), mas todos eram unânimes no “não podemos fazer nada”. “Eu quero uma internação”, repetia insistentemente Sidnei tirando sua máscara médica⁶⁹. Alguns minutos se passaram, Sidnei invadiu a recepção e quebrou uma das janelas com socos, alegando que o fez para “descarregar sua raiva”. Os novos chamados foram para a Polícia Militar e para a secretária de Assistência Social.

A polícia chegou rapidamente e, após tomar ciência do ocorrido, indicou que deveria ser formalizado um Boletim de Ocorrência (BO) pela depredação de bem público. Entretanto, para a formalização seria necessário que algum dos funcionários acompanhasse os policiais até a delegacia – decisão que precisava de rapidez, já que não poderiam permanecer “ali esperando”. Após alguns minutos de dúvida, decidiu-se pelo registro. Sidnei foi dentro da viatura com os policiais e Anderson os seguiu sozinho no carro da prefeitura.

Não demorou e Anderson ligou avisando que o BO tinha sido feito, mas Sidnei estava passando mal e seria necessário chamar uma ambulância. Os educadores do abrigo novamente tentavam uma solução. Na ligação o atendente do SAMU informou que a ambulância estava em atendimento e iria demorar, aconselhando que se tentasse outra forma – durante as ligações era perceptível um conhecimento entre as equipes o que apontava a recorrência dos contatos entre elas. A secretária então tentou um carro da prefeitura para encaminhamento ao hospital, mas naquele dia o expediente na administração municipal – e, conseqüentemente, em quase todos os demais órgãos – havia se encerrado.

Sidnei retornou ao abrigo e foi imediatamente impedido de entrar. A porta não foi aberta enquanto ele estava ali – entre 18 e 19 horas, justo no horário em que os acolhidos costumavam retornar e a movimentação de pedestres nas proximidades aumentava. Sidnei continuava brandindo as ameaças. “O que a gente faz? Não tem como deixar ele entrar assim” – indagou-me retoricamente um dos educadores.

⁶⁹ No mês anterior havia sido detectada uma doença infecciosa na casa e alguns residentes e funcionários estavam em tratamento preventivo.

Um dos funcionários teve seu horário de expediente encerrado e saiu, mas voltou em seguida advertindo que havia um carro de imprensa próximo. Assim, houve uma desconfiança de que eles estariam ali apurando o incidente e Sidnei teria dado uma entrevista – versão confirmada por ele. Por alguns dias a equipe da casa consultou alguns sites e jornais em busca de alguma notícia, mas nada encontraram.

Sidnei continuava lá em frente da casa. O jantar foi servido nos fundos e fui apresentada por um dos educadores para alguns moradores que me cumprimentaram; aos poucos outros foram se aproximando e começaram a falar que reprovavam o comportamento de Sidnei – “os funcionários estavam ali tentando ajudar”, insistiam. Os moradores comentavam sobre a postura dele e que era “cachaça”, pois eram “conhecedores, pesquisadores da vida” – “cachaça o cara fica valente, outras drogas não deixam assim”, “crack fica com medo de tudo e atento a qualquer barulho, maconha relaxa”.

Anderson estava visivelmente chocado com toda a cena – ainda que soubesse pelas descrições dos outros funcionários da ocorrência dessas situações, era a primeira vez que presenciava. Para ele era prova definitiva de que algo não estava correto, apesar de não conseguir identificar qual seria o problema – a frustração das pessoas que ali trabalhavam foi sentida por ele, fazendo reavaliar algumas de suas posições. Depois dessa ocasião, Anderson contou sentir medo ao andar na rua, por vezes tinha a impressão de ver Sidnei e temer por sua segurança.

O educador que permaneceu para o expediente noturno comentou que o caso de alteração de Sidnei não era muito habitual, as coisas costumavam ser mais tranquilas. Eram comuns “casos de bêbados”, mas não incomodavam tanto. O principal motivo de sua insegurança naquele dia era que o vigia tinha sido trocado e quem ocupava o cargo era um “magrelo” que “não impunha respeito”.

Alguns outros moradores perguntaram novamente sobre mim e o educador disse que eu estava ali fazendo um “trabalho para a faculdade”. Permaneci conversando com alguns, que contaram um pouco de si, perguntaram de mim e elogiaram a minha “postura humilde”. Ao dizer que estudava Antropologia, ficaram ainda mais curiosos por não conhecerem a disciplina e um deles arriscou dizer que era “estudar o comportamento”. Expliquei que era mais ou menos isso com o acréscimo da compreensão contextual e eles afirmaram que não seria algo fácil entendê-los – “muitas vezes nem a gente mesmo se entende” – e que o pessoal era curioso, logo riram pela autorreferência irônica. Daquele dia em diante, boa parte deles me

chamava por “menina”. Outros se aproximaram, um disse ser “o melhor engraxate da praça e único”, outro foi apresentado como manobrista – “manobra o copo pra boca que é uma beleza” e completou se intitulando “arremessador de xepas de cigarro” –, outro disse ser vendedor, outro mostrou seus artesanatos. Alguns outros só assistiram, mas riram com a situação.

No dia seguinte, Sidnei voltou ao abrigo para pedir desculpas, retirar suas coisas e dizer que havia misturado remédio com drogas e “ficou louco”. Iria passar uns dias de folga na praia⁷⁰, mas antes falaria com o prefeito sobre o ocorrido. Sempre que ele aparecia o clima ficava mais tenso e havia agitação.

Passado cerca de um mês desse fato Sidnei teve permissão para novamente ser acolhido no abrigo. Segundo relataram outros moradores, ele estendeu uma barraca em uma praça central da cidade, colocou uma placa com a inscrição “Minha Casa, Minha Vida” – em referência à política habitacional – e, quando a notícia chegou à prefeitura, determinaram que fosse novamente acolhido.

Esse episódio marcou as minhas primeiras aproximações no abrigo e ilustra muito do que vivi. Apesar de não ser uma situação habitual, condensa algumas das tensões que se impuseram com uma mistura de sentimentos que me acompanharia. Além dos diversos atores, influências, perspectivas e saberes que contracenavam e também uma resposta ao atendimento por parte de um usuário. Em contrapartida, estranhamente me senti mais tranquila por essa forma de aproximação, ter conhecido alguns moradores desse jeito descontraído mostrou que a minha relação com eles não seria tão difícil quanto eu previa – uma expectativa anterior de que haveria maior dificuldade em nos relacionarmos, se dissipou. Mas, ao mesmo tempo, essa relação com o medo foi a porta de entrada para eu perceber as assimetrias que depois passaram a ser sentidas por mim como uma espécie de hipocrisia incômoda, ao me reconhecer também como uma participante ativa dessa imposição preconcebida.

Com o passar da minha permanência no abrigo e da minha aproximação percebi que o meu sentimento inicial era medo, eu sentia medo de *pessoas em situação de rua*. Medo que vinha da construção diária do perigo que eles representavam e sobre a minha presunção de quem seriam antes de conhecê-los – pelo fato de serem “moradores de rua” já carregavam a

⁷⁰ A proximidade da cidade com o litoral facilitava o deslocamento para as praias próximas.

algunha de “marginais, criminosos, drogados, doentes” antes de todo e qualquer contato. E não quer dizer que alguns deles não tivessem algum histórico nesse sentido – assim como qualquer outra pessoa poderia ter –, mas eram muito além do preconcebido. Percepção essa muitas vezes apagada pela nossa visão que somente aponta a “anormalidade” dessa condição de vida. No entanto, eles tinham ciência de causar esse sentimento e também exploravam “os estereótipos negativos para [...] exercer certo poder” (FONSECA, 2010, p.218) incorporando personagens ameaçadores.

No decorrer dos dias o meu medo foi se transformando. De um lado, foi sendo substituído pela relação afetiva que estabeleci com alguns dos moradores e, por outro, pelo compartilhamento de uma vivência – mesmo que por intermédio da instituição. Houve situações extremas em que eu temi estar ali, contudo, a minha posição ambígua de pesquisadora me permitiu circular entre moradores e funcionários possibilitando relações relativamente simétricas com ambos, ou entre ambos os polos. Não era efetivamente funcionária, impondo regras e/ou “educando”, mas tinha acesso às áreas restritas a documentos e reuniões dos funcionários. Também não era usuária, mas alguns dos residentes me tinham como amiga.

Contudo, é preciso atentar que essas simetrias e relações que fui estabelecendo não eram “estratégias conscientes”, mas sim situações decorrentes da própria vivência prolongada em campo que provisória, artificial e performaticamente criavam convenções com seu próprio “espaço, tempo e papéis” e conseqüentemente “enquanto situação que cria sua própria cena, suas regras, seus papéis, seu roteiro e sua própria eficácia comunicativa” próprias do trabalho etnográfico e alheias, de alguma forma, a “vida real” (FASANO, 2010, p.140-141 – tradução minha).

Havia uma diferença implícita entre mim, boa parte dos funcionários e os usuários do atendimento que faziam todos ter percepções distintas sobre a vida, o mundo, o Estado e sobre essa *política pública* específica, era uma diferença relacionada principalmente a origens sociais, trajetórias e condições de vida muito diversas. Enquanto funcionários e eu de, alguma forma, pertencíamos a classes privilegiadas – com acesso a diferentes oportunidades, formação educacional, saúde e com o Estado como mediador – os usuários pertenciam a estratos sociais subalternos – com oportunidades restritas, pouca escolaridade, acesso limitado à saúde e com o Estado como opressor. Assim, enquanto os funcionários e eu vivenciamos a *política pública* na perspectiva de uma possibilidade de acesso igualitário à cidadania – por

intermédio da inserção de pessoas em situação de rua na rede socioassistencial estatal –, de outro modo, os destinatários dessa política a vivenciavam como possibilidade de obtenção de algum benefício pontual e/ou temporário, algo que parecia escapar da percepção dos seus formuladores locais.

Nessa convivência pude apreender como a vida na rua era difícil e impunha uma série de aprendizados – na maioria das vezes adquiridos a duras penas –, conflitos e hierarquias, mas não era uma vida impossível, justamente a rua também é “um espaço de produção de relações sociais e simbólicas habitado por sujeitos com agência política que exploram o mundo na instabilidade de seu movimento” (SCHUCH, 2012, p.13). O que para os usuários incluía mobilizar estratégias para usufruir dos serviços disponibilizados, tal como a subordinação às regras impostas, a construção da própria história individual – ou versões dela – articulando elementos que criassem maior empatia e/ou compaixão – baseados em outras experiências pregressas de atendimentos semelhantes e no próprio atendimento da casa –, na criação de uma rede de contatos que poderiam eventualmente influenciar em seu favor ou mesmo na possibilidade de ventilar rumores que ecoassem dentro e fora do abrigo.

De certa forma, o abrigo em Brusque proporcionava um contato das pessoas em situação de rua com o Estado – não como entidade abstrata, mas sim prática. Ao mesmo tempo, esse Estado – figurado, sobretudo pelos funcionários do abrigo – tentava dar conta de um atendimento que se baseava na tentativa de “ensinar” uma forma supostamente adequada de vida, centrada na superação da condição de “morador de rua” – visto como marginal, ilegal, possivelmente criminosa – e, nesse sentido, o investimento na inserção no mercado de trabalho era primordial.

4.3. A MANUTENÇÃO DO ATENDIMENTO

Pouco a pouco fui conhecendo como os atendimentos aconteciam. As admissões dos residentes eram feitas primordialmente através de encaminhamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com funcionamento de segunda a sexta-feira em horário comercial, na sede própria a cerca de um quilômetro de distância do abrigo. Nas ocasiões de “demanda espontânea direta no abrigo” – e fora do horário do CREAS – o educador somente poderia acolher a pessoa caso já tivesse sido usuária; aí o acolhimento seria

imediatamente, salvo histórico que o impedisse. A “demanda espontânea”, como eram chamadas as pessoas que chegavam diretamente ao abrigo – apesar do serviço não ser identificado por placa – era possível através do intermédio da permanência de algumas pessoas em situação de rua conhecidas em alguns pontos – como praças – ou, ainda, por intermédio de indicações de outras pessoas que ouviam falar nas vagas de alojamento.

A constatação de *pessoa em situação de rua* se dava por meio de aval do CREAS que regularmente realizava o trabalho “abordagem de rua”, consistindo em visitar locais da cidade com incidência como praças, construções abandonadas e bairros mais carentes. As indicações eram feitas por pessoas à secretaria para que resolvesse o incômodo da presença “indesejada” próxima da sua residência. Essa função era considerada “de trincheira” – como relatou um dos educadores que tinha essa atribuição –, pois eram expostos a situações “delicadas” de intermediação de necessidades e serviços que por vezes resultavam em cobranças dos usuários, caso “as promessas” não fossem atendidas da maneira divulgada e – como ressaltou a metáfora bélica – era responsável por abrir caminhos para outras aproximações com a Assistência Social.

Destarte, os educadores realizavam uma breve entrevista com a pessoa que abordavam para saber a proveniência, onde morava, se possuía documentos, intenções na cidade, e por fim, apresentavam os serviços disponibilizados pela Assistência Social – entre eles a disponibilização de passagens e o abrigo – e realizavam os encaminhamentos, caso houvesse manifestação de interesse. Com base nisso mapeavam a presença, cadastravam e confeccionavam uma lista com nomes que era repassada regularmente ao abrigo.

Especificamente as regras para permanência no abrigo compreendiam preceitos básicos de convivência, respeito e atenção aos horários estabelecidos. Além disso, não estar alterado e não consumir álcool ou drogas internamente e ser atendido pela equipe técnica – que dizia respeito à avaliação de suas condições psicológicas e planificação de etapas para superação da condição de rua. Os horários pré-estabelecidos seguiam os horários que se serviam as refeições: café da manhã entre 06h30 e 07h30, almoço entre 12 e 13 horas, café da tarde entre 16h e 16h30 e jantar das 20 às 21 horas; a entrada era permitida até 21 horas. De dia poucos moradores permaneciam na casa, saíam após o café da manhã, nem todos retornavam para o almoço e menos ainda para o café da tarde. À noite era o período de maior permanência, aguardando o jantar para depois dormir.

A equipe ideal de funcionários deveria ser composta de cerca de dez pessoas – poucas vezes a vi completa – sendo um coordenador, cinco educadores sociais, duas auxiliares de serviços gerais e dois vigias terceirizados. Também havia a equipe técnica – composta de psicólogo e assistente social –, os membros de coordenação dentro da Secretaria de Assistência Social e a Secretária, que posteriormente respondiam a uma coordenação das secretarias e, por fim, ao próprio prefeito.

O prefeito, a secretária e a coordenação das secretarias buscavam intermediar aspirações e expectativas – suas e da comunidade – e eram acionados pelos usuários da política como figuras influentes e de decisão, o que por vezes se refletia em ações no abrigo – como “ordens de cima”. A possibilidade de “conversar com o prefeito” se dava através do acesso ao seu gabinete por meio da articulação e mediação de contatos diretamente na prefeitura e indiretamente através de uma rede local de “conhecidos de conhecidos” articulados com igrejas, políticos e empresários. E, ainda, por não haver a obrigação do atendimento pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – como atentado no capítulo anterior –, a decisão sobre a implantação e permanência ou não do atendimento ficava a cargo desses gestores.

A função da equipe técnica era avaliar o residente e confeccionar o programa de ações e acompanhamento dos moradores – chamado Plano Individual de Atendimento (PIA) e previsto pelas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Psicóloga e assistente social faziam o atendimento individual e estabeleciam uma espécie de programa utilizado como guia do serviço e pressuposto para a permanência. Essa equipe não tinha um itinerário muito fixo, normalmente atendiam uma vez por semana no abrigo e o restante na prefeitura – não havia uma previsão muito determinada sobre isso, algumas semanas não havia atendimento enquanto outras havia mais de uma vez e o horário de trabalho era o mesmo da prefeitura. Essa equipe não era exclusiva do abrigo, era também responsável pelo escopo da Alta Complexidade dentro da Secretaria de Assistência Social. Quando no abrigo, costumavam permanecer no espaço do escritório, com menos circulação e uma relação mais distante com os usuários. As pessoas da equipe eram bastante jovens, mulheres de 25 até 35 anos, recém-concursadas ou contratadas, e não tinham outras experiências progressas específicas com este atendimento. Por conta da inconstância – do atendimento da equipe e da minha presença – meu contato com elas foi mais restrito, mas nas nossas poucas conversas demonstravam uma espécie de domínio de conhecimento “fechado”, com base em um “formalismo teórico acadêmico” de suas respectivas áreas ao tratar do assunto.

O cargo que mais tinha contato com os moradores, e em maior número, era o dos Educadores Sociais – aqui chamados de educadores. Sempre havia pelo menos um na casa e se revezavam em escalas de 12 horas de trabalho por 36 de descanso – ininterruptos nos fins de semana e feriados. Os requisitos para a investidura no cargo eram ensino médio completo e idade mínima de 18 anos. O educador era o responsável pelo atendimento das necessidades do abrigado e, principalmente, por manter certa rotina diária. As necessidades iam desde a alimentação, fornecimento de toalhas e materiais de higiene, permissão de ligações telefônicas e acesso à internet, doações de roupas, acompanhamento em consultas médicas, orientação na administração de medicamentos prescritos, aconselhamento, monitoramento e encaminhamento das tarefas dos moradores, manutenção, registro de histórico dos usuários e do serviço até permitir – ou não – a entrada do morador ao abrir e fechar a porta que permanecia trancada o tempo todo. Ao chegar era necessário se anunciar através da campainha ou bater na porta, impossibilitando assim o acesso de pessoas não autorizadas e, ao mesmo tempo, marcando o isolamento da instituição com o ambiente externo.

O fato do cargo se chamar Educador Social diz muito a respeito do entendimento do atendimento. A função continha um caráter pedagógico e na prefeitura de Brusque era previsto nas Secretarias de Assistência Social e Educação – podendo ocorrer transferências entre elas, conforme a demanda de serviços ou pedido dos servidores. Na Assistência Social os educadores estavam distribuídos no atendimento público da própria secretaria, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e no Abrigo Institucional, enquanto na Secretaria de Educação os educadores desempenhavam suas funções na rede de ensino – creche e escolas – auxiliando os professores no desempenho de suas atribuições. Os educadores sociais no abrigo, além das atividades descritas acima, deveriam buscar criar alternativas com intuito de colaborar “no processo de emancipação e integração na sociedade” (Prefeitura de Brusque, Edital nº 1/2013).

Os registros que os educadores precisavam realizar ficavam no Livro de Registro de Ocorrências – no modelo de livro de atas, capa preta com folhas sulfite –, diário só acessível aos funcionários. Nele eram anotados os fatos considerados relevantes em cada turno e feita a comunicação interna. Os registros versavam sobre as atividades desempenhadas no dia, servir refeições, solicitar mantimentos, acompanhamentos médicos, alterações no comportamento dos moradores, ameaças sofridas, chamados à polícia, SAMU ou bombeiros, informações diversas sobre os residentes, avisos caso os residentes não fossem pernoitar ou chegassem

atrasados, indicações de procedimentos e encaminhamentos a serem realizados, sugestões, admissões e desligamento de moradores, ligações ou visitas de algum parente e recados entre funcionários. Periodicamente o livro era lido pelos ocupantes de cargos superiores e eventualmente implicava em mudanças, revisões, advertências aos funcionários e sugestões de procedimentos a serem adotados no atendimento.

Na sala da coordenação havia um arquivo de três gavetas⁷¹, com pastas pardas suspensas, contendo informações básicas de todos os usuários do serviço e histórico. Na primeira gaveta estavam os moradores “ativos” e nas duas restantes os “arquivados”. A pasta continha uma “Ficha de Acolhimento” que era preenchida pelos educadores com informações básicas de nome, apelido, data de nascimento, idade, sexo, naturalidade, estado civil, número de documentos (RG e CPF), telefone, filiação, estado da documentação (completa, incompleta, danificada, fotocópia), tempo na cidade, procedência, se já esteve em outra instituição, se possui problema de saúde ou apresenta alguma deficiência, faz uso de medicação, possui animais, carrinho ou bicicleta e, por fim, lista de pertences pessoais e informações de acomodação (quarto, cama e armário). Alguns arquivos possuíam fotos 3x4. Algumas pastas continham cópia dos documentos, encaminhamentos, exames médicos e relatório de permanências informando se houve desligamento pela equipe técnica, saída voluntária ou abandono, encaminhamento para internação, contatos de parentes e relatos sobre o comportamento. Na pasta dos “ativos” normalmente estavam as vias originais dos seus documentos ou Boletim de Ocorrência de perda dos mesmos. A grande maioria dos atendidos eram homens de 20 até 45 anos – corroborando com o perfil identificado pela Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua de que constituem 82% deste segmento homens com idade de 25 a 45 anos (BRASIL, 2008).

A função desempenhada pela coordenação era mais gerencial, implicava em intermediar o relacionamento da equipe, dos moradores e entre funcionários, conduzindo as dificuldades de mão de obra, verificando quanto à execução de atividades pelos funcionários, demandas de compras, definição pela expulsão ou permanência de morador e, ainda, periodicamente prestar contas dos atendimentos. Não havia imposição legal – no que concernem as exigências no plano federal – de pré-requisito de experiência ou formação. Esse cargo passou por 10 trocas⁷² do início do funcionamento do abrigo até a definição por seu

⁷¹ Esse sistema foi progressivamente substituído pela implantação de sistema computadorizado interligado e disponibilizado em toda rede de atendimentos da Secretaria de Assistência Social.

⁷² Algumas pessoas ocuparam o cargo por mais de uma vez.

encerramento, em agosto de 2015. A média de permanência era de dois meses e as trocas ocorriam mediante alguma situação conflituosa ou a pedido. Entre as profissões anteriores de algumas pessoas que ocuparam o cargo estavam: enfermeiro, professor, educador social, gerente comercial, pastor e metalúrgico.

O acolhimento oferecido pelo abrigo era só uma parte do serviço, que funcionava em articulação com outros atendimentos, outras secretarias e outros órgãos públicos. O relato anterior da minha aproximação com o serviço mostra como a reação de um dos moradores em relação ao atendimento, associada a suspeita de descontrole e alterações envolvendo entorpecentes movimentou, além do próprio abrigo, o CAPS-Ad, o SAMU, os bombeiros e a polícia⁷³. Isto é, respectivamente, antes da assistência social, saúde e segurança que compunham e se relacionavam no âmbito da institucionalização das pessoas em situação de rua no município.

O CAPS-Ad é um serviço da Secretaria de Saúde, com funcionamento em horário comercial, para onde a maioria das pessoas acolhidas no abrigo era encaminhada por sua equipe técnica para iniciar seus respectivos tratamentos de “desintoxicação”. Não havia uma exigência quanto ao encaminhamento, mas os que aderiam eram vistos de melhor forma, pois era uma demonstração de que efetivamente tinham intenção de “mudar de vida”. Contudo, ambos os serviços aconteciam isoladamente e nas vezes em que presenciei solicitações desse tipo, do abrigo para o CAPS-Ad o pedido foi recusado – aparentemente havia certa competição entre equipes – em nenhum momento observei ações conjuntas. Embora poucos acolhidos aderissem ao tratamento com a frequência solicitada pelo CAPS-Ad, atribuíam maior legitimidade ao proposto por essa segunda equipe técnica –, de certa forma, evidenciando uma maior “confiança” nos saberes médicos aos assistenciais.

O SAMU e os bombeiros eram chamados para contenção de pessoas em situação de rua “em crise” – reconhecendo-se assim a maioria dos que “dão problema” –, pois como seu atendimento era emergencial, os encaminhamentos para os hospitais, clínicas ou mesmo para o abrigo eram também bem dificultosos e geralmente seguidos de recusas. Com a polícia o relacionamento era bastante conturbado, para os moradores do abrigo era dos policiais que se devia ter medo, já que era a eles que a população habitualmente recorria quando a sua presença nas ruas incomodava e as aproximações não costumavam ser muito amistosas.

⁷³ Não tive acesso específico a cada uma dessas instâncias, minhas percepções são decorrentes da minha posição no abrigo.

Conforme assinala anteriormente, o atendimento do abrigo às pessoas em situação de rua em Brusque tinha por característica certa provisoriade, tanto de funcionários quanto no próprio regramento. Como o trabalho era, de alguma forma, penoso e estressante, os pedidos de demissão e a troca de funcionários eram constantes. Embora eventuais alterações quanto às regras não acarretassem grandes mudanças, elas eram afirmadas com ineditismo aos moradores no intuito aparente de mostrar quem detinha o monopólio das regras.

Com relação aos usuários nos períodos de menor ocupação permaneceram três moradores e nos de maior todos os leitos – aproximadamente 20 – ficavam ocupados. A maioria dos moradores era já de conhecidos que estiveram por outras vezes utilizando o serviço, então tinham entrada permitida – caso não tivessem criado nenhuma “confusão” anterior –, observando-se os horários e a disponibilidade de vagas. O que regulava esse número eram as cobranças por parte da equipe, se elas fossem mais incisivas o número de moradores diminuiria. Contudo, a tensão e possibilidade de conflitos – independentemente do número de moradores – era uma constante e, de certa maneira, esperada na rotina dos atendimentos.

4.4. UM DIA NA ROTINA

O Sol ainda não havia despertado, mas era hora do café estar na mesa. Às 6h30 era servido e a movimentação começava. Alguns dos moradores fumavam, enquanto outros despertavam e outros ajeitavam suas coisas para seguir aos seus postos de trabalho. O vigia noturno encerrava seu expediente – iniciado na noite anterior –, a agente de serviços gerais tinha o café como sua primeira tarefa de chegada juntamente com os educadores sociais que também trocavam seus turnos. O cardápio incluía café, pão com manteiga, geleia e iogurte. Alguns moradores reclamavam da quantidade, outros da qualidade, enquanto alguns comiam para sair rapidamente da mesa ou nem chegavam a sentar. Às 7h30 era retirada a comida da mesa e a agente de serviços gerais lavava as louças deixadas para seguir com seus afazeres. Alguns moradores despertavam depois do horário e aí interrompiam os serviços de limpeza para tentar conseguir algo para comer. Os que pediam educadamente, às vezes tinham a chance de receber uma concessão, os que esbravejavam recebiam prontamente a negativa e eram lembrados dos horários estabelecidos nas regras do abrigo.

Dos moradores uns seguiam até o trabalho regular, “bicos” ou em busca deles, outros para as praças no centro da cidade para encontrar conhecidos ou vender seu artesanato, alguns poucos seguiam até o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e outros ainda optavam por permanecer ali assistindo televisão ou aguardando a chegada do coordenador para resolver algumas de suas pendências. Enquanto isso, o educador social conversava com os moradores – no percurso de saída passavam pela recepção, onde habitualmente os funcionários estavam, para alcançar a porta de saída do abrigo – sobre seus afazeres daquele dia, indagava sobre quais seriam as atividades, o trabalho, a busca por ele, do tratamento, e enquanto o morador se unia ao restante das pessoas na rua, o educador seguia para a tarefa diária de ler o relatado no Livro de Registro dos acontecimentos anteriores, desde sua última escala.

Manoel era um dos moradores mais falantes, tinha por volta de 40 anos e estava na rua indo e vindo desde os seus 20 anos. Sua família era de cinco irmãos, dois filhos e contato frequente por telefone com eles, especialmente com a mãe e uma irmã. A relação com os familiares era boa, todavia eles sabem que “é meio doido”. Manoel contava que se envolveu com drogas muito cedo, uma das poucas lembranças que tinha da infância era quando cabulou aula com os amigos na segunda série do primário para fumar. Depois disso, começou a se envolver com gente “da pesada”. A mãe sempre tentou afastá-lo dessa vida, o internou, mas “não tinha jeito”, sempre que conseguia fugia. Já teve experiência em diversos abrigos e casas de recuperação, mas dizia que nunca tinha visto um serviço da maneira que era em Brusque, onde “não ficam trancados”, “tem liberdade” e ninguém ficava “cobrando o tempo todo” – “os moradores de rua normalmente estão na rua por não gostarem de pressão e cobrança”, dizia. Manoel mostrava com orgulho seus trabalhos, fazia quadrinhos com cartões de imagens e mensagens religiosas e os vendia em praças ou eventos de igrejas. Quando estava no abrigo sempre ganhava “uns quilos”. Gostava de viver na rua e, apesar de “não ser fácil”, conseguia manter-se.

Entrou, permaneceu e saiu por três vezes enquanto estive no abrigo, fora outras vezes em que estive anteriormente. Tentava me ensinar um truque com barbante no qual fazia vários movimentos enrolando-o nos dedos e, ao puxar, o barbante se soltava totalmente, mas eu não aprendia e ele debochava de mim quando dizia que era muito difícil.

Débora era uma das educadoras também contratada no primeiro processo seletivo, tinha por volta de 30 anos, e não acreditava na “reabilitação” dos moradores – “é um depósito”. Para ela, o objetivo era “limpar as ruas”. Independentemente do que acontecia dentro do abrigo com os funcionários – ameaças, xingamentos e agressões –, “se dormirem no abrigo e não incomodar[em] na rua está bom”. Mas, paralelamente, “se acontecer deles não gostarem do abrigo a culpa é de quem? Dos funcionários que não tratam bem”. Na sua visão, o plano de ação “não dava conta da recuperação dos vícios, o que tentavam era fazer a documentação e inserir no mercado de trabalho”. “Não mudam hábitos ou as pessoas com quem andam, aí no primeiro pagamento vem a recaída”. Ela comentava que estava cansada de ser vista como “a ruim”, ao negar alguma coisa, a solução era sempre “passar a mão na cabeça” e os ver como “coitadinhos”. Dizia que deixou de se importar. Apesar de reconhecer a heterogeneidade do público atendido, pensava que “com a convivência passam a ter mais ou menos as mesmas manias”. Trabalhou no abrigo por aproximadamente um ano.

Por volta das 8 horas chegava o coordenador e se inteirava sobre as novidades e situações. “Tranquilo”, relatava a educadora, “Marcos, João e Pedro não vieram à noite aqui”. O coordenador fazia uma expressão indignada e complementava “não entendo, preferem dormir na rua a aqui. Mas fazer o que?”. Um dos moradores, Tiago, o estava esperando.

Tiago tinha uma reclamação, dizia que teve uma consulta no dia anterior e o educador não o lembrou. O coordenador se comprometeu então em conversar com o “pessoal da saúde” para tentar remarcar, mas não poderia garantir que conseguiria outra consulta já que ele mesmo deveria ter se lembrado de ir até lá no dia anterior.

Enquanto isso, a agente de serviços gerais deveria limpar todos os quartos no período da manhã e nenhum dos moradores deveria permanecer dormindo. O educador então conferiria a lista das pessoas presentes no abrigo naquele dia e quantas marmitas deveriam ser solicitadas para o almoço ligando para pedir ao fornecedor terceirizado – tarefa que precisava ser cumprida até 9h30 diariamente. Os moradores até esse horário ou ao saírem mais cedo, precisavam avisar se iriam estar no abrigo para o almoço. Caso houvesse o pedido e não fosse consumido, a instrução era deixar o morador “de castigo” por dois dias sem almoço. Mas, “o castigo” não era imposto pelos educadores temendo o conflito decorrente dessa aplicação.

Adriana era uma das agentes de serviços gerais. Natural da região nordeste tinha chegado à cidade fazia pouco tempo, com cerca de 30 anos e dois filhos – um deles ficou com sua mãe na cidade natal e o outro estava com ela. Gostava do trabalho na Casa, “ninguém fica em cima dando ordem e fiscalizando”. Teve um problema familiar que quase a fez recorrer ao abrigo, no entanto ao procurar a Secretaria de Assistência Social disponibilizaram-lhe uns meses de “aluguel social” e a possibilidade de trabalho. Já se envolveu com drogas na adolescência e parou por vontade própria e assim dizia que era preciso querer para mudar – “a maioria daqui não parece disposto”. Era favorável ao serviço, mas a disponibilização de “casa e comida”, em sua opinião, algumas vezes poderia contribuir para a acomodação.

Uma das coisas que mais a surpreendeu desde que passou a trabalhar ali era que ela “não tinha mais pena” quando via alguma pessoa dormindo na calçada. “Antes ficava comovida”, hoje sabe que eles “estão ali porque querem, podiam estar no abrigo”. Trabalhou no abrigo por cerca de quatro meses.

Marcos ficava no “batente” o dia todo, antes do café da manhã ser servido partia a caminho da rodoviária e rumava para uma das cidades próximas com o objetivo de “vender canetas”, retornando no fim do dia. Tinha por volta de 30 anos e contava que foi casado por mais de 10 anos, morando em um dos bairros de Brusque. Viveu muito bem, teve um bom emprego, um filho, mas a rotina começou a deixá-lo “entediado”. Então, saía com frequência para festas e “perdeu o controle”, até o dia em que a esposa o pegou “no flagra” consumindo drogas, aí o mandou para internação. Ele permaneceu internado uns seis meses em uma comunidade terapêutica e “foi uma benção”, depois de sair passou a viver “de um lado para outro”. Mas “agora está bem” e “juntando dinheiro para alugar um lugar”. Dizia que sua “missão” era abrir uma fazenda para ensinar as pessoas a “lutarem contra si mesmas”, porque “esse é o pior inimigo”, e eu seria contratada por ele.

Permaneceu no abrigo durante os meus primeiros meses de pesquisa de campo e quando tudo parecia se encaminhar para “ter seu canto” protagonizou um embate com um dos educadores, durante uma recaída, que o fez ser proibido permanentemente do acolhimento. Vi-o por algumas vezes cambaleando pelas ruas do centro da cidade, após essa ocasião, e eu sempre ficava sem saber o que fazer.

Por volta das 11h30 as marmitas chegavam para o almoço e aos poucos os moradores retornavam. A marmita vinha pronta e o cardápio costumava ser arroz, feijão, uma massa e carne, além da salada, suco e uma fruta de sobremesa. A refeição era servida para os moradores na própria marmita acompanhada da entrega de garfo e faca – que depois foram substituídos por apenas colher, pois as facas “estavam sumindo”, decisão que gerou desconforto entre os residentes. Os moradores comiam no refeitório, cada um concentrado em sua refeição, em silêncio, e as sobras eram destinadas aos cachorros. Alguns reclamavam do tamanho da porção, da “falta de tempero” e da qualidade, enquanto outros reclamavam dos reclamantes. Depois da marmita vazia, jogavam o recipiente de isopor no lixo e depositavam os talheres próximos da porta da cozinha para que posteriormente a agente de serviços gerais os lavasse. Algumas vezes eu auxiliava nesta tarefa e os moradores se ofereciam para lavar a louça.

Os funcionários que permaneciam no abrigo durante o dia podiam somar seu pedido para marmita, mas dificilmente comiam junto aos moradores e ficavam no espaço da cozinha, na qual “é proibida a entrada sem autorização” – indicado em cartaz na porta.

O silêncio das refeições era interrompido em algumas ocasiões, como quando algum dos moradores perguntava se eu já havia almoçado ou ao educador. As refeições eram os períodos de maior silêncio na casa. Fora delas os moradores costumavam permanecer na sala de televisão ou nos fundos da casa, conversando entre si sobre as possibilidades de emprego, algum evento ou festa próximos, atividades, famílias, cidades onde estiveram, casamentos, namoros bem e mal sucedidos, contavam piadas e uma infinidade de outros temas.

Quando havia a presença de alguma mulher⁷⁴ solteira como residente, investigavam e articulavam as possibilidades de relações amorosas⁷⁵. Apesar dos quartos serem separados e a equipe tentar coibir os envolvimento, eles se gabavam das “fugidas”.

Após o almoço havia a “sobremesa, depois da sobremesa” que era fumar um cigarro e o descanso “de lei”. Alguns moradores assistiam à televisão que sintonizava (mal) os canais abertos via antena interna, ou a filmes que os moradores ou funcionários disponibilizavam em DVD, e outros seguiam para os quartos para um cochilo da tarde.

⁷⁴ Conheci cerca de 15 mulheres residentes no abrigo.

⁷⁵ Essas insinuações também costumavam acontecer com relação a mim acredito que decorrentes de certa proximidade que estabelecemos com a convivência.

Marlon ainda não tinha 20 anos completos e veio de São Paulo com destino a Brusque por ter ouvido falar da oferta de empregos. Chegou numa sexta-feira chuvosa, no início de uma noite de outubro de 2014, no abrigo, indicado por populares – fora do horário de atendimento do CREAS. Ele explicou ao educador que precisava de um lugar para ficar e que não tinha conhecidos na cidade. Era bem falante, articulado e não demonstrava sinais de embriaguez, ao ser questionado afirmou não beber ou usar drogas. Tinha pai, mãe e irmãos em São Paulo e uma boa relação com eles, mas estava “à procura de outras oportunidades”. Também tinha toda sua documentação (RG, CPF, Carteira de Trabalho). Ele dizia não ser morador de rua, mas como o abrigo não estava lotado na ocasião e pela “aparente veracidade” de sua história teve a sua entrada permitida pelo educador social que, por conta das condições climáticas, ficou “com pena” de deixá-lo dormir na rua. Mas avisou-o que era provisório, na primeira oportunidade deveria passar pelo atendimento da equipe técnica.

A equipe técnica o avaliou e constatou que era “fora do perfil”, mas como tinha sido acolhido poderia permanecer até conseguir emprego. Permaneceu no abrigo durante uma semana e “se desligou” após conseguir trabalho e um lugar para morar. Entretanto, foi demitido e retornou ao abrigo por outras duas vezes.

Carlos era um dos educadores sociais com mais tempo de casa, tinha por volta de 40 anos, e era visto como o mais firme, duro e intransigente entre os funcionários pelos moradores. Deixava os limites sempre claros e bem traçados, não admitindo fugas às regras – especialmente no que se referia aos horários e condições alteradas. Tinha cargo contratado temporariamente – sem concurso público – e estava ali porque foi transferido – antes ocupava uma função em outra secretaria, mas houve certa indisposição com outros funcionários. No abrigo passou por diversas situações de ameaças, inclusive de morte, e dizia que se alguém encostasse a mão nele, não pensaria duas vezes para revidar – “gosto do trabalho, mas não sou pago para me ameaçarem”, por diversas vezes pensou em sair, mas tinha pretensões de conseguir voltar ao seu antigo cargo. Era favorável a que só ficasse no abrigo “quem quisesse se ajudar, o restante podia despachar de volta para de onde veio” – “se não é para acrescentar, não atrapalha”. Frequentemente os episódios de maior conflito ocorriam em sua escala.

A tarde era o período de maior tranquilidade no abrigo. Depois do almoço, os moradores costumavam sair ou permanecer na sala de televisão, os educadores se ocupavam com a arrumação de materiais, mantimentos e algumas vezes separavam as roupas que haviam sido doadas – se havia condição de uso, masculina, feminina e pelos tamanhos. As doações eram encaminhadas pela secretaria e algumas chegavam através de pessoas que as deixavam no próprio abrigo, mas com menor frequência. As roupas e sapatos femininos se acumulavam nas estantes, enquanto os masculinos tinham maior circulação e às vezes faltavam.

A agente de serviços gerais continuava a limpeza no refeitório, cozinha e banheiros coletivos ao fundo da casa. Logo estava na hora de servir o café da tarde. O cardápio normalmente repetia o do café da manhã, pão com manteiga e geleia, às vezes algo preparado no abrigo com os ingredientes disponíveis, como bolo ou rabanada.

Pedro era um dos residentes com mais tempo de permanência, tinha por volta de 50 anos, usava sempre roupas e sapatos sociais e tinha sido maquinista ferroviário durante longos anos. Gostava muito da sua antiga profissão e contava várias histórias desse período, mas com a privatização das linhas ele foi mandado embora. Tinha quatro filhos, “já estão todos encaminhados”, somente a mais nova ainda lhe causava preocupações: “namora um mecânico que não quer saber de estudar e tem mais idade, poderia conseguir coisa melhor”. Gostava de morar em Brusque, já estava há mais de 10 anos na cidade – entre idas e vindas –, e apesar de já ter passado períodos bem difíceis em que “não sabia nem o que estava fazendo” e sua família ter vindo buscá-lo, retornou. Morou em alguns estados do país e “sempre teve espírito aventureiro”. Mas, já era hora de se ajeitar, conseguir um emprego e seu canto – “não tinha mais idade para isso”. Ia regularmente ao CAPS-Ad por “gostar do pessoal de lá” e tinha começado a frequentar o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) para concluir o ensino médio. Costumava beber, mas não se considerava alcoólatra, pois “conseguia se controlar, diferente da maioria” – mas, “eu não entenderia a diferença por não ter vivido nenhum vício e ser muito jovem”.

Conseguiu um trabalho na secretaria de obras em novembro de 2014 e passou a retornar bastante alterado ao abrigo. Posteriormente recebeu o benefício de “aluguel social”, locou um imóvel para morar e foi desligado do abrigo. Era computado nas estatísticas de superação.

Diego tinha por volta de 20 anos, era um dos educadores sociais mais recentemente contratados – fez o concurso público para a vaga e pensou que nunca seria chamado pela sua colocação, mas não tinha entendido pelo edital que existiria a possibilidade de trabalhar no abrigo. Gostava muito do seu trabalho e do aprendizado decorrente dele, “trocar ideia com o pessoal” e os moradores gostavam da forma com a qual ele desempenhava suas atividades, “apesar de ser atrapalhado”. Os moradores o viam como “bonzinho”, pois abria diversas concessões, como permitir saídas depois do jantar e retornos mais tardios. Na sua escala, os acolhidos sabiam que poderiam “ter mais liberdade”. Os moradores nunca o haviam ameaçado, segundo dizia, contudo sua postura “benevolente” era também alvo de críticas de outros funcionários, já que não adiantava “um ser duro e outro afrouxar, é preciso padronizar”. Trabalhou no abrigo por pouco mais de seis meses e depois foi transferido para o Conselho Tutelar.

Joana foi uma das poucas mulheres moradoras que encontrei no abrigo, tinha por volta de 30 anos. Num dia em que cheguei e fui até a cozinha conversar com a agente de serviços gerais, encontrei-a lavando a louça e pensei que fosse uma nova funcionária, mas depois ela disse que era moradora e tinha chegado naquele mesmo dia – “só estava ajudando”. Ela estava ali porque tinha se desentendido com o marido que a agrediu, mas não queria fazer BO, pois tinham um filho de poucos meses que ficou com a família dele – com quem moravam –, no entanto sabia de “suas responsabilidades como mãe”. Queria conseguir um emprego, alugar uma casa e buscar seu filho. Ficou por poucos dias e depois eu soube que ela retornou para a casa em que morava com a família do marido em uma cidade próxima.

Com o passar das horas progressivamente aumentava o movimento no abrigo, os moradores retornavam e permaneciam fumando nos fundos, conversando eventualidades, comentavam as notícias que passavam na televisão dos jornais locais e nacionais. No retorno ao abrigo – da mesma forma que pela manhã –, o educador social conversava com os moradores que iam voltando e permanecia atento para averiguar se não havia sinais muito evidentes de alterações com relação a álcool e drogas – se houvesse, o morador era lembrado das regras e sua entrada era barrada. O funcionário informava que “nesse estado não pode

entrar”, sugerindo que “dê uma volta até ficar em melhores condições e depois retorne” – essa negativa geralmente era seguida por reprovação e reclamações do barrado.

Nessa descrição procurei evidenciar como a permanência da maioria dos moradores e funcionários não era duradoura, então não se chegava a estabelecer maiores vínculos – e eles eram bastante frágeis – mesmo havendo uma preocupação genuína com o reconhecimento individual da situação dos acolhidos. As instabilidades do serviço tanto com relação ao tempo tolerado de permanência no abrigo – definido pelos funcionários – quanto às saídas e retornos esporádicos dos usuários o inseriam em uma lógica de difícil previsão. Comumente variavam as condições necessárias para o acolhimento por parte do atendimento e também os objetivos no uso feito do abrigo pelos seus usuários.

As decisões da equipe no que diz respeito ao “perfil” e a construção dos planos de ações individuais e cobranças eram bem individuais. O “perfil” estabelecido pela lei – a definição da pessoa em situação de rua – era a base, mas as decisões eram tomadas caso a caso, dependendo do relato da pessoa, da análise de maior ou menor “necessidade”, da empatia – se a pessoa “parecia” ou não “bem intencionada” –, se sua história parecia “verídica” – e ainda se tivesse algum outro conhecido já morador que pudesse dar referência. Numa hierarquia de critérios esta segunda avaliação – subjetiva – tinha maior peso, por vezes abrindo consentimentos “fora do perfil”.

Ainda que “perfil” seja uma categoria informada pela política nacional, o modo como ele se reveste de “sentidos singulares” e subjetivos é institucionalizado ao se tornar “prática efetiva” e não pode ser controlado, como percebeu Patrice Schuch (2005, 2008). Embora a análise da antropóloga abarque especificamente o direito, é representativo para pensar “a criação de um novo ‘sujeito de direitos’” na intersecção “com moralidades diversas – principalmente religiosas – e com outras tecnologias de intervenção social – como, por exemplo, as chamadas práticas assistencialistas da ‘ajuda’, complexificando retóricas unilineares” (SCHUCH, 2012, p.2-5).

Schuch (2012, p.2) concluiu que

mesmo num contexto de celebração da retórica dos “direitos da criança e do adolescente” e da transformação dessa população em “sujeitos de direitos”, ao contrário de uma *oposição* entre práticas legais modernas e uma “cultura tradicional” de gestão de crianças e adolescentes, ou uma consideração dessas últimas como *resquícios* ou *sobrevivências* de paradigmas antigos de atendimento,

existia uma *interseção* particular entre essas matrizes de significação. (grifos e aspas da autora).

Também resultando na atribuição de significados ao trabalho dos agentes judiciais “bem mais amplos do que os referenciados na lida judicial propriamente dita” (SCHUCH, 2012, p.2).

De modo geral a rotina e convivências no abrigo eram tranquilas, o que possibilitava a coexistência – mesmo que tensa – de experiências muito diversas. Todavia, em certos momentos, essa tranquilidade era rompida por reações mais violentas – dos usuários para com os funcionários – motivada usualmente pela negativa de algum pedido ou do próprio atendimento. Esses episódios extremos colaboravam para um “embrutecimento” da equipe, em especial dos que tinham mais contato com os moradores. Então, edificando uma nova barreira na relação, já que situações assim poderiam ser vivenciadas a qualquer momento deixando os funcionários “vulneráveis”. Igualmente, o grau de estresse decorrente dessas instabilidades e frustrações por “não haver resultados” somava argumentos para a imagem depreciativa das pessoas em situação de rua e, após algum tempo em exercício, os funcionários relatavam não mais se “comoverem”. A comoção passava, de certa maneira, a ser associada na avaliação dos casos em que a pessoa “não parecia” estar *em situação de rua*. Contudo, em outros casos também havia um empenho dos funcionários – para além de suas atribuições – como quando auxiliavam financeiramente arrecadando do seu dinheiro para ajudar os usuários na aquisição de algum medicamento e outras situações; numa dessas ocasiões arrecadou-se dinheiro para auxiliar um residente a emitir segunda via de sua Carteira de Habilitação, imprescindível para a execução de sua profissão de motorista de caminhão.

No período em que acompanhei os serviços do abrigo presenciei que as pessoas que se dirigiam até ele por “demanda espontânea direta” – ou mesmo os próprios admitidos pelo CREAS – demonstravam necessidades de “ter onde dormir”, “algo para comer”, “ajuda com a saúde”, “local para ficar até conseguir emprego”. Penúrias essas que habitualmente diziam respeito a carências pontuais, de alguma forma, emergenciais e ligadas à sobrevivência imediata. Quando essas condições estavam supridas e já havia se passado certo tempo do acolhimento, outras estratégias eram formuladas e adaptadas pelos usuários para continuar alojado. No primeiro episódio – aqui narrado neste capítulo – a estratégia de solicitar “uma internação” – que, embora fosse sugestão dos técnicos nas avaliações, precisava da

concordância do usuário para acontecer – fazia com que a equipe mobilizasse seus parceiros para torná-la possível e manifestava “a vontade da mudança” tão valorizada pela instituição.

Com o passar do tempo de idas e vindas os próprios usuários estabeleciam suas estratégias com relação à extensão da permanência. De forma geral, a intenção dos usuários era ter uma estadia mais flexível para que pudessem utilizar do serviço com maior tranquilidade, mas podia variar conforme as necessidades e situação do usuário – os próprios moradores julgavam que outros que estavam trabalhando deviam “tomar vergonha na cara e se virar” deixando sua vaga “para quem precisasse mais”. Por exemplo, o fato de estar sem documentos poderia assegurar um tempo maior sem cobranças por trabalho, já que a falta impossibilita as buscas e até conseguir nova emissão costumava demorar mais de quinze dias; também o esforço de buscar emprego – por encaminhamento da equipe ou por si mesmo; o envolvimento com alguma igreja; a intenção de superar os vícios; a submissão e concordância com as regras previstas “sem criar caso”; os pedidos de internação; ou mesmo preparação de um discurso que criasse “maior empatia”. Mas, essas estratégias não se inscreviam em um campo moral – de “certo ou errado” – para os usuários.

A possibilidade do atendimento, de certa forma, empoderava aos atendidos e assim equipe e usuários – cada polo com seu peso e suas peculiaridades internas – influenciavam, à sua maneira, no serviço e, logo, no estabelecido pela política pública. Então, não podemos pensar em dois blocos homogêneos em oposição, mas sim que cada polo era diferenciado internamente pela constelação de atores com suas diversas perspectivas. E aí, no que se refere às estratégias dos subalternos, “o cotidiano de resistências” poderia “conquistar alguma coisa” – como observou James C. Scott (2002, 2011).

Essas “resistências cotidianas”, segundo identificou Scott (2011, p.219) em suas pesquisas sobre as relações de camponeses de classes populares e o governo em uma região do nordeste da Malásia, “não chegavam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva”, mas eram “as armas ordinárias dos grupos relativamente desprovidos do poder” manifestadas como “relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem e assim por diante”, inscritas em atitudes individuais aparentemente passivas e frequentes. O cotidiano do abrigo – de certa forma, com as demonstrações de embate, discordâncias e reclamações frequentes com o estabelecido – com a constante tensão se inscreveu no atendimento produzindo e assumindo “a forma do descumprimento passivo, da sutil sabotagem e do engano” (SCOTT, 2011, p.219), mas com a

diferença de peso entre “as armas” de formuladores e usuários. Enquanto os primeiros tinham o poder de decisão, os segundos marcavam mais a sua “evasão silenciosa” do que as “confrontações massivas e desafiadoras” (SCOTT, 2011, p.222). Como afirma o autor,

Onde a resistência cotidiana se distingue mais evidentemente de outras formas de resistência é em sua implícita negação de objetivos públicos e simbólicos. Enquanto a política institucionalizada é formal, ostensiva, preocupada com a mudança sistemática e *de jure*, a resistência cotidiana é informal, muitas vezes dissimulada, e em grande medida preocupada com ganhos *de facto* imediatos. (SCOTT, 2011, p.223).

Os problemas no relacionamento de funcionários com os atendidos ressaltavam as desigualdades e estas passavam a nortear o serviço, não no sentido de construir alternativas para superá-las, mas sim no intuito de reafirmar essas desigualdades como pré-concepções que informavam a categoria “moradores de rua” e aí em vez de questionada servia como fórmula pronta para explicar a suposta “inabilidade” das pessoas atendidas. Assim, tal como as expectativas iniciais dos opositores, o próprio atendimento intuía com base nessa categorização. A imagem era reafirmada institucionalizando um “tipo” que desqualificava certa humanidade, impondo aos usuários uma condição substancialmente desigual e menor. Desqualificando suas ações – quando não se enquadravam com as expectativas dos formuladores – como fundamentalmente “erradas”, e não como uma possível expressão de diferentes perspectivas ou como uma crítica ao próprio serviço.

Outra associação muito relevante era com relação ao álcool e às drogas – que dificultava ainda mais o acolhimento, fazendo-o escapar dos limites da assistência social e passar ao domínio da saúde pública. Por vezes ouvia a frase: “não somos uma clínica de reabilitação, não temos que tratar disso”. Tal associação contribuía para uma ideia de “perda de controle” individual, em que as drogas seriam um dos principais fatores para a ocorrência de todos os outros rompimentos, perspectiva que não compreendia outra possibilidade e que, de alguma forma, o álcool e as drogas pudessem ser a consequência e não o motivo. “Menina, você sabe por que a maioria das pessoas aqui bebe e usa drogas?”, me indagou certa vez um dos moradores, e logo disse: “assim a gente não se lembra das outras coisas”.

Assim, as percepções pessoais dos funcionários sobre a situação de rua, a expectativa de “merecimento” do auxílio decorrente de esforços individuais demonstrados para a superação dessa condição e os pontos de vista frente ao vivenciado no atendimento contribuía para a complexificação da relação entre funcionário e usuários que envolvia,

sobretudo, a convivência de estratos sociais que em outras condições provavelmente não teriam um contato tão concentrado.

Por parte dos usuários a pobreza ou a falta de recursos financeiros não era motivo para preocupações exacerbadas e também não era impeditivo de outras de suas atividades – tais como fumar, consumir entorpecentes ou bebidas alcoólicas. Pois, através da rede estabelecida de contatos, as atividades e recursos eram compartilhados entre eles e para com outras pessoas fora do abrigo – “hoje a gente dá, amanhã a gente recebe”, diziam. Alguns se negavam a pedir dinheiro na rua por considerarem humilhação – mas outros diziam que não era difícil de conseguir e eventualmente acionavam essa possibilidade. Igualmente, o tema “viver na rua” – em si mesmo – não era central em suas vidas e suas falas. Ao tentar entrar no tema, os moradores rapidamente passavam a falar de outras coisas em que estavam mais interessados como: viagens e sua família, pais, irmãos, esposa, filhos – tema que ocupava boa parte de suas preocupações –, e através dessas falas pareciam, de alguma forma, atualizar esses vínculos pelas lembranças e, em algumas ocasiões, justificava a “escolha” pela rua em detrimento da vida familiar.

Durante um dos dias em que um dos coordenadores da gestão estava no abrigo – em função de escala para suprir a falta de funcionários – questionei-o sobre qual seria o objetivo do atendimento, ao que disse que era “tirar as pessoas da rua e dar as mínimas condições de moradia, vestimenta, higiene e alimentação”. Entretanto, naquele momento “não conseguia ver um objetivo claro devido aos problemas no atendimento e à dificuldade de implementação de um programa em que os residentes cumprissem sua parte”. Uma das dificuldades, segundo ele, era de que a população dava muita esmola, então as pessoas em situação de rua não tinham “uma necessidade” do abrigo, conseguindo “se virar” e só aparecendo quando queriam algo. Chegou-se a cogitar a elaboração de uma campanha publicitária por parte da prefeitura para pedir que as pessoas não dessem esmolas e, em vez disso, encaminhassem ao atendimento do abrigo, mas não foi efetivada.

É preciso evidenciar também no dia a dia do abrigo, a hierarquização de conhecimentos entre *prático* – dos funcionários –, *técnico* – decorrente dos diplomas dos cargos com ensino superior – e *vivido* – dos moradores e, de certa forma, do religioso. E também o meu enquanto pesquisadora, mas que estava ali vivenciando com eles, porque “uma coisa é ler num livro, outra na prática”, diziam alguns moradores. Essa relação é de difícil equação e se visualiza também nas “parcerias” previstas – entre prefeitura e igrejas – de um

lado, na própria política e, de outro, no dia a dia da instituição em “pontos cegos” (VIANNA, 2010).

Os funcionários argumentavam que suas posturas *práticas* – decorrentes da experiência no atendimento – não eram consideradas em decorrência da experiência teórica e *técnica* de gestores – adquirida na formação superior que certificava suas concepções –, mas o *vivido* pelos moradores sempre ocupa um lugar relegado pelos anteriores. Segundo funcionários, a equipe técnica priorizava o estabelecido nas normativas – legislação e conhecimento científico da área; segundo equipe técnica, funcionários “não sabiam lidar” com os moradores; segundo funcionários e equipe técnica, os residentes não tinham ciência dos seus atos e eram “descontrolados”; e segundo moradores, equipe técnica a funcionários não entendiam o que *viver na rua* significava e nem estavam dispostos a descobrir – mas, eu me diferenciava dos anteriores por tentar uma compreensão que também ouvia as “suas versões”.

O dia a dia do atendimento, descrito neste capítulo, buscou evidenciar que a implantação nunca se completou inteiramente e estava sempre em contínuo processo de (re)elaboração, pois – como mostra a etnografia – nunca se tratou da simples execução de um plano. Embora neste estágio a *política pública* parecesse pronta para intervir na realidade – nos termos definidos pelo projeto municipal e pela política nacional – esta mostrava continuamente que seriam precisos novos ajustes no plano para ser possível sua efetivação. Uma multiplicidade de atores – funcionários, beneficiários, igrejas, saberes, políticas, rumores, opinião pública etc. – interferiam na e modulavam a política pública transformando as previsões iniciais e, igualmente, evidenciando perspectivas específicas da posição dos atores frente à alteridade representada pela *pessoa em situação de rua*.

Nos primeiros meses que acompanhei o serviço do abrigo houve algumas situações de grande embate entre funcionários e residentes. Em decorrência disso, a Secretaria de Assistência Social – em consenso com os demais gestores – optou por estreitar e consolidar as “parcerias”, apontadas no momento inicial dos anúncios de criação da Casa de Passagem, e que vinham sendo negociadas no primeiro semestre de 2014. Essa consolidação se materializou com a contratação de João – apresentado na época pela imprensa como idealizador do projeto – e com o estreitamento da parceria com a Polícia Militar. Essa opção foi a alternativa vislumbrada para tentar “dar conta das dificuldades no atendimento”.

Como será visto no próximo capítulo, as disputas de legitimidade para o atendimento envolviam a tentativa de construção de um campo profissional de “garantia de direitos” no acesso ao atendimento assistencial, previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS); o trabalho pela “vocação” – ou “ministério” – das igrejas, decorrente de certo “engajamento” (SCHUCH, 2008, p.11) religioso na causa, que não se limitava ao estabelecido na lei; enquanto ambos, de certa maneira, contrastavam com modelo vivido pela maioria dos funcionários e equipe técnica, ressaltados pela dificuldade no estabelecimento de relações e perspectivas que envolviam certos limites institucionais de atuação.

5. AS TRANSFORMAÇÕES NO ATENDIMENTO DO ABRIGO

Mesmo com as dificuldades do abrigo no atendimento às pessoas em situação de rua, os gestores e a Secretaria de Assistência Social de Brusque buscavam alternativas para possibilitar os serviços e até a troca da administração municipal, o encerramento não era vislumbrado, em nenhum momento. No mesmo mês que eu iniciei o trabalho de pesquisa no abrigo – em junho de 2014 – houve a primeira Audiência Pública com a temática “moradores de rua” em que foi anunciada a negociação da “parceria” com as igrejas. Na imprensa o tema havia abrandado e nem a notícia da primeira audiência mobilizou alguma atenção.

No ano seguinte – em 2015 – quando o atendimento no abrigo, de certa maneira, se estabilizou – apesar da constante tensão – enquanto equipamento da Secretaria de Assistência Social, um elemento surpresa trouxe instabilidade política a Brusque e a retomada das discussões quanto aos méritos da manutenção do serviço. Em março de 2015 toda a administração municipal da cidade – a cargo de coligação encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – alterou-se em decorrência de decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinando a cassação dos mandatos de prefeito e vice-prefeito por gastos desproporcionais com publicidade institucional em 2012, o ano da reeleição do então prefeito. Como resultado, a prefeitura passou a ser ocupada interinamente pelo presidente da Câmara de Vereadores – eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), de oposição à gestão anterior – até que houvesse a definição por uma nova eleição ou a reversão da decisão⁷⁶ implicando também na modificação dos secretários e coordenadores de governo. Após a troca o tema voltou às falas dos vereadores na Câmara Municipal, ao enfoque da imprensa e a nova Audiência Pública em junho de 2015.

Nessas ocasiões foi possível observar a interação de agentes envolvidos no processo de implementação do abrigo, com a conjugação de diferentes perspectivas na “multiplicidade de sua existência”, sendo assim “um processo necessariamente dinâmico de produção de significados” (SCHUCH, 2005, p.22). Nesse sentido, as Audiências Públicas foram também um espaço privilegiado de discursos que evocaram, de alguma maneira, “ideais” que foram construídos como um “dever ser” para o serviço (SCHUCH, 2005, p.44). Na primeira audiência, de um lado, a prefeitura (na gestão do PT) – através da fala da secretária de

⁷⁶ Até o momento da finalização desta dissertação ainda havia recursos sendo julgados pelo Tribunal Superior Eleitoral com relação ao mérito dessa decisão.

Assistência Social – deu “ênfase na retórica dos direitos” e, de outro – mas de maneira complementar –, por parte das igrejas – através da fala de João – ressaltou a necessidade de uma “sensibilidade” que envolvesse todos os usuários (SCHUCH, 2012, p.5). Na segunda audiência, o novo secretário (na gestão interina) destacou as falhas dos “critérios técnicos”, posicionamento confirmado por João, causando a “baixa adesão” dos atendidos e a decisão pelo encerramento do abrigo, sendo substituído por convênio da Secretaria de Saúde de “Prestação de Serviços de Atenção em Regime Residencial para tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes químicos, dependentes de substâncias psicoativas do sexo masculino e feminino” (BRUSQUE. Edital de credenciamento nº 002/2015 e Processo licitatório nº 019/2015 – Fundo Municipal de Saúde).

João promoveu a ligação da “causa” com as igrejas neopentecostais. Na primeira audiência, mesmo havendo certa disputa pela legitimidade do atendimento a “parceria” prevista nos anúncios se consolidou através da sua contratação. Embora a contratação não tenha significado que compartilhavam da mesma perspectiva – em relação a saberes e técnicas – não poderia se ignorar que tivessem objetivos comuns. Mas, a convivência “dentro do mesmo campo não sinalizava necessariamente a sempre maior valorização daqueles considerados dominantes. As hierarquias entre saberes modificavam-se à medida que eventos e relações específicas assim o demandavam” (VIANNA, 2010, p.49). Como observou a antropóloga Anna Catarina Morawska Vianna (2010) em sua tese sobre as relações institucionais enleadas de parcerias que envolviam o trabalho com crianças e adolescentes em bairros populares de Recife e Olinda com agências internacionais, “ao tomar forma, tais atribuições tornavam-se precípuas, mas não necessariamente excludentes entre si, e implicavam relações específicas e a mobilização de saberes determinados” (*Ibid.* p.50), ao mesmo tempo em que o tipo de destaque que se dava a vivência, onde a técnica pouco importava, realçava “um certo tipo de inserção e saber que os técnicos não possuem” (*Ibid.* p.51).

Assim, desde a ocasião dos anúncios do projeto do empreendimento a concepção de *parceria* era extremamente valorada – também passando pela própria Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e categorização prevista em lei própria, de nº 13.019/2014 –, usada com distintos significados e alterada “de forma contingente e na medida em que relações são estabelecidas” manifestando “um quadro móvel” (VIANNA, 2010, p.53). Contudo, como ressaltou Vianna (2010, p.86), as relações são “enleadas”, o que não significa dizer que “mundos diferentes se encontram”, mas sim que:

canais institucionais sustentam certas composições de mundo com as quais as pessoas mantêm uma ligação político-afetiva – "lutar por um mundo melhor"; "trazer o reino de deus para a terra", "diminuir as injustiças sociais", etc.; ao mesmo tempo os emaranhados são sustentados e postos em funcionamento porque conseguem catalisar esta ligação político-afetiva dos atores em diferentes lugares. (*Ibid.* p.86).

Nessa continuidade, o presente capítulo busca descrever os diferentes argumentos e perspectivas mobilizadas, para a consolidação da parceria na primeira audiência e na segunda, para a decisão de substituir o abrigo pelo convênio.

5.1. PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA: A CONSOLIDAÇÃO DAS PARCERIAS

A audiência ocorreu na noite de 05/06/2014, na Câmara de Vereadores, por solicitação de um vereador do PPS e foram convidados para tratar do assunto: a juíza de Direito da Comarca, o comandante da Polícia Militar, a secretária de Assistência Social, a gerente da Assistência Social, Trabalho e Educação da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque (representante do governo estadual), o presidente da Associação Empresarial de Brusque (ACIBR) e uma conselheira tutelar. Não compareceram e nem justificaram a falta: a juíza de Direito, a representante do governo estadual e o presidente da ACIBR.

O público foi de menos de dez pessoas, entre eles João – o conheci neste dia –, eu, nenhum dos moradores e o restante, na sua maioria, de então funcionários da Secretaria de Assistência Social e alguns profissionais da imprensa local.

As razões para o requerimento foram expostas – com a exibição de fotos no projetor que mostravam algumas *pessoas em situação de rua* em diferentes pontos da cidade – pelo vereador requerente:

O que motivou o requerimento dessa Audiência Pública foi justamente um apelo da própria população, um apelo dos empresários e principalmente da questão central do município e alguns bairros, alguns pontos fixos em alguns bairros. [...] Verificamos a situação e realmente chegamos até esse ponto crucial, justamente para que a sociedade possa discutir esses fatos e realmente nós tentarmos de alguma forma ajudar a solucionar esse problema que a princípio ainda não está grave, mas ele pode se agravar [...]. E nós vemos que, se realmente, nós não pensarmos em conjunto e trabalharmos juntos, esse é um problema que pode não ter uma solução futura desejada. [...] A gente sabe que a Secretaria de Assistência Social vem fazendo um grande trabalho, um grande esforço pra solucionar esse caso. Mas, é de forma sozinha às vezes não consegue chegar a um denominar final, né? E nós sabemos que

são questões pontuais que a gente tem que trabalhar em conjunto. [...] Nós fizemos as fotografias no comércio e nós vimos que eles realmente abordam as pessoas, as pessoas saem caminhando assustadas olhando pra trás para o grupo que estava lá [...] A gente passou umas duas ou três vezes lá, são os mesmos, são sempre as mesmas pessoas, os mesmos grupos que acabam estando nesses locais. Enfim, é uma questão pontual que nós temos o dever de ajudar em conjunto com o poder público, de ajudar de alguma forma a resolver esses problemas pontuais. Porque nós estamos vendo o aumento gradativo dessas pessoas. Uma frase que marcou muito quando nós fizemos essa verificação de um empresário, ele disse a seguinte frase: “a Crackolândia começou com um grupinho de 5, 6 pessoas e depois o estado de São Paulo, o estado do Rio de Janeiro, passaram trabalho pra tentar resolver esse problema pontual”. [...] Enfim, tanto a prefeitura municipal através da Secretaria de Assistência Social, quanto a Polícia Militar fazem rondas, faz batidas naquele local, tentam resolver aquele problema. Mas, enfim, se resolve naquele momento, mas logo depois eles retornam para aquele ponto. Então, se nós não acharmos alguma coisa de imediato para solucionar esse caso, nós vamos acabar tendo um problema muito sério e de difícil solução no futuro. Por último, [...] o estudo do projeto de lei que está nessa casa, o projeto de Lei 17/2013 que contempla a proibição da utilização e consumo de bebida alcoólica nas praças e ruas públicas do nosso município. [...] É um projeto bem simples, mas muito bem formalizado [...], que realmente estabelece essas regras e que se obedecidas, boa parte do problema que hoje é verificado com o consumo de bebida alcoólica, fazendo apreensão dessa bebida alcoólica, fazendo a retirada. Essas pessoas vão acabar procurando seu destino, procurar as suas famílias de volta. Porque vão ver que Brusque estará em conjunto trabalhando pra combater essa situação que está trazendo prejuízo muito sério para nossa cidade [...] (Audiência Pública de 05/06/2014, Câmara de Vereadores de Brusque).

Na sequência, o comandante da Polícia Militar (PM) usou do seu tempo para expor seu posicionamento:

[...] com relação específica aos moradores de rua é: nós temos uma situação bastante complicada, no sentido que a PM ela é legalista. Ela tem que atuar em cima de uma legislação que já existe, ele tem que atuar em cima da nossa Constituição que é a nossa Carta Magna. Fora isso, que não podemos fazer nada diferente do que já é concebido nesses estatutos. Diuturnamente a PM vem fazendo o seu serviço, tentamos de todas as maneiras fazer o melhor pelo município. [...] Com relação a esses moradores de rua, a gente tem que observar também que o trabalho, entre aspas, desses moradores é a rua. Tudo que eles conseguem, a sobrevivência deles vem da rua, tudo que eles conseguem para sobreviver, eles buscam na rua, né. E se a gente logicamente não atuar em cima disso, a gente vai “enxugar gelo”, não têm condições. A gente pergunta para esses moradores de rua se eles querem sair dessa situação, a maioria diz que não quer, porque é uma situação que eles se encontram já há bastante tempo, e a situação que ele se sente melhor. Isso é o que dizem a maioria desses moradores, né. Tentamos também dissuadi-los também a não provocar esses tumultos como foi falado aqui. Essas reclamações dos comerciantes, das pessoas que passam pelo local, mas acima disso, nós não podemos fazer muita coisa. Se não houver um flagrante de crime, se não houver o cometimento de uma ação delituosa, se não houver um encontro de drogas, de armamento ou alguma coisa que enseja um flagrante para que a gente possa conduzir a uma delegacia de polícia, pouca coisa se pode fazer. Porque alguns até conhecem “não, seu policial, e o meu direito de ir e vir e ficar onde que eu quero?”, né, e até a gente tem essa situação... É uma situação bastante difícil. [...] Caso, logicamente, se houver uma força deles, impedir um ato de crime aí aciona o 190 e a gente até tem como conduzi-lo, se houver uma vítima. Agora nós também não podemos por parte da população, poucos registram ou quase nada com relação a esses fatos, né. Ninguém liga pro 190 para dizer “policial, o mendigo aqui tá me assaltando, o mendigo tá me furtando ou tá me lesionando”, né? Simplesmente a sociedade liga pro 190: “policial, eles estão ali e eu não estou me

sentindo bem com eles ali, porque eles estão deitados na praça, eles estão bebendo cachaça, eles estão rindo alto, estão dormindo no banco que era para se sentar a família"... Mas, o que [é] que a gente pode fazer nessa situação? Nós não temos um local para colocá-los. A delegacia não vai aceitar não houve cometimento de crime. O hospital não vai aceitar também, não é uma doença, né? É um problema eminentemente social... As grandes cidades já estão com esse problema. Claro que nós temos que tentar encontrar uma solução juntos. A PM nunca se omitiu em ser parceira, nós somos parceiros. Estamos buscando junto com a Assistência Social, atuar em cima desse problema. Nós estamos diuturnamente – como eu já falei – tentando minimizar, encontrar um denominador comum pra melhorar essa situação. Mas é como eu digo, tanto as drogas como o morador de rua, não é um problema policial por si só, é um problema social. Se ele chegou naquela situação foi por causa de um problema social. Talvez a família não aceitou, opção de vida, a droga, tem vários motivos, né. E nós estamos tentando buscar junto com essas parcerias o melhor para a cidade. Agora nós, como eu falei no início, nós somos legalistas, eu não posso simplesmente fazer com que aquele cidadão que está ali desapareça. Não tenho uma vara de condão, nós não temos milagres que eu possa pegar o cidadão e desaparecer com ele. Ah, vou botar dentro de um ônibus como já propuseram, vários já propuseram essa... Bota dentro do ônibus à força e encaminha ele [sic] para a cidade de origem, né. Não é a solução. A violência não é a solução. A solução é encontrar um paliativo, encontrar um caminho, uma resposta que a gente possa melhorar a vida desse cidadão que está ali e melhorar, logicamente, a qualidade de vida da nossa população. [...] Então, é isso que eu gostaria de colocar, enfatizar que a PM vai continuar trabalhando, nós vamos continuar fazendo o cadastramento, fazendo a abordagem, as revistas pessoais nesses moradores de rua. [...] O que é possível dentro da nossa limitação humana, a gente vai fazer [...] (Audiência Pública de 05/06/2014, Câmara de Vereadores de Brusque).

Depois do comandante foi a vez da secretária de Assistência Social que iniciou sua participação apresentando – com auxílio de slides no projetor – a “nossa assistência social para as pessoas que ainda não conhecem”. Assim, destacando a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e as ações desenvolvidas na cidade:

Porque nós consideramos importante o marco histórico que foi 2004 quando foi criada a PNAS. Essa política veio romper com todos os paradigmas que se tinha antes na área de assistência, ela conseguiu superar a visão caritativa, a visão da benevolência em prol do profissionalismo, da garantia de direitos. E é muito importante a gente pensar na noite de hoje com essa visão: nós precisamos garantir os direitos das pessoas também em situação de rua e é muito importante. Agradeço aqui a possibilidade de estarmos discutindo [...] com o objetivo de melhorar cada vez mais o trabalho que a gente desenvolve aqui em Brusque [...], da preocupação que a gente tem na formação das parcerias, na construção de um trabalho em conjunto. [...] Porque o trabalho da Assistência Social, ele tem que garantir os direitos e os direitos socioassistenciais das pessoas, um deles é a acolhida. E hoje na conversa com uma pessoa, a pessoa falou em espiritualidade que não é só questão da religião, é a espiritualidade no sentido de dar um abraço, um olhar, um ouvir... E a segurança socioassistencial, o principal é acolhida que é o primeiro momento que a pessoa chega até a gente, também a garantia de renda, a garantia do desenvolvimento da autonomia tanto individual como familiar e social, a garantia de segurança de sobrevivência e o convívio familiar, o convívio social, comunitário. E a gente sabe que as pessoas em situação de rua, elas tem maior dificuldade de ter o convívio social comunitário e familiar, porque se eles chegaram na situação de rua é porque os vínculos já foram perdidos e o nosso grande salto vai ser a gente conseguir trazê-los para o nosso convívio na nossa sociedade [...]. A política pública de Assistência Social em Brusque, ela busca atender as contingências sociais e ela tem que prover serviços. Serviços, benefícios, programas para atender as necessidades da nossa população... Contribuir com a inclusão social

das pessoas e a equidade, porque muitas estão à margem que é o caso hoje dos nossos moradores, e assegurar que as ações tenham centralidade na família. [...] E a Assistência Social no atendimento à população em situação de rua, ela trabalha em dois aspectos, tanto na básica como na média complexidade. E é importante relatar um pouco que na década de 90, nós já tivemos a solicitação da comunidade para que resolvesse as condições de alguns moradores de rua em Brusque. Então, imagina 20 anos atrás a população de Brusque já solicitava medidas pra retirada das pessoas da condição de rua. E acho que foi ali por 2011, 2010, quando o GRUPIA se formou, eles fizeram um abaixo assinado e entregaram em mãos para o nosso prefeito solicitado que fosse feito algo em relação às pessoas em situação de rua. Esse abaixo assinado teve, assim, várias lideranças na nossa comunidade. E em 2013, ano passado, em uma reunião que eu estava presente, um dos pastores nos questionou “por que ainda não havia sido feito?”, que as pessoas estavam na rua e que “por que ainda não foi feito a Casa de Passagem?” E a Casa de Passagem por solicitação do próprio GRUPIA e de outras pessoas, estava no plano [de governo]. [...] E a Casa de Passagem que hoje nós chamamos de Abrigo para poder atender a demanda que nós observamos surgir a partir da nossa experiência nesses sete meses. Nesses meses a gente observou a importância de ter como Abrigo e não só como Casa de Passagem rápida pela demanda que as pessoas nos apresentam. [...] E a gente sabe que a dependência, a dependência é uma necessidade que a gente tenha todo o fortalecimento do nosso trabalho de rede de proteção. A rede de serviços nos fez avaliar que nós precisamos ter um olhar diferenciado pra cada ser humano, né. Tanto que a gente fala em população de rua, a gente pede e fortalece aqui a nossa solicitação que a gente não chame mais de mendigo, que a gente não chame de andarilhos ou indigentes, porque eles são seres humanos como nós. Que foi comprovado, pesquisa feitas, está onde estão porque passaram por um conflito, passaram por algum trauma que nós possivelmente podemos ter passado, mas com o fortalecimento da nossa família, com a nossa vivência, nós conseguimos superar e algumas pessoas não conseguem, porque cada ser é um ser individual. Ah... e são cidadãos brasileiros que muitas vezes eles perdem os seus documentos, mas a gente consegue recuperar e eles estão registrados tem o seu CPF, sua Identidade. Então, nós trabalhamos nessa condição, de todos eles seres humanos possíveis de mudança, de muita inteligência, muitos deles, mas com uma situação que os fez estar nas ruas. E [...] nosso trabalho não é um julgamento e sim a compreensão e o apoio para que eles possam superar as suas dificuldades. Para isso na proteção social básica nós buscamos pelo restabelecimento de vínculos familiares e comunitários. Então assim, nós temos o contato com, a partir de dados do cadastro e do dialogo com eles no seu acolhimento e atendimento, nós conseguimos ter contatos com os outros municípios e assim nós podemos buscar, fazer a busca dos seus vínculos familiares. Encaminhamento para a cidade de origem, [...] que não conseguimos muitas vezes simplesmente mandá-los de volta e realmente não adianta mandá-los para a cidade de origem sem o vínculo estar forte, porque eles voltam pra cá, porque o município os acolhe muito bem, né. A nossa comunidade acolhe muito bem as pessoas, porque a nossa comunidade é cristã, se preocupa com o ser humano e a nossa discussão daqui a pouco vai ser sobre como fazer continuar sendo cristã, mas lembrando que a gente pode atender as pessoas de outra maneira. E fazermos também todo o encaminhamento para os serviços da rede socioassistencial e também da rede de serviços tanto de proteção, porque nós temos toda a parceira com a policia civil, com a policia militar e saúde, educação e tantas outras necessidades que são apresentadas no dia-a-dia. E dentro do atendimento de média complexidade e alta complexidade, dentro da proteção social especial, nós fazemos a identificação de pessoas em situação de rua, encaminhamento para os serviços da rede – como é feito na básica também – busca pelo restabelecimento de vínculos familiares e comunitários e encaminhamentos para a cidade de origem. Quando chega na alta complexidade aí tem o acolhimento, porque na média que faz o trabalho é a abordagem social, [...] fazem um atendimento, conversam com as pessoas para conhecer um pouco mais a realidade e o motivo porque estão na rua. A alta complexidade é o abrigo, que hoje ele está configurado lá no nosso Abrigo Institucional. Nós fazemos um estudo social com a nossa equipe de técnicos e encaminhamento para os serviços das demais políticas públicas, a busca pelo restabelecimento de vínculos familiares e

comunitários e encaminhamentos para as cidades de origem também a partir do momento em que a gente consegue localizar e reconstruir os vínculos familiares. O que nós mais conversamos e discutimos tanto com a PM quanto com a nossa equipe é como fazemos para que as pessoas possam ter o desejo do serviço que nós oferecemos pra eles. Porque o abrigo, ele tem todos os recursos para atender as pessoas e dar as condições para eles terem uma boa qualidade de vida e é a parceira com a nossa comunidade... É a gente deixar de dar na rua e sim oferecer, quando as pessoas pedem, oferecer o nosso abrigo, porque lá tem, a gente brinca que lá tem cama, comida e roupa lavada – a roupa é levada por eles, mas assim temos todo o espaço lá adequado para atendê-los e nós precisamos do apoio da comunidade e vejo que essa possibilidade hoje da discussão é como juntos nós podemos sensibilizar a comunidade pra que a gente encaminhe, a comunidade encaminhe as pessoas para o abrigo quando elas estão lá pedindo um prato de comida, quando elas estão lá pedindo um dinheiro, porque pedem muito em valores né, e ao invés de dar, diz assim: “eu vou te ajudar levando para o abrigo”. É a forma que a gente vai conseguir atender as necessidades e contribuir para a qualidade de vida das pessoas que estão em situação de rua. E, sem pestanejar, a parceira também com todas as entidades, tanto religiosas como também empresariais [...] para que possa possibilitar as pessoas essa melhor qualidade de vida. E deixo aqui o pedido para como fazer a gente sensibilizar a nossa comunidade para não dar esmola e sim dar os direitos, a garantia de direito, dar um serviço que a Assistência Social que a prefeitura de Brusque, né, através de um plano [...], possa oferecer para atender as pessoas e precisamos do apoio de todos porque é um serviço importante. Ele está pautado em profissionalismo, em qualidade. Mas precisamos que a população também se sensibilize para encaminhar as pessoas. (Audiência Pública de 05/06/2014, Câmara de Vereadores de Brusque).

Quando o microfone foi aberto para a plateia, João usou do espaço e começou parabenizando o comandante da PM “pela sua visão que os moradores de rua não são aqueles que assaltam”,

Porque tem dois tipos, tem o dependente químico e tem aquele que tá no final que é o morador de rua, tá? Eu hoje, graças à Deus, também estou aqui, né? [...] Em 1997 eu saí da prisão, fui preso em Florianópolis por tráfico de drogas, tráfico internacional. [...] Eu estou desde 1997 nessa luta. Estou falando nisso pela primeira vez em público nessa cidade, porque Deus tocou no meu coração. Por que [é] que Deus me trouxe pra essa cidade? Esse projeto, dessa Casa de Passagem é um projeto meu, eu fui na fundação do plano de governo [...]. Fui eu que lá declarei meu apoio a uma fazenda, na qual foi visto que não dava pra fundar, né. Então, foi decidido a Casa de Passagem, projeto esse que o grupo GRUPIA assinou o abaixo-assinado que a original se encontra comigo, também gostaria de lembrar que quando essa Casa foi aberta [...]. O projeto é construir, mas devido o que o governo passou com a população de não querer a Casa de Passagem ali né, e o governo ficou sozinho, não houve um apoio, né. Não houve um manifestar, né. [...] O que ele precisa é sim um lugar para tomar um banho, para comer, mas ele precisa de algo que é o amor, é a união. Se nós não se unir... A Crackolândia cresceu, porque o poder público não se misturou com a espiritualidade. O dia que o poder público se misturar com a espiritualidade que é o amor... não estou falando de placa de igreja, não estou falando de religião, estou falando o amor. Porque o coletivo, o voluntário vai resolver [...] Muitas pessoas dessas precisam ir para uma fazenda, que ele bebe, ele usa droga, mas até tu despertar o querer nele... Tu só vai despertar te tornando amigo dele, imbuindo nele. Queria dizer para vocês, se vocês quiserem nos acompanhar [...], nós aí da igreja servimos uma janta pra eles. Nós já estamos fazendo com o governo uma parceria, tá? Que não era nem pra falar agora, mas já vou falar, já tá sendo estabelecida com a Secretaria de Assistência Social. As igrejas estão se unindo [...]. Porque é muito fácil tu sair da tua igreja e o cara vir te pedir 20 real [sic]. O que [é] que tu prefere: vir pedir 20 real [sic] ou te meter uma faca e

sequestrar a tua família? Então, por isso que nós temos que ver... O amor, eu acho que só o amor restaura. [...] Eu acho que a bandeira que tem que ser levantada hoje aqui é o seguinte para o poder público, né, se unir: governo, câmara, PM. Mas, chamar as igrejas. Mas, agora também o seguinte, né? É chamar as pessoas que tem o ministério de trabalhar com essas pessoas que se tu chamar hoje muito pastor, irmão, e muito padre, eles não querem... Tem que chamar as pessoas certas, chamar aqueles que querem, tá? Aqueles que querem, pode chamar, eles estão à disposição. Eu conheço igreja e pessoas que estão à disposição. Aquele “Desperta!” que foi lançado aqui, está dando fruto, que foi aqui na praça o lançamento da Casa de Passagem. [...] Então, eu acho que é o segredo, ao menos foi o que me tirou dessa vida. E eu estou desde 1997 nessa caminhada, cara, foi a espiritualidade para mim que houve entre poder público, polícia, entre governo... Porque a polícia pode até botar dentro da viatura, mas vai levar pra onde, comandante? Vai levar pra prefeitura? A prefeitura vai levar pra quem? Então, eu quero dizer pra vocês que é o seguinte assim: reveja com carinho, chama as igrejas [...] E outra, né? Eu só não trouxe hoje aqui, porque eu não senti no meu coração de trazer, mas eu ia trazer para vocês verem aqui, testemunhos, pessoas que mudaram de vida. [...] Então tem jeito. [...] Tem problema com drogas? Pode procurar eu que eu estou aqui para ajudar, no que precisar eu estou à disposição. (Audiência Pública de 05/06/2014, Câmara de Vereadores de Brusque).

Nas falas de encerramento da Audiência alguns vereadores se pronunciaram apontando para a necessidade de investimentos e aumento de repasses dos governos estadual e federal para fortalecimento dos trabalhos realizados pelas entidades e, principalmente, pela Assistência Social municipal. Um deles, vereador pelo PTdoB – o mesmo que chamou a segunda audiência – enfatizou o medo que a população, na sua visão, tem dos “moradores de rua”:

[...] Nós temos observado aí em todas as falas e, claro, nós não podemos chegar aqui e dizer que está tudo as mil maravilhas e ser hipócritas e falar o contrário. É lógico que a gente vê esse morador [...], é claro que as pessoas têm medo. É difícil chegar e estender a mão, né? Essa é a realidade. Chegar e estender a mão “oh, vamos lá para casa?”. Não é fácil, porque... o que que as crianças aprendem na escola? Com essa, com esse grande problema hoje de violência [...], as pessoas tem medo, né, de assalto, de roubos. E também tem medo daquele morador de rua. Aquele morador de rua que está aqui no centro perturbando o cidadão, trabalhador, né? Não podemos tampar o sol com a peneira e dizer aqui “ah, porque tem que estender a mão, é só isso e tá tudo resolvido”. Não, não tem nada resolvido. O problema, o que está acontecendo é esse, que a população está com medo. A população cresceu muito e com esse crescimento vieram às pessoas de fora e estão aí. Mas, claro que alguma coisa tem que ser feito, né. [...] O que eu acho interessante, o que seria... A Casa de Passagem ou o Abrigo Institucional que não deu muito certo no início, que os próprios moradores não querem ficar lá, porque lá tem que seguir regras, né. Isso é o que acontece E então, eles não querem ficar lá, porque tem que seguir regras. Então, para eles é melhor ficar na rua, né. Com os problemas do álcool, eles não conseguem, conforme você mesma [a secretária] falou, eles não tem como nem se alimentar. Então, eles vão lá no Abrigo Institucional em últimos caso, quando eles não conseguem mais ... Tanta dor, eles não conseguem nem comer. Então, eu acho que umas das soluções seria um centro de reabilitação dessas pessoas, né. Desses moradores que são viciados principalmente no álcool. Então, dessa forma, claro amparados pela lei, de levar esses moradores ... para esse centro de reabilitação. Mas, é lógico, pra construir tem que ter dinheiro, né. Aí vem o dinheiro do federal, do estadual e municipal e tem que ter, infelizmente não se tem. [...] Até o dia que conversamos a secretária tinha conseguido encaminhar um dos moradores, eu não lembro a cidade, para um desses centro de reabilitação, né. Um a casa dessas e está

lá hoje se reabilitando, né, tentando sair desse vício terrível, né, que é um dos vícios que é o álcool, que é o caso desse morador [...]. Então, a pessoa tem sim medo do morador, né. Então, eu deixo aí como sugestão, de repente, e onde tem as casas estão todas lotadas, né. E, de repente, se faça a busca na região [...]. Então, quem sabe esse seja o início para tirar as pessoas que como você mesmo falou [João], conviveu e sabe o que passou na rua, né, com o seu depoimento que graças alguém estendeu à mão e no centro de reabilitação você conseguiu sair dessa vida. Então, com um centro de reabilitação sim vai acontecer de as pessoas poder [sic] ter essa possibilidade de sair, de conseguir largar a droga, principalmente o álcool e outras coisas também. Mas geralmente esses moradores de rua, a maior parte do problema é o álcool, mas tem outras drogas ilícitas aí também [...]. Mas, só queria deixar isso então, esse centro de reabilitação como uma forma de tentar sim dessa forma colaborar e ajudar esses moradores de rua. (Audiência Pública de 05/06/2014, Câmara de Vereadores de Brusque).

Em seguida a secretária complementou sua participação comentando sobre quatro aspectos evidenciados nas demais falas: investimento, estratégias, centro de reabilitação e tratamentos.

Em relação ao investimento, em 2009 foi implantada a política de Assistência Social em Brusque. Ela é datada de 2004, mas somente em 2009 conseguimos implantar em Brusque. De cinco funcionários em janeiro de 2009, hoje nós temos 45 e com contratação de mais 24 ao longo de tempo com a abertura e implantação de novos equipamentos. Então, investimento não falta. E no sentido, só pra esclarecer, porque o investimento precisa ser técnico também. Aí tem o abrigo, têm todos os outros equipamentos que nós estamos implantando, assim um pouco atrasados com o porte do nosso município que é uma cidade considerada de grande porte, nós já deveríamos estar com a nossa política em pleno andamento. Mas, estamos conseguindo avançar a cada dia. Então, os investimentos, eles são bem altos, porque nós conseguimos dar conta de ter uma equipe, ter equipamento, ter alimentação e tantas outras necessidades.

E a estratégia [...]. Mas, com essa possibilidade de orientação e de parceria de busca, de estratégias. Hoje nós estamos com pessoas que não estavam no abrigo desde o ano passado, voltando para gente com uma proposta mais flexível, com mais diálogo, com a equipe mais completa. E a gente percebe a diferença, porque [...] a criança nasce ela precisa arrastar antes de engatinhar. Nós estávamos nos arrastando e agora se está encaminhando para melhorar o nosso trabalho, por ser tão novo.

Em relação ao centro de reabilitação, né, reabilitação é sempre direcionado na área da saúde. Nós temos bastantes hospitais no estado, temos clínicas, mas a situação que a gente enquanto técnicos da política de Assistência Social, a gente se preocupa um pouco com o compulsório. A internação compulsória, porque se a pessoa, ela não está com uma prévia disposição para fazer o tratamento, muitas vezes não vai dar certo. Então, nós precisamos chegar no limite assim, da pessoa estar se autodestruindo mesmo. Agora [...] com o trabalho [...] técnico em parceria com o espiritual, a gente pode superar essa necessidade do compulsório. E nós já conseguimos encaminhar alguns moradores para o tratamento, mas a gente sabe das recaídas [...]. Então, a gente sabe das dificuldades do dia-a-dia, quem tem pessoas alcoolistas em casa, na sua família, sabe bem a dificuldade que é, né. [...] (Audiência Pública de 05/06/2014, Câmara de Vereadores de Brusque).

Então, como encaminhamentos dessa Audiência Pública foram definidos alguns pontos, elencados pelo vereador requerente, como questões principais: “maior apoio aos serviços sociais”; “trabalho em conjunto de sensibilização da sociedade em geral, das pessoas, empresas, igrejas para não dar esmolas e sim encaminhar essas pessoas para que a Assistência

Social possa realmente fazer o desempenho, o papel necessário”; “realizar um trabalho em conjunto com o poder público, privado e as entidades na busca de uma solução, [...] quanto mais entidades, pessoas e setores estiverem em conjunto, eu acho que o objetivo dela vai ser alcançado”; e “o projeto de lei [...] que talvez vai dar o aporte que é o que a PM não tenha hoje, de fazer o recolhimento dessa bebida”.

Nesse sentido, é importante destacar que as falas apontaram em algumas direções distintas, quase unanimemente assinalaram que diante das dificuldades no atendimento existente seria preciso unir esforços, pessoas, entidades e igrejas no sentido de fortalecer os serviços e “as parcerias”. O policial militar assinalou como, de maneira geral, se espera da polícia uma resolução da questão da presença dos moradores incomodando o restante da população, mas os “moradores de rua” não são “caso de polícia”. Contudo, “os moradores de rua” personificam o medo das “pessoas de fora” que seriam portadoras só de coisas ruins e deveriam ser internadas. Ainda, no que tange a Secretaria de Assistência Social, a secretária enfatizou que a sua função era assegurar a “garantia de direitos” através da disponibilização de serviços, benefícios e programas passando pela profissionalização e investimento técnico. E, o serviço de atendimento às pessoas em situação de rua passava por transformações devido à recente implantação. Desta forma, era necessário pensar em conjunto para melhorar os serviços e atendimentos, mas, com vistas à compreensão das especificidades de cada um enquanto “cidadão de direito” e a ampliação da concepção de que seria eficaz somente a internação.

João apontou a necessidade de “misturar poder público e a espiritualidade” como única alternativa para melhorar o atendimento e essa “parceria” foi consolidada através de sua contratação no mês de julho de 2014.

João foi contratado no cargo de educador social com a intenção de melhorar a relação com os moradores e para ser exemplo positivo de “superação” através de sua história de vida. Ele tinha ligação com algumas igrejas neopentecostais por intermédio de uma associação privada chamada Conselho de Pastores de Brusque (COPAB). A associação congregava os pastores de algumas igrejas evangélicas neopentecostais⁷⁷ da cidade e João circulava, através de suas relações, por mais de uma pela sua “causa”. O COPAB também

⁷⁷ Tais como: Igreja Ágape, Centro de Adoração e Missão, Igreja Nação Forte, Igreja Calvário, Igreja Evangélica Jesus Cristo para o Mundo (Iejem), Ministério Casa de Oração, Igreja Vida Plena entre outras.

tinha assento no Grupo de Proteção da Infância e Adolescência (GRUPIA) junto com as igrejas católica e luterana.

João se manifestava como uma pessoa muito proativa e falante, logo nos primeiros contatos com os funcionários do abrigo propôs mudanças no trabalho da equipe decorrentes de sua experiência de vida e “malandragem da rua” provocando certa resistência. Quando João opinava, dava a sua vivência pregressa virtude e expertise para interferir nas avaliações relacionadas com a permanência e “perfil” dos acolhidos e nos planos de ações traçados pela equipe técnica do atendimento.

O estabelecimento dessas “parcerias” foi anunciado no abrigo aos moradores em apresentação que contou com a presença da secretária e coordenadores de Assistência Social, equipe técnica, todos os funcionários, João, o comandante da Polícia Militar e os moradores – que estavam naquele momento no abrigo sem anúncio prévio da ocasião. A apresentação foi dirigida pela secretária, que reafirmou a necessidade do respeito ao regimento do abrigo para a boa convivência de todos e criticou as ameaças que os funcionários estavam sofrendo em horário de trabalho, e que o comandante da polícia estava ali para mostrar o comprometimento com a prioridade no atendimento das ocorrências notificadas pelo abrigo.

Antes de a reunião acontecer João apontou que a presença da Polícia Militar poderia dificultar as aproximações com os usuários do serviço, visto que a relação “não costuma ser amistosa”. A imagem passada seria de “caguetas” – ou seja, delatores. A reunião contou com a participação de cerca de quinze residentes que, no dia seguinte, passaram a ser três. De alguma forma, a reunião foi vista como legitimadora da presença e excessos de policiais. “Quando a polícia chega é para bater” – diziam os moradores.

Passados alguns dias os moradores foram aos poucos retornando ao abrigo, em parte por intermédio e incentivo de João, mas as divergências entre ele e o restante da equipe gradativamente aumentavam. João compartilhava sua própria experiência de “superação” e “salvação” nas diversas conversas. Afirmava que só conseguiu sair da vida de drogas quando entendeu que “sem Deus, não se é nada”, assegurando que “a família, os psicólogos, assistentes sociais podem falar que essa vida é errada”, mas “só Jesus dá forças para não cair novamente” – “só a espiritualidade consegue fazer com que a gente opte por um lado e não outro”. Então, era preciso “caminhar junto com Deus, é isso que estrutura”.

Enquanto isso, ele assumiu o compromisso de acompanhar os moradores até o CAPS e aos atendimentos médicos, conseguindo que o número de faltas e a evasão diminuíssem. Alguns pastores e membros de igrejas integrantes da COPAB passaram a frequentar periodicamente o abrigo para auxiliar no processo, “conversar e dar força” aos moradores, “abrir as portas das igrejas e mostrar o que Jesus pode fazer” para eles.

João dizia repetidas vezes que “se não fosse ele a Casa não existiria”. Ele que durante as reuniões de apoiadores da candidatura da chapa do PT, imbuiu à ideia da criação como um dos objetivos da Assistência Social que posteriormente foi inserida no planejamento de governo. Posição também confirmada pelos membros da Secretaria de Assistência Social que diziam que ele era uma das pessoas que mais pressionavam – através de visitas periódicas à Secretaria de Assistência Social – para a efetivação desse atendimento. Mas, segundo ele, ainda só foi possível mediante a oração: “oramos e Deus iluminou o prefeito para oferecer um local de auxílio para pessoas necessitadas”.

Alguns moradores desconfiavam que João tivesse algum interesse por trás de suas atitudes, não gostavam da sua insistência quanto aos convites de ir até as igrejas ou de participar das atividades desenvolvidas por elas no abrigo – que tinham pouca adesão dos moradores. Aos poucos algumas de suas promessas, principalmente com relação a contatos de empregos, não se cumpriram. Mas, reconheciam que ele “se importava” ao tentar facilitar o agendamento de algumas consultas e exames médicos, insistindo na marcação e/ou falando pessoalmente com os médicos para conseguir “encaixe” nas agendas – o abrigo “era para ajudar eles [moradores de rua], daria o seu jeito [para facilitar]”. João afirmava que assim “convencia o pessoal a ficar na casa” e o número de moradores aumentou. Paralelamente, as constantes divergências com os funcionários deixaram a relação com a equipe insustentável. Ele discutiu com psicóloga, assistente social e educadores sociais por “serem distantes e não se relacionarem” e “não saberem lidar”, tomando decisões equivocadas “só com base na técnica, sem sentimento”. Enquanto a equipe dizia que ele “não ouvia ninguém”, “só queria fazer as coisas do seu jeito” e “não ajuda os moradores na sua autonomia, não de ficar de babá”.

João permaneceu no cargo de educador social por cerca de dois meses, seguidos de afastamento por motivo de saúde e sua posterior demissão⁷⁸ em fevereiro de 2015. Com a sua

⁷⁸ Alguns funcionários diziam que ele foi demitido e ele disse que pediu demissão por não concordar com os métodos.

saída também houve a desistência nos trabalhos semanais dos grupos de apoio religiosos no abrigo. A nova notícia que passou a gerar grande expectativa era que um novo coordenador, com experiência, em breve assumiria a direção para reestruturação dos serviços. Da saída de Mariana – que ocorreu alguns dias antes de eu iniciar o trabalho no abrigo – até naquele momento o cargo de coordenador estava em aberto, sendo ocupado pelos educadores que se revezavam na posição, mas, mesmo com o acréscimo salarial, não ambicionavam ocupá-la, por representar “mais dor de cabeça”.

No fim do mês de agosto de 2014 o novo coordenador foi apresentado. Sua indicação foi intermediada pelo prefeito, por se conhecerem e por ter trabalhado em clínicas e fazendas com dependentes químicos em projetos mantidos por igrejas. Era pastor de uma igreja neopentecostal – diferente daquelas que João estava ligado – e dizia que “sua vocação era trabalhar na área social”, mas buscou se especializar no serviço com a graduação em Terapia Ocupacional, além de Teologia. Na ocasião a secretária o apresentou afirmando que “uma das primeiras tarefas da nova coordenação era de gerir a dificuldade entre a equipe” e que o novo coordenador reorganizaria o serviço.

Com o novo coordenador, os meses seguintes foram de certa tranquilidade na rotina do abrigo. Não houve mais casos tão graves com relação a agressões, apesar de nunca chegar à estabilidade. No entanto, as mudanças na organização do atendimento também não ocorreram ou pelo menos não repercutiram significativamente. Algumas novas atitudes foram adotadas, como de orar nas refeições com os moradores pedindo “luz para iluminar os caminhos e pensamentos” e aproveitava a ocasião para chamar a atenção com relação às responsabilidades de higiene, organização e busca de trabalho, indicando que ali não era um espaço de recreação, e sim um apoio para que eles conquistassem “novamente a capacidade de andar com as próprias pernas”. Era preciso se esforçar, já que as coisas não iriam “cair no colo”, “é preciso ir atrás”. Além disso, o pastor também retomou o contato com os religiosos para que voltassem com trabalho semanal de apoio.

Após os primeiros dois meses da nova coordenação a permanência no posto passou a ser instável. O novo coordenador dizia não saber ao certo se ficaria, pois nunca havia trabalhado “como empregado” e a relação de cobrança de resultados por parte da secretaria era dificultosa nos trabalhos. Ele relatava que “cobram por resultados de algo que não é do dia para noite que vai acontecer”, “eles precisam estar cientes que o nível de acertos é baixo”, “então a gente tenta”, “quem trabalha na área social, especialmente com dependência química

precisa ser consciente disso”, “é muito difícil, só por vocação”. Da parte dos coordenadores na secretaria, o novo coordenador era visto como “escorregadio”, protelando decisões mais severas com os moradores e demorando na “reestruturação” esperada.

Para o novo coordenador, o seu planejamento só poderia ser efetuado após “estabelecer uma relação de confiança com os moradores”, “ter ciência do histórico”, mas, até que isso fosse possível, procurava cobrar aos poucos responsabilidades. Sua gestão perdurou até final do mês de novembro de 2014 (isto é, cerca de quatro meses), sendo substituído por outro coordenador que tinha a visão gerencial como ponto forte. A saída do pastor novamente ocasionou o término do trabalho de apoio religioso no abrigo.

Contudo, essas últimas trocas na coordenação não se refletiram em mudanças no dia a dia dos usuários do serviço. O que influenciava na presença de mais ou menos moradores eram as cobranças advindas do atendimento: quanto menos cobranças ou interferências nos usos que faziam do abrigo mais pessoas permaneciam e assim as divergências e instabilidades entre os funcionários contribuíam para que o foco fosse outro, além da atenção única e exclusiva aos moradores.

No seguimento é preciso atentar para as “parcerias”. De um lado, a instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tenta superar o modelo privado da moralidade religiosa – tradicionalmente católica –, ligado à caridade, para a consolidação da assistência social enquanto direito de todos; e, de outro, as igrejas – de maneira geral e neopentecostais em específico, neste caso –, com o estabelecimento dessas relações, constituem redes que resultam em apropriações de espaços públicos – atingindo um maior número de pessoas e abrindo um “canal de negociações com agentes do Estado e de outras esferas, resultando no reconhecimento público legal de sua ‘utilidade social’ e de sua força de mobilização”, como observou a antropóloga Eva Scheliga (2010, p.259) em sua tese sobre as práticas assistenciais evangélicas observadas na Igreja Universal do Reino de Deus.

O estabelecimento dessas “parcerias” no cotidiano do abrigo e dos usuários ocasionou um deslocamento das tensões e conflitos que antes opunham funcionários e usuários, para conflitos entre os próprios funcionários e gestores. Os diferentes “parceiros” – nesse caso João com as igrejas – tinham uma perspectiva e agenda diferente da prefeitura que nesse ponto brigavam por quem teria maior legitimidade. E um dos efeitos desse conflito “interno” foi, aparentemente, certo relaxamento das normas e controles sobre os residentes.

Os conflitos e posteriores aparentes dissoluções da “parceria”, primeiro com a saída de João e depois com a saída do pastor da coordenação do abrigo, contribuíram para a transformação do atendimento prestado às pessoas em situação de rua. Contudo, a decisão de substituí-lo por convênio só foi possível quando houve também a troca da administração municipal em março de 2015 e quem assumiu o comando foram os opositores iniciais ao serviço. No abrigo a expectativa de moradores e funcionários era de que os serviços fossem encerrados, pela forte oposição na época do lançamento do projeto, corroborada por uma sensação de “descaso” da nova administração.

No início do mês de maio os vereadores – antes opositoristas e agora na situação – trouxeram novamente o assunto à Câmara. Na sessão de 05/05/2015, um vereador do PMDB retomou o assunto manifestando indignação com o “custo elevado da Casa de Passagem”:

[Tem] gente [há] quase dois anos dentro da Casa de Passagem sem dar uma contribuição para a sociedade. Só malandro, só atrapalhando a cidade. Então, nós não podemos deixar essas pessoas... Um custo elevado de 70 mil reais [por mês] para uma Casa de Passagem para atender dez pessoas e a nossa fila de espera lá na policlínica cheia de gente precisando? É isso que nós temos que fazer, gente, é dar condições às pessoas que trabalham, que pagam impostos, não para as pessoas que vêm para a cidade e se encostam e não fazem nada. Eu não posso custear uma pessoa que não quer [trabalhar]. Ela tem que ter uma oportunidade, tudo bem, mas 48 horas, ou você toma um banho, lava a cara e vai procurar emprego ou então vai embora. Não é nós [sic] que temos que sustentar, já estamos cansados em sustentar as pessoas, nós estamos dando Bolsa-Família para as pessoas darem conta da vida, nós estamos dando sacolão, nós estamos dando casa, mobiliando... Não sei mais o que falta para o cidadão e aí tem uma casa com aluguel caríssimo, no centro da cidade pra ir lá cuidar do cachorrinho e depois dar uma passeada e depois voltar para a Casa. O que [é]que é isso, gente? E o cidadão que paga imposto? O cidadão que tá lá na fila de espera há mais de dois anos pedindo por um exame de sangue, ele não consegue. [...] É isso que nós encontramos, é filas e filas e filas. (Sessão de 05/05/2015, Câmara de Vereadores de Brusque).

Esse posicionamento foi respondido por um vereador do PT, pontuando que “se deve ter cuidado” ao falar do assunto da Casa, além do que não é “o fim do mundo 70 mil reais por mês para tentar recuperar pessoas”. E prosseguiu:

Acho que a Casa de Passagem [...] faz um papel. [...] Cada morador desse, cada um tem uma história e não é tão simples que um discurso vai resolver. Tem assistência social, tem o acompanhamento, tem como tratar e que recuperar demora. [...] Agora, em relação às pessoas, a gente cuida de animais, a gente cuida de tanta coisa, eu acho que a gente não pode abandonar as pessoas e simplesmente mandar embora, porque a gente leva só o problema para outro lugar. (Sessão de 05/05/2015, Câmara de Vereadores de Brusque).

Dois outros vereadores pediram apertes e manifestaram suas opiniões, “parabenizando” a iniciativa pelo posicionamento contrário ao atendimento. Pelo PSD, um

vereador afirmou que “fazer caridade com o chapéu alheio é a coisa mais fácil do mundo. [...] Um bando de malandro lá dentro que vem aqui para nossa cidade para se servir dos recursos [...] dos nossos tributos que nós pagamos todos os meses [...], tá totalmente errado”. E pelo PR, outro vereador apontou que “estamos fazendo aquilo que as pessoas pedem, as pessoas querem que feche a Casa de Passagem, isso é fato” e, além disso, é preciso “montar um CAPS⁷⁹ para atender às crianças filhas de dependentes químicos e de álcool. O que [é] que é melhor para Brusque? Um local para atender essas pessoas ou um local para deixar mais malandro dormir? [...] A questão é prioridade e a prioridade é atender as crianças”.

Com essas declarações o tema passou novamente a ter destaque na imprensa. No dia 11/05/2015 o jornal *O Município* estampou na sua primeira página a manchete “Casa de Passagem: o dilema”, com a chamada “Prefeitura de Brusque avalia o que fará com o espaço criado para atender moradores de rua, sob a pressão de aliados na Câmara”. A matéria ocupou duas páginas centrais do jornal e trouxe em destaque os dados dos atendimentos com o título “Casa de Passagem Discórdia”.

No início da reportagem, o jornalista Marcos Borges (Jornal *O Município*, 11/05/2015, p.4-5) apontou que desde a mudança no governo da cidade “alguns vereadores pressionam pelo fechamento do espaço, enquanto isso, profissionais da área advogam por mudanças no modelo, porém pela permanência”. Seguiu remetendo ao histórico de oposição à implantação do serviço desde seu anúncio e mencionou parte das falas dos vereadores que reacenderam o debate, complementando que a solução proposta por eles era que os valores empenhados no abrigo fossem destinados a clínicas de recuperação de dependentes químicos.

Os dados fornecidos por assistente social – da própria prefeitura – ao jornalista apontaram que o custo na manutenção do atendimento era de aproximadamente 63 mil reais mensais – incluindo recursos humanos, alimentação, aluguel, água, luz, telefone, higiene, limpeza e segurança privada – oriundos do Fundo Municipal de Assistência Social e de repasse anual de aproximadamente 85 mil reais do governo estadual. Entretanto, a assistente social que os forneceu apontou que havia “entraves burocráticos” para substituir o atendimento assistencial pelo de saúde realizado pelas clínicas – “além de haver a diferença de valores, a proposta de fazer convênios [...] não é viável. [...] Não basta que o gestor tenha a ideia de investir em outra área, porque as amarras na legislação não permitem”. E o “segundo entrave” era a diferença nos atendimentos, pois o atendimento clínico seria de

⁷⁹ O Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) é um serviço da Secretaria de Saúde, vide nota 11.

responsabilidade da Secretaria da Saúde e Sistema Único de Saúde (SUS) – “as pessoas focam no uso de drogas, mas não é só isso, tem pessoas que têm emprego, que trabalham, e precisam do abrigo” e “não há médicos ali” (Jornal *O Município*, 11/05/2015, p.4-5).

Completando as informações, o jornalista entrevistou o recém-empossado Secretário de Assistência Social – fisioterapeuta de profissão –, o entrevistado alegou que o atendimento passava por avaliação e “levantamento de eficiência do serviço social prestado pela Casa de Passagem”. Através dos dados contabilizou-se que “desde a sua criação em setembro de 2013, 178 pessoas foram atendidas por técnicos”. Segundo relato da assistente social:

O abrigo oferece um trabalho técnico, com atendimento de um assistente social e um psicólogo, com o objetivo específico de encaminhar este cidadão para o tratamento de [dependência de] alguma substância psicoativa. Se necessário, também para o tratamento médico, aquisição de documentos, retomar o ensino, a questão do trabalho. (*Ibid.* p.4).

A matéria seguiu apontando que, do número total de atendimentos, “66 foram ‘desligados por superação’, que é quando a pessoa saiu melhor do que entrou no serviço ou teve um encaminhamento a contento” – relatou a assistente social, como – por exemplo – é o caso de 8 que retornaram para sua cidade natal, 14 receberam passagem de volta para o município de origem em contato prévio com os familiares, outros 34 foram reinseridos no mercado de trabalho, mas em contrapartida, 69 largaram o atendimento, 5 atendidos foram desligados por infração às regras e 4 pessoas que passaram pelo abrigo foram encontradas mortas por diferentes motivos pela cidade⁸⁰. E quanto ao argumento de que o serviço aumentaria a criminalidade na região, os dados elencados não eram suficientes para comprovação.

Por fim, evidenciou a assistente social na reportagem, que existiam regras – para o bom convívio, entrada e permanência – e “histórias que deram certo”. Ainda segundo ela, “um terço dos atendidos nestes quase dois anos superaram a sua condição, na maioria das vezes de vício e de morar nas ruas”. Nessas “histórias”, o jornalista elencou a trajetória de três usuários, os quais afirmaram que caso fechasse iriam para a sarjeta novamente.

[...] João (nome fictício). Com 53 anos de idade, está em Brusque há 30 anos. Sempre como morador de rua. “Agora não me considero mais morador de rua, estou estudando e parei de usar drogas e bebida”, conta. Analfabeto, João acaba de começar a estudar no ensino para adultos e conta com a Casa de Passagem para ser a sua casa. “Se fechar como vou fazer? Onde vou tomar banho e colocar a minha roupa depois da aula? Se fechar, vou para a rua, para a

⁸⁰ Alguns usuários foram atendidos por mais de uma vez.

sarjeta de novo. Como vou ter futuro na minha vida?”, diz. João não é natural de Brusque, mas diz que seu sonho é viver em uma casa alugada por ele mesmo e por aqui.

Júlia (nome fictício) tem 31 anos e teve dez gestações. Nove resultaram em filhos e numa delas houve aborto. Dois filhos estão com a mãe no Paraná, um com o irmão, e os outros seis foram tomados pela justiça e enviados para adoção. “Ela conseguiu fazer a laqueadura por meio da Casa de Passagem”, afirma a assistente social.

Por dez anos Júlia e seu marido vagaram pelas ruas de Brusque, porém, agora, ela se recupera da cirurgia, enquanto ele conseguiu um emprego e receberá, em breve, o primeiro salário da sua vida. Ele também é usuário da Casa de Passagem e faz parte das estatísticas de pessoas inseridas no mercado de trabalho. “Peço que não feche, senão eu vou para a rua, não tem outra opção para mim. Saímos da droga, quero melhorar, mas, se voltar para rua, acaba tendo recaída”, afirma. Assim como seu João, ela sonha ter seu próprio lar, em Brusque, junto com o marido. (Jornal O Município, 11/05/2015, p.5).

Enquanto isso, no abrigo, funcionários e moradores esperavam uma definição, embora suas opiniões não fossem unânimes sobre os méritos da permanência do serviço. Os funcionários tentaram se articular para preservar seus postos no serviço⁸¹, propondo soluções que diminuíssem os custos, como a transferência para algum bairro mais retirado – argumento citado mais frequentemente por diminuir o aluguel e, ao mesmo tempo, resolver a questão da oposição à localização no centro da cidade –, corte das atividades terceirizadas e economia nas refeições, além de medidas que visassem ajudar quem “realmente quer melhorar e o restante mandar de volta para suas cidades”. Os moradores lamentavam a decisão iminente do encerramento alegando que ficaria mais “difícil de se virar”, provavelmente voltariam para as ruas, mas outros diziam que não iria fazer diferença, “do jeito que está não dá para continuar, tem gente que não merece ajuda mesmo”.

Os capítulos anteriores mostraram que as diferentes perspectivas quanto ao atendimento geravam tensões e conflitos que sempre acompanharam a rotina do abrigo, desde a sua implantação. Nesse ponto, nem mesmo a iminência do fechamento foi capaz de produzir alguma unificação tanto da parte dos funcionários quanto dos próprios usuários.

Na imprensa o tema permaneceu em foco. De maio de 2015 até o encerramento dessa escrita, o assunto do abrigo esteve em aproximadamente outras trinta edições no jornal de maior circulação, *O Município* – além de outros meios de comunicação. “Cães atacam moradores da Hercílio Luz”, “Casa de Passagem sem definição”, “Moradores de rua dormem em prédio público”, “Em defesa da Casa de Passagem”, “Ainda a Casa de Passagem”, “Fim da Casa de Passagem”, “Data do fechamento deve ser anunciada”, “Tratamento para moradores de rua” – foram algumas das manchetes que novamente repercutiram o assunto.

⁸¹ Como a maioria dos cargos a admissão se deu via concurso público seriam transferidos para outros locais.

Em 14/05/2015 o tema volta ao jornal *O Município* – em matéria publicada na coluna geral – com a manchete “Cães atacam moradores da Hercílio Luz”, indicando que a população local denunciou e reclamava “da quantidade de cães que ficam no entorno do Abrigo Institucional” e, segundo relatos, avançavam e perseguiram “os transeuntes”. O secretário de Assistência Social foi questionado e, segundo indicou ao jornalista, “os cães são de propriedade dos próprios usuários, e que o problema é de difícil solução, uma vez que os animais possuem dono e não há nem sequer um canil municipal para onde enviar os animais”. Somou-se a esse argumento, notas da divisão “Diretas e Indiretas” do dia 18/05/2015, onde uma de suas leitoras que não quis ter o nome mencionado, revelou ao jornal que os moradores do abrigo ficavam em uma construção abandonada nas proximidades e ali também presenciou ocasiões de ataques dos cachorros; no dia 19/05/2015, o secretário respondeu através do mesmo jornal, afirmando “nem todos os moradores que ficam na construção abandonada [...] são usuários da Casa de Passagem” – continuou – “a Assistência Social trabalha para conseguir atender também pessoas como estas que ficam largadas em casas abandonadas, mas nem sempre é possível, uma vez que o ingresso na Casa de Passagem é voluntário”.

Em 29/05/2015, o assunto ganhou destaque inclusive na coluna humorística “Papo de Bar” do mesmo jornal, chamando a presença dos moradores de “é tipo um mini *The Walking Dead!*”⁸². O humorista indagou: “será o bendito que ninguém aqui na cidade vai fazer nada para resolver essa epidemia?”, trazendo um exemplo visto no Rio de Janeiro de “mendigos que trafegam pelas principais praias e afins, a prefeitura tem uma van que fica passando pela orla e que recolhe essas pessoas [...] e levam para um centro de triagem. E lá definem o que fazer. Por triagem cada um entenda o que quiser, é claro!”. Na mesma coluna, em 12/06/2015, o colunista comenta “elogiosamente” que presenciou a Polícia Militar “dando uma geral em uma turma que estava sabe-se lá fazendo o quê”.

⁸² Série de televisão norte-americana que mostra um grupo de pessoas tentando sobreviver em um mundo dominado por zumbis.

5.2. O TEMA VOLTA A CÂMARA DE VEREADORES... E NOVA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Na sessão posterior ao tema ter sido retomado no legislativo municipal, em 12/05/2015, havia uma expectativa, por parte dos envolvidos com o atendimento, de que os vereadores novamente o discutissem – pelas manifestações do alto custo terem repercutido na imprensa – e, embora constasse em ata solicitação de alguns vereadores para encaminhamento de um requerimento ao prefeito e à Secretaria de Assistência Social pedindo a manutenção dos serviços “como garantia de cidadania” (Câmara de Vereadores de Brusque, 2015, Ata 22), o assunto não chegou a ser discutido.

Somente em 26/05/2015 o requerimento, assinado por cinco vereadores (quatro do PT e um do PP), pedindo a manutenção do abrigo foi lido pelo presidente da sessão. O texto trazia uma série de considerações sustentando o argumento de que “é preciso respeitar e cuidar das pessoas independentemente da forma como escolherem para viver – seja como opção, seja como alternativa para sobreviver”. Além disso, acrescentava que “muitas pessoas dentro de suas casas e apartamentos estão cheias de problemas e também recebem, de alguma forma, assistência que vem do setor público”.

Após a leitura, um dos autores do requerimento, ressaltou que “não tem outra saída a não ser acolher. [...] Não existe solução pronta, tem é acolhimento”.

Dessas 200 pessoas, algumas pessoas se recuperaram, outras no nosso ver não se recuperaram, mas é uma escolha também, elas têm direito de estar ali também. Então, a gente tem que tratar isso... Vamos ser francos, todos nós aqui. Uma reflexão para fazer: dentro das nossas casas não tem problema de doenças? Não tem stress? Não tem às vezes droga? Não tem às vezes bebedeira? E por que [é] que essas pessoas não vão pra rua? Talvez porque tem o acolhimento de alguns de nós, talvez exista alguém que cuide... Se não tivesse alguém que cuidasse, vai pra rua... Vai ali conversar com os moradores de rua, cada um tem uma história. Aí a gente vai dizer assim: “ah, mas não justifica... não sei o que”. Não adianta a gente buscar explicação, a gente tem que ser humano. Eu tenho insistido aqui que a gente tem amor pelos animais e não gosta de morador de rua. Tem gente assim, não é possível, não é possível. [...] Recuperar pessoas tem preço? E não tem outro jeito a não ser acolhendo. Aí tem aqui a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, é só ler. Não foi inventado por mim isso aqui. Então, a gente tem que continuar com esse trabalho do jeito que é. Se nós vamos fazer uma audiência pública com os moradores de rua, né? Tá bom, mas eles vêm aqui? Eles não sabem nem se defender, às vezes. Verdade, vamos ser francos. Não sabem nem se defender, porque todo mundo bate neles. É pau todo dia, “é vagabundo, sem vergonha, é malandro”... Agora na hora de dar a mão aí tem a Casa de Passagem e tem a cultura nossa que tem que mudar. E dizer assim: “ah, fazer caridade com dinheiro alheio”... Não é, é dinheiro público, claro que é, mas é a nossa parte da nossa responsabilidade social de não deixar as pessoas morrerem, não deixar as pessoas abandonadas... E fiz uma pesquisa também, praticamente zero crimes de moradores de rua, é praticamente

zero. E todo mundo tem medo, porque tão sujo, porque às vezes estão bêbados e, vamos ser franco, às vezes eles não são aquela coisa agradável o tempo inteiro, lógico, às vezes bebem. Isso tudo é verdade, mas não é por isso que deve ser abandonado. [...] Então, deixar a Casa de Passagem significa cuidar. Vocês lembram da grande discussão se devia de ser no centro ou não, por que [é] que é ali mais no centro? Porque é mais próximo, não adianta botar as pessoas longe... A gente não se livra, parece aquela coisa do antigamente da lepra, lembra? Parece uma lepra, vocês lembram como era tratado antigamente, né? Jogava as pessoas lá não sei aonde... Então não pode ser assim, na minha avaliação. Então, esse é o apelo, né? Que esse requerimento vá para a prefeitura, vá para a Assistência Social, e que se continue esse trabalho que não tem outra alternativa. Tem outras coisas que a gente pode ir fazendo junto, mas a Casa é uma das portas de possibilidades de saída para vida dessas pessoas, acredito nisso. Aliás, sempre – e para encerrar – sempre dizia assim, que o poder público, ele deve estar aberto principalmente para quem mais precisa e não dá pra dar aquela desculpa “mas ele não quer, ele não quer”. Bem, pode ser que não queira, tem o direito de não querer também. Muitas vezes já apanhou tanto na vida, já foi tão chutado, né, pra lá e pra cá que não vê outra perspectiva aí se tem alguém que acolhe, uma prefeitura, uma câmara, uma comunidade que colabora no sentido de não ver essas pessoas como bandidos e como malandros já é um passo importante. A gente conversa com essas pessoas, são pessoas humanas [...]. Nós temos uma vida razoavelmente boa e essas pessoas, por uma série de coisas que aconteceram na vida, acabam indo pra rua. Então, esse é o apelo, espero que pelo menos esse requerimento chegue na Assistência Social, que se faça uma boa reflexão pra que a Casa continue cumprindo o seu papel. (Sessão de 26/05/2015, Câmara de Vereadores de Brusque).

Solicitando aparte, um vereador do PSD argumentou que, “com o progresso da cidade, cada vez mais vai aumentar os moradores de rua, isso são problemas sociais que vêm junto com o progresso. É lógico que o poder público tem que procurar solução”. Mas, acrescentou,

uma coisa que tem que ser questionada: Casa de Passagem e hospedagem? São coisas distintas. [...] Eu acho que o poder público tem que se preocupar com a questão e verificar. Porque a casa de hospedagem seria pra tratar pessoas, delinquentes que tem problemas até de drogas e outras coisas mais. Então teria que achar um local adequado para se fazer esse tipo de tratamento. Acho que a responsabilidade é do poder público. Então eu vejo, viu?, acabar acho que não dá. Agora tem que ver como solucionar, qual é o encaminhamento a se tomar e, no meu entendimento, deveria haver um desmembramento. Porque a maioria das famílias não querem [sic] ter do lado da sua casa uma casa de hospedagem e passagem. Eu duvido que alguém dos senhores daqui dentro gostaria de ter do lado da sua casa, porque claro que traz problemas para os vizinhos. (Sessão de 26/05/2015, Câmara de Vereadores de Brusque).

Outro vereador do PSD ressaltou a “extrema relevância” do abrigo, mas acrescentando: “acho muito pouco nós discutirmos em função de um requerimento”. Solicitou que o requerimento fosse encaminhado para a comissão técnica da Câmara Municipal, pois estava agendada audiência pública sobre o tema e o secretário de Assistência Social poderia esclarecer os aspectos levantados e dar um parecer para encaminhamentos. A proposta foi aprovada pela maioria, sob protestos do vereador que pedia o encaminhamento à Secretaria de Assistência Social – “depois vai ter a Audiência Pública, votamos a favor, sem problema. Mas

nós estamos querendo que [o abrigo] continue, senão a gente fica enrolando, aí os moradores de rua ficam nessa insegurança também. Então, continua até se decidir de uma vez. [...] Isso já está [há] tempo aqui”.

Enfim, nova Audiência Pública para discussão “da situação dos moradores de rua em Brusque” foi agendada para 17/06/2015 na Câmara Municipal a pedido de vereador do PTdoB. O dito pela nova gestão era de que com base nessas discussões o executivo definiria os rumos do serviço, mas os rumores davam conta que a decisão de encerramento já estava determinada. No abrigo os funcionários e moradores não estavam certos se iriam participar da audiência, pois acreditavam que suas opiniões não seriam relevantes e que a decisão do encerramento já estava tomada.

Na noite de 17/06/2015, a ocasião da Audiência Pública deixou a plateia do plenário municipal quase lotada – aproximadamente 100 pessoas – com objetivo, dito pelo vereador que a presidiu, de “realização de amplo debate em torno dos moradores de rua que se agasalham em ambientes inóspitos e tornam-se causa de insegurança para famílias residentes e domiciliadas no município de Brusque”. Combinei de me encontrar com dois dos moradores do abrigo em frente à Câmara para que pudéssemos assistir à audiência, mas quando cheguei um deles preferiu não permanecer. Então, entramos – eu e Marcos – e nos sentamos mais ao fundo. Marcos tinha por volta de 40 anos, esteve por mais de uma vez no abrigo sendo desligado pela equipe técnica por “falta de empenho na busca por trabalho” – e tinha acabado de receber o benefício do “Aluguel Social”, embora não concordasse com todos os procedimentos empregados no atendimento, não via o encerramento como uma solução.

Entre os presentes se destacavam várias pessoas vestindo uma camiseta com os dizeres “Projeto Vida”, dois funcionários do abrigo, um usuário – Marcos que estava comigo –, membros da Secretaria da Assistência Social – inclusive, alguns que saíram com a mudança de gestores – e profissionais da imprensa local.

A Audiência Pública perdurou por quase três horas e a mesa foi composta pelo presidente da Câmara, o vereador requerente, o Secretário de Assistência Social – também representando o prefeito interino –, o comandante da Polícia Militar, o pastor responsável por uma fazenda de recuperação – mantida pela sua igreja –, o ex-funcionário João – tido como idealizador da Casa de Passagem – e, na plenária, outros vereadores e um professor, representante de um centro universitário local.

O vereador pelo PTdoB que solicitou a audiência foi o primeiro a falar:

A população de moradores de rua vem crescendo e muito em nossa cidade, claro que gerando problemas para a sociedade. É... Como foi realizado no ultimo ano outra audiência com o tema dos moradores que acabavam incomodando o próprio comércio e tomando as praças aqui de Brusque, principalmente do terminal e outros locais e daquela audiência não foram tomadas muitas atitudes para que nós conseguíssemos coibir de alguma forma ou diminuir esse número de moradores de rua. Então, novamente fiz o requerimento para uma nova audiência publica, pois – como já falei – o número de moradores aumentou e nós queremos definitivamente dar solução a esse problema quanto aos moradores de rua e que estão aumentando. Logicamente que com o número da população aumentando, aumenta também os moradores. (Audiência Pública de 17/06/2015, Câmara de Vereadores de Brusque).

O vereador então pontuou a presença na sessão dos internos em tratamento em uma fazenda de recuperação – pela qual o pastor presente e João eram responsáveis – vestindo camisetas com a inscrição “Projeto Vida”. Disse também que alguns vereadores foram pessoalmente ver os trabalhos que tinham por intenção a “recuperação ou ressocialização do morador que, de alguma forma, faz uso de algum tipo de droga”, sendo que, pelo constatado, “a maioria deles aqui faz uso do álcool, praticamente 95% ou 99%, e o número de moradores que faz uso de outras drogas, como crack, cocaína – graças ao bom Deus – o número é menor”. Além disso, continuou, “lógico que vai ser abordado aqui também a Casa de Passagem ou Abrigo Institucional [...] da sua efetividade, e está funcionando ou não. [...] Nós temos sim que resolver esse problema”.

Na sequência, o Secretário de Assistência Social ocupou o púlpito e, com o auxílio de slides – apresentados no projetor – cujo tema era “População de rua e os Serviços de Assistência Social”, iniciou sua fala indicando a definição presente no Decreto 7.053/2009⁸³, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Após a leitura, prosseguiu afirmando:

A principal demanda da situação de rua é a dependência química como álcool e outras drogas. Acontece junto a isso a mendicância, a prostituição, gestantes sem acompanhamento médico neonatal, o não acompanhamento e agravamento de doenças como HIV, hepatite, tuberculose e etc.(Audiência Pública de 17/06/2015, Câmara de Vereadores de Brusque).

Em seguida, leu o previsto na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) sobre os serviços de acolhimento institucional para as pessoas em situação de rua, destacando as categorias Abrigo Institucional – pontuando características residenciais – e Casa de Passagem – pontuando a transitoriedade. Depois passou ao tópico “Atendimento à População de Rua em

⁸³ Referência citação cap. 2.

Brusque”, destacando os 320 atendimentos de Abordagem Social – que “o usuário pode ter sido abordado mais de uma vez” – e encaminhamentos realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), com o número estimado de 100 pessoas em situação de rua vivendo no município.

Isto posto, relatou que a Casa de Passagem abriu em setembro de 2013, em dezembro do mesmo ano passou a ser Abrigo Institucional e contou com oito coordenadores – “a cada 2,7 meses um coordenador trocado dentro da instituição”. “Passaram pelo atendimento técnico 169 pessoas”, apresentando os dados publicados anteriormente pelo jornal *O Município* de 15 de maio. E, salientou que desde a abertura, “o público alvo é praticamente o mesmo, poucas pessoas integradas conseguiram superar sua condição e ser reinseridas”. E, nas considerações finais, ressaltou que o critério para permanência no abrigo era a “adesão”, sendo que a determinação de permanência era feita com base na avaliação da equipe técnica – composta de psicólogo e assistente social –, mas, pela ponderação realizada, “não pelos critérios técnicos como se deveria”, situação que – segundo ele – deixava os usuários “acuados” ocasionando a “baixa adesão” ao atendimento e o “alto custo para manutenção”.

Após essa avaliação negativa do atendimento prestado pelo abrigo na gestão anterior, o secretário apresentou o que chamou ser “a alternativa proposta por esse governo” que visava a inserir o morador de rua nos benefícios de passagem, aluguel social, educação e cursos profissionalizantes, tratamento de saúde para os não dependentes químicos e “parcerias com comunidades terapêuticas para pessoas socialmente desamparadas por meio de convênio, juntamente com aperfeiçoamento da equipe técnica responsável pelo atendimento por meio de parcerias com entidades que realizam ações voltadas a essa população”.

Na sequência, o coronel da Polícia Militar usou do espaço, afirmando que “a Polícia Militar constantemente é solicitada [...] por reclamações que há moradores de rua [...] em vários locais utilizando bebida alcoólica, drogas e às vezes fazendo brincadeiras com as pessoas que passam: os transeuntes”. No entanto, “não é uma situação na maioria das vezes, onde há necessidade de se conduzir a uma delegacia, porque não há um crime, nem uma infração”. Só que, ao mesmo tempo,

o policial naquela situação [questiona] ‘para onde eu levo o cidadão, né? O que [é] que eu faço com esse cidadão?’ Até porque o morador de rua é um problema social, muito mais... acredito que é tão somente problema social e não problema policial”. [...] Temos que evidentemente tratar com dignidade essas pessoas, mas também temos que dar uma resposta para a sociedade que nos clama por uma solução, e aí fica aquele impasse. [...] Há até um perigo de esses moradores serem hostilizados, pode acontecer isso, ninguém está escape que isso aconteça. [...] Então, tem que se

buscar uma solução e novamente eu digo, fica a Polícia Militar numa situação extremamente complicada, nós não queremos ser repressivos, nós queremos atuar dentro da legislação. Mas dentro hoje da legislação nós não atuamos, porque se nós tivermos uma situação de morador de rua, nós infelizmente não vamos fazer muita coisa, porque ou se coloca ainda lá na Casa de Passagem ou não se faz muita coisa. Então, eu acredito que tem que ser buscado uma solução. [...] Como eu falei, são moradores de rua, mas logicamente nós temos que resguardar a dignidade dessas pessoas e buscar juntos uma solução melhor para que a gente possa resolver ou pelo menos minimizar esses problemas para que no futuro a gente não se arrependa por uma omissão ou um ato falho por não ter feito algo para atacar esse problema. (Audiência Pública de 17/06/2015, Câmara de Vereadores de Brusque).

Depois foi a vez do pastor, que ressaltou o trabalho que vem realizando “nos últimos 14 anos” de levar “o lado espiritual” aos presídios da região, e “também trabalhamos com moradores de rua” através da fazenda, assinalando a presença dos que vieram participar da audiência.

E sobre a Casa o que eu tenho a dizer, a primeira coisa sobre a Casa, é que uma coisa fundamental, a Casa devia ser numa área rural, não numa área urbana. Eu tenho uma fazenda lá é muito prático para trabalhar com eles na área rural. Em área urbana fica muito difícil e o maior erro que eu acho é uma opinião minha é deixar o residente sair na parte da manhã, ele vem, ele janta, ele dorme na casa e pela manhã ele sai e ele vai usar drogas, vai incomodar a população como o policial falou aí, trazendo uma destruição para a sociedade também. Então, como é que você vai trabalhar com uma pessoa alcoolizada?

Nós do Conselho de Pastores de Brusque (COPAB), eu represento o COPAB os pastores da cidade de Brusque, nós estávamos fazendo um trabalho toda sexta-feira à noite lá [no abrigo] na área espiritual e também trabalhando na prevenção da droga, e chega lá tem 27 pessoas internadas, apenas 7 vieram no trabalho nosso lá, 20 estavam alcoolizadas e drogadas. [...] Então, é difícil. Eu prefiro fazer 30 cultos no presídio mais não na Casa de apoio, porque não tem como trabalhar com a pessoa drogada e alcoolizada. [...] E eu tive lá algumas sextas-feiras fazendo o trabalho e nós fomos assim muito mal recebidos pelos próprios alunos, porque eles estão drogados é ruim trabalhar com pessoa alcoolizada, você sabe que é difícil. Então, na fazenda primeira coisa, entrou para dentro, não sai mais. [...] Então, vocês tem que talvez mudar o regime da Casa fazer uma parceria para tirar de circulação. [...] É um trabalho de começo, meio e fim. Isso é fundamental e muitos não tem nem mesmo para onde ir que tão por aí. [...] Eu, se eu quiser internar, eu interno 50 por semana, eu boto 100 lá dentro. Mas isso é um trabalho não de quantidade é um trabalho mais de qualidade, de corpo a corpo com a pessoa. Então, eu sou a favor que a Casa fique aberta, eu sou a favor só que tem que mudar algumas coisas. [...] A glória é do senhor, mas a alegria é minha, são vidas e vidas não tem preço. Hoje eu acho que é muito papel, é muita burocracia, mas fazer mesmo na realidade tem pouca gente. Deus abençoe vocês. (Audiência Pública de 17/06/2015, Câmara de Vereadores de Brusque).

Depois do pastor, João ocupou o púlpito e começou agradecendo pela sua sobriedade – “já passei algumas dificuldades nessa vida, mas nem por isso eu deixei de ficar limpo” – e pediu para que as “as pessoas das igrejas que nos apoiam nesse trabalho que ficassem de pé” – 80% da plateia se levantou – convidando o restante a dar “uma salva de palmas para eles”,

pois “a felicidade é deles quando eles começam a se recuperar”. Enquanto isso, o projetor mostrava fotos da distribuição de alimentos e encontros com moradores de rua.

Toda segunda-feira com chuva com sol a gente vai nos mocó. Graças à Deus, nós estamos aí. [...] Não se compra recuperação, recuperação se conquista. [...] O pastor tem uma fazenda mora com 29 que roubaram que mataram que as pessoas dizem “oh, botar ladrão dentro de suas casas, ele mora junto, come a mesma comida”[...]. Porque quando nos fizemos o trabalho de rua, com a permissão deles, nós damos o endereço, nós damos uma referência. [...] Basta tu querer mudar de vida, nós vamos te levar para uma comunidade terapêutica [...].

Então irmão, sabe por que nós estamos aqui? Não estamos para discutir com prefeito, com vereadores, com nada, nós estamos aqui para vocês vereadores, para o prefeito – que está hoje, se vai ficar ou não –, o problema é para a cidade de Brusque, problema é nosso, que nós se unisse [sic] e desse um rumo para essa Casa e desse um rumo para essas pessoas. Se vocês for acompanhar nosso trabalho de rua... O CREAS tá lá, eles fazem um trabalho na praça. O CREAS faz um trabalho ali, o trabalho no mocó é outra história, meu querido. É intimidade, nós vamos indo, damos a comida, damos a pasta de dente. Vamos indo, conversando até gerar nele um querer que ele querer um tratamento... Porque se tu não quiser, não adianta mais nada, não adianta, não adianta por um revolver que ele não vai querer, é através do amor, é através da oportunidade e é isso que a igreja tem dado.

Só que a igreja não consegue salvar o mundo, a igreja precisa da prefeitura, a igreja precisa dos vereadores, a igreja precisa do recurso. Porque às vezes a fazenda do pastor tá lotada, mas se o cara ficar na casa 15 dias, [...] abre uma vaga [...]. Não dá pra deixar é na rua, irmão. Ah, mas é 63 mil mal administrado, esse é outro assunto... Irmão, eu trabalhei naquela Casa de Passagem dois meses. Eu estava na feijoada do PT, eu parei no lado do prefeito e disse para ele assim “me dá uma chance de entrar dentro dessa Casa”, eu disse isso, “me dá uma oportunidade”, “e ele me deu, eu entrei”. Tinha seis lá dentro eu sai com 27, nove fazendo CAPS. Com meu carro eu levava as pessoas no CAPS, com meu carro. Eu provo no meu cartão de crédito e no mês que eu recebi pela prefeitura eu gastei 600 reais de combustível com meu carro levando. Sabe por que? Porque o CAPS funciona, o CAPS funciona. Eu levei com meu carro pessoas de dentro da fazenda, porque a fazenda funciona. [...] Hoje eu sou exemplo para minha família. Hoje eles ligam pra mim para me pedir conselho, mas por que? Mas eu ando com pessoas que querem mudança de vida, vocês não vão me ver no bailão aí, na parada, sabe por que? Eu não sou super-homem se eu ficar lá eu caio. Eu preciso estar com pessoas que me ajudam na recuperação, eu preciso estar com pastor – “deixa em juntar com o senhor, deixa eu trabalhar com o senhor”.

Essa Casa de Passagem – queira quem dizer ou não –, essa Casa de Passagem, pode não ser a forma como ela está, ela nasceu dentro de uma garagem que nós chamamos o prefeito e nós mostramos para o prefeito foi lá que lançamos. Foi lá que nós falamos pra ele: uma casa de apoio, aí deram um nome de Casa de Passagem. Irmão, se vocês pega autoridade e falar com quem tá trabalhando na rua, na rua e com quem tá trabalhando dentro de uma comunidade e conversar com o doutor que tá no CAPS. Nós vamos chegar a uma solução [...]. Porque eu não entendo, eu não sirvo pra ser vereador, eu vou tomar a maior surra aqui, eu não sei... Agora pode botar um drogado aí que eu sei ir nele, eu vou falar a língua dele. Eu sei a hora que vou dizer para ele sim e não. [...] Porque, irmão, nós sabemos, ninguém chama eles de bêbados, alcoolatras de vagabundos, de nada, porque não é assim... [...] Por isso que tu nunca pode chegar aqui e dizer vamos internar. Não, cara, primeiro ganha, primeiro conquista, quando tu conquistar, ele sai e vai dizer pra ti igual disse agora o cara que mais incomoda essa cidade falou pra nós [...], “me ajuda”. [...] Eu queria pedir uma coisa pra vocês com carinho, nós não viemos aqui para levantar bandeira de partido e nem para levantar tese e nem pra discutir, nós viemos aqui para nos unir em prol de vidas [...]. Porque se eu estou aqui é porque pessoas me ajudaram, então eu queria pedir pra vocês do fundo do meu coração, eles mudam se nós mudar o nosso conceito. Se nós mudar a nossa atitude, eles mudam e Deus – pra encerrar –

seja ou não religião, Deus não veio pelos doutores, só pros doutores, Deus veio pra todos.

Irmão, as pessoas que estão no fundo do poço se tu for conversar com eles, eu não sou psicólogo, nem psiquiatra, mas tu pode puxar, ele vai te contar um monte... Um foi estropado [sic], o outro o pai não sei o que, tem uma historia, irmão, ninguém vai pro fundo do poço de graça e outra coisa, a droga não presta? Quem falou que droga não presta? Droga é muito bom usar, sabe por quê? Ele te tira, a droga é uma fuga, tu não precisa resolver os problemas, tu não precisa encarar nada, tu não precisa resolver nada e maior droga que tem aí o governo ganha imposto, todo aquele que cheirou uma vez, se torno dependente e fumou maconha, se ele voltar a beber, ele não fica de pé. Me traz um que volta a beber e que fica de pé. Queria agradecer a Deus pela oportunidade, queria agradecer as pessoas que eu pedi para estar aqui, as pessoas que eu fui na igreja pedir não é por mim. E sabe por que eu tô aqui? Porque se eu não defender isso, irmão, eu vou voltar a usar. Porque se Deus me tirou do lodo, foi pra dizer “não filho, vai lá que tu és testemunho” e tá aqui o nosso trabalho. Vida irmão, acreditar em vida. Você tem um filho hoje, glória a Deus porque o filho não tá na droga, mas abre os olhos hein, porque o ladrão, o mal tá ao nosso redor, ele como entrou na minha família pode entrar na tua é só tu não cuidar. [...] Sem querer alguém oferece quando experimenta a primeira vez – e pra encerrar de verdade – abre o olho autoridades, Brusque não tem Crakcolândia. [...] Tem pessoas que usam, mas não tem ponto, não deixa se criar, não deixa se criar. Se deixa se criar não tem mais solução hein, amém? Muito obrigado que Deus abençoe a família de vocês. *sic.*(Audiência Pública de 17/06/2015, Câmara de Vereadores de Brusque).

Essas falas, da mesma forma que na audiência realizada anteriormente, apontaram em distintas direções, mas então unânimes em outro sentido. O vereador requerente expôs o problema que causam os moradores de rua e o nada feito desde a audiência anterior; seguido do secretário da nova gestão confirmando que o atendimento não funcionava e do policial que – não declaradamente – disse que a única solução da polícia era a repressão; o pastor então disse que o problema era a localização e a “liberdade” dos residentes; e João que, de forma geral, ressaltou que era necessária “intimidade” para conquistar pessoas ao tratamento.

Assim, a unanimidade foi que o serviço do abrigo no atendimento às pessoas em situação de rua era ineficiente e que “a técnica” não dava conta de atender às demandas. Se antes, de um lado, houve um esforço e investimento na técnica e profissionalização da assistência social, de outro, o enleio com a esfera religiosa – mediada por João em contato com a igreja e suas ações – permitiu que a perspectiva religiosa ficasse mais legítima e a ligação mais íntima, então, passaram a questionar a perspectiva do atendimento mediado pela secretaria, suas práticas e técnicas vistas como equivocadas. Mesmo que o posicionamento dos convidados a tratar do assunto não fosse de extinguir o abrigo, assinalavam o seu funcionamento equivocado.

Passados os discursos de abertura, o microfone foi aberto para o pronunciamento da plateia. O primeiro inscrito foi o presidente da Associação de Moradores da Rua Hercílio manifestando que desde o começo os vizinhos foram contra que a Casa de Passagem se

instalasse naquela rua e ressaltou que nunca foram contra “quem seria eu [para] chegar aqui e dizer que um drogado ou alguém que precisa de ajuda não mereça? De forma alguma”. Mas, reforçou o argumento de que esse trabalho deveria ser em local afastado do centro da cidade – “a Casa de Passagem está num lugar totalmente errado, inconveniente [...] e hoje vimos nós vimos aqui um excelente projeto representado pelo pastor. [...] Se tem um projeto eficiente nós temos que apoiar”. E foi seguido de outros relatos – em tom de testemunho – de superação dos vícios e situação de rua de algumas pessoas que foram acolhidas pela fazenda administrada pelo pastor e que vestiam a camiseta do “Projeto Vida”.

Dessa audiência o encaminhamento final – feito pelo vereador requerente – aludiu que a solução fosse o fechamento da Casa, com todos os seus gastos, o convênio para tratamento de dependência química nas comunidades terapêuticas e, caso necessário, a internação compulsória. Mas, embora o discutido fosse nessa direção, a decisão efetiva pelo encerramento do abrigo foi firmada após alguns dias, em 02/07/2015, através do destaque em primeira página do jornal *O Município*: “O fim da Casa de Passagem”.

A reportagem indicou que, segundo exposição do secretário, “o fechamento foi concretizado por meio de estudos técnicos e da audiência pública, por causa do alto custo e por aquilo que a casa tem ofertado”, completando, “a melhor forma é recuperar o indivíduo, e não simplesmente fazer com que ele coma, durma e volte ao ambiente da rua” (Jornal *O Município*, 02/07/2015, p.7). No abrigo a recepção da notícia foi no sentido de confirmar o que já esperavam. Alguns moradores foram para outras cidades, outros receberam o benefício de “aluguel social”, outros encaminhados a centros terapêuticos e outros retornaram para as ruas. O encerramento do abrigo ocorreu em 30/09/2015.

Nesse sentido, é possível dizer que a fala dos vereadores de partidos mais conservadores se conjugaram na mesma direção dos protestos iniciais, quando do anúncio de implementação do projeto e contrárias ao posicionamento da gestão que efetivou o atendimento. De certo modo, as falas de João e do pastor se colocam entre esses dois posicionamentos e talvez por isso tenham maior eficácia. Tirar as pessoas da rua e levar para longe “das vistas” da população contenta aos mais conservadores; o tratamento oferecido contenta quem, de um modo ou outro, acha que é necessário ajudar essas pessoas; e o estabelecimento de “parcerias” – convênio entre prefeitura e entes privados – é compatibilizado pela legislação, enquanto algumas responsabilidades continuam a cargo do

poder público. Mas, muito importante, é que em nenhum momento dos debates, os principais interessados, os próprios usuários, têm vez ou voz.

O convênio estabelecido seria mediado pelos diagnósticos e acompanhamentos médicos do CAPS, Secretaria de Saúde e, conforme a peculiaridade de cada caso, pelos serviços socioassistenciais.

No presente capítulo busquei mostrar como a implementação se faz na existência de uma multiplicidade necessariamente dinâmica (SCHUCH, 2005, p.22), seja através de perspectivas semelhantes ou distintas postas em relação e de diferentes concepções das pessoas em situação de rua. Assim, houve a mudança quando o atendimento já estava, de alguma maneira, estabelecido e a alteração de sua concepção nas duas gestões que ocuparam a prefeitura. Embora, mesmo com dificuldades, enquanto na primeira houve pretensão de atender a um público não contemplado anteriormente pela rede da Secretaria de Assistência Social, na segunda essa dificuldade se transformou em impossibilidade, quando prevaleceu decisões de quem observava as causas da situação de rua como decorrentes de decisões equivocadas somente individuais.

No caso aqui analisado as apropriações do atendimento, mediadas pela criação e manutenção da Casa de Passagem, firmaram nas “parcerias” – entre poder público e igrejas – a sua eficácia. Mas, ao mesmo tempo, os parâmetros da *política pública* – definidas em nível federal – regulavam e limitavam a interferência da perspectiva religiosa no atendimento, definido pelos técnicos da Secretaria de Assistência Social.

Entretanto, nesse (re)estabelecimento de “parcerias”, as igrejas só puderem, de certo modo, assumir o abrigo, por já terem relações estabelecidas diretamente com a prefeitura. De outra forma, não teriam apresentado – pela primeira vez em 2012, no evento ecumênico – o projeto de criação da Casa de Passagem, com o consentimento e participação do prefeito. E, ainda, sem a contestação de que o projeto fosse fruto de uma pessoa ligada às igrejas, apesar da vinculação com o estabelecido em uma política nacional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento da implementação do Abrigo Institucional em Brusque/SC permitiu uma reflexão sobre as tensões no atendimento destinado às *peessoas em situação de rua*, conectando perspectivas em um contexto particularmente conflituoso de efetivação e conjuntamente sobre a construção de diretrizes locais para o preconizado em nível federal da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Assim, busquei descrever como as tensões surgiram e se propagaram em diferentes planos envolvendo manifestações de oposição ao serviço, enfrentamentos entre concepções de servidores públicos e destinatários do serviço, a priorização de arranjos rivais na política municipal e o reconhecimento das minhas próprias percepções no esforço de estabelecer uma relação com os atendidos.

O processo de visibilidade dos “moradores de rua” decorrente da implantação de uma política pública especializada para atendê-los provocou, ao mesmo tempo, a evidência de certa “sensibilidade do medo” expressa no “perigoso impacto” que a localização central do equipamento provocaria para a vizinhança e, conseqüentemente, a produção específica de um “perfil” dessa alteridade com a projeção de estereótipos descolados de maiores percepções conjunturais ou mesmo da possibilidade do atendimento como garantia de acesso para promoção da “universalização dos direitos sociais” para o “enfrentamento da pobreza” – como preconiza a lei da Assistência Social (BRASIL, Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993).

Contudo, não quer dizer que antes não houvesse *peessoas em situação de rua* na cidade, mas sim que a relação estabelecida entre esse público e a prefeitura era diferente e não formalizada, dando-se através de medidas mais pontuais e por intermédio de ações, na maioria das vezes, vinculadas às igrejas. Então, o projeto da nova estrutura se deu, por um lado, para atender a demanda reconhecida na “parceria” com as igrejas e, por outro, no incremento dos serviços previstos da Secretaria de Assistência Social municipal e, conseqüente, possibilidade de maior repasse de recursos das esferas estadual e federal.

As repercussões dos anúncios de criação da Casa de Passagem sinalizaram o entrelaçamento dos objetivos de uma política assistencial com considerações de viés moral que certificavam quem “merecia” ou não o atendimento com base no compartilhamento de supostos “valores culturais” que a população “de Brusque” possuiria – como de “trabalhadores” – em contrapartida aos “vagabundos” que se atrairiam pela cidade em

decorrência desse atendimento. Logo, o argumento para defender a construção passou a focar na transitoriedade e na submissão das regras do acolhimento que teria por característica o conhecimento e encaminhamento qualificado – por equipe técnica – para tratamentos de saúde e/ou dependência química, inserção no mercado de trabalho e restabelecimento de vínculos familiares.

Todavia, ora a iniciativa era de um “idealizador”, ora da própria prefeitura municipal – ambos por intermédio de “parcerias” entre poder público e igrejas. A ligação com a esfera nacional só veio para somar ao argumento da defesa frente à oposição e aí como um “direito”, embora sem menção específica. E os opositores, em face da criação, passaram a ser contra a localização “privilegiada” prevista e a desqualificar moralmente os atendidos, associando ao crime, problemas psicológicos, preguiça e a drogadição – posicionamentos também corroborados pela maioria dos vereadores. De certa forma, denunciando a distância entre concepções da política e a realidade de sua efetivação e vice-versa.

Certamente os processos de construção de “direitos” através da especialização na lei “mais do que instrumento de luta política, [...] se transformam [...] em ferramentas de pacificação social” por intermédio de uma “noção apolítica” com “propriedades naturais e universais” que pouco dialoga com a realidade concreta dos relacionamentos sociais (SCHUCH, 2005, p.304-305). O que também instaura o paradoxo percebido pela antropóloga Patrice Schuch (2005, p.208), entre práticas inclusivas e excludentes, no caso dela em relação à criança e adolescente, mas também percebido aqui: “ao mesmo tempo em que [...] são definidos como portadores de direitos, tal definição firma uma situação de excepcionalidade”.

A efetivação do serviço – investido de diversas expectativas – mostrou que a equação era ainda mais complexa, pois a difícil relação entre os atendidos e os servidores públicos, e entre si, impunha uma série de revisões que diziam respeito especialmente às necessidades e usos feitos do atendimento. Mas, também decorrente da convivência de diferentes estratos sociais e perspectivas que colocava gestores e servidores de um lado e usuários de outro; estando no primeiro polo a capacidade de decisão frente à suposta inabilidade social do segundo polo, relegado somente a métodos “errôneos” de proceder.

Nesse sentido, a proposta de “internação” proporcionada pelo abrigo, embora não tivesse por intenção isolar ou encarcerar seus usuários do restante do mundo, guarda resquícios dos tratamentos manicomiais de hospitais psiquiátricos como observou Robert

Desjarlais (1997)⁸⁴ em sua etnografia sobre um abrigo em Boston, nos Estados Unidos. Características tais como o fornecimento de “hospedagem, alimentação e serviços psiquiátricos”, aliadas à construção de um plano de ação promovido e supervisionado por uma equipe regulamentando as atividades diárias “com uma ampla gama de ‘ajustes secundários’ e de atividades” (DESJARLAIS, 1997, p.35 – tradução minha). No entanto, esse modelo “desinstitucionalizado” se funda justamente através de uma rede de referenciais com constantes influências, tais como atendimentos de saúde e hospitalares, centros de reabilitação religiosos, clubes sociais e outros programas assistenciais (*idem*).

A contradição do atendimento que possibilitava o acesso à estrutura estatal socioassistencial – e por seu intermédio a outros encaminhamentos – submetia os atendidos a certo “controle” exercido por funcionários e gestores do serviço evidenciando tensões e concepções diferentes de Estado. Por isso as dificuldades, acrescidas das situações de embates vivenciadas, corroboravam para um “embrutecimento” que impossibilitava uma relação já difícil, havendo uma espécie de conformação e patologização dos usuários que focou mais nos “malefícios que pode causar, do que na natureza dos malefícios que pode atingi-lo” (SCHUCH, 2005, p.299). Então “como é possível afirmar a democracia e os direitos dos cidadãos e, ao mesmo tempo, ter o medo e o encarceramento como principais reações frente ao ‘outro’?” (*Ibid.* p.300).

A tentativa de luta por certa melhoria no atendimento com a consolidação de algumas “parcerias” e comprometimentos perdeu forças com a mudança na administração municipal, colocando, assim, os principais opositores do legislativo como responsáveis pelas decisões executivas, de modo que a internação passou a resolver aparentemente o problema mais imediato de afastar as pessoas em situação de rua dos olhos e das áreas mais centrais da cidade.

Nesse sentido, pensar a política pública através das ações desenvolvidas “na ponta” ajuda a indicar que ela própria é uma relação e seus movimentos são construídos continuamente por todos os envolvidos – agentes públicos, religiosos, destinatários e opinião pública. Noção essa que passa por muitas imbricações de perspectivas, interpretações e ressignificações e, ajuda a pensar também, a dificuldade da assistência social em consolidar-se enquanto direito de todos.

⁸⁴ Mas, sem barreiras entre o mundo e a instituição – bem como “a ausência de uma ruptura inicial com o passado” – o fazem uma “instituição não-tão-total” nos moldes do estudado por Erving Goffman (*apud* DESJARLAIS, 1997, p.35 – tradução minha).

REFERÊNCIAS

BEVILAQUA, Ciméa B. **Etnografia do Estado**: algumas questões metodológicas e éticas. Curitiba: Campos (UFPR). v. 3, 2003, p. 51-64.

BONETTI, Alinne de Lima. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem**: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife – PE. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

BORGES, João Bosco Oliveira. **Quando Curitiba perdeu a cabeça**: uma etnografia da controvérsia em torno da “guerra do pente”. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2014.

BRASIL, **Lei nº 8.742** de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em 23 set. 2015.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Mental no SUS**: Os centros de atenção psicossocial. 2004. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saude_mental/pdf/sm_sus.pdf>. Acesso em 20 out. 2015.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 10 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica de Serviço Social – NOB/SUAS. Brasília: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Cartilha 1: SUAS** – Orientações acerca dos conselhos do controle social da política pública de assistência social. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Cartilha 2: SUAS** – Implicações do SUAS e da gestão descentralizada na atuação dos conselhos de assistência social. Brasília: MDS, 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social. **Manual de Instruções, Diretrizes e Procedimentos Operacionais para Contratação e Execução de Programas e Ações da Secretaria Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Manual de instruções, diretrizes e procedimentos operacionais e execução de programas e ações da Secretaria Nacional de Assistência Social**. 2010. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/fnas/wp-content/uploads/2014/08/MANUAL-DE-DIRETRIZES_MDS-X-CAIXA_2015_28-05-2015.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS** Anotada e Comentada. Brasília: [2006]. (Reimpresso em 2011).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Texto de orientação para o reordenamento do serviço de acolhimento para população adulta e famílias em situação de rua**. 2012. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/mural/arquivos/texto-de-orientacao-reordenamento-pop-rua-08-05-2012.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2014.

BRUSQUE, **Edital nº 1/2013**. Disponível em: <<https://site.pciconcursos.com.br/arquivo/1243447.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2015.

BRUSQUE. **Edital de credenciamento nº 002/2015 e Processo licitatório nº 019/2015** – Fundo Municipal de Saúde.

BRUSQUE. **Plano Municipal de Assistência Social**: quadriênio. 2010-2013. 2010. *Ibid.* 2014/2017. 2013.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império**. Brusque: Sociedade Amigos de Brusque, 1958.

CÃES atacam moradores da Hercílio Luz. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 14 mai. 2015.

CÂMARA DE VEREADORES DE BRUSQUE. **Audiência Pública de 05/06/2014. Sessão de 05/05/2015. Sessão de 16/04/2013. Sessão de 23/04/2013. Sessão de 25/04/2013. Audiência Pública de 17/06/2015. Sessão de 26/05/2015**. Atas e Áudios disponíveis em <www.camarabrusque.sc.gov.br>. [Oitiva presencial da autora].

CARTA do vice-presidente da Associação de Moradores da Rua Hercílio Luz. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 02 set. 2013.

CARTAS, Seção de. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 14 jan. 2013. p.3.

CARTAS, Seção de. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 25 abr. 2013. p.3.

CASA DA DISCÓRDIA. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 26 abr. 2013.p.13-14.

CASA DE PASSAGEM é lançada em Brusque. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 10 abr. 2013. p.27.

CASA DE PASSAGEM: o dilema. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 11 mai. 2015. p.4-5.

CASTRO, Maria Soledad Maroca de. **A integralidade como aposta: etnografia de uma política pública no ministério da saúde**. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) - Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

DEFESA CIVIL. Registro do número de abrigados na Casa de Passagem. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 22, 23 e 24 jul.2013.

DESJARLAIS, Robert. **Shelter blues: sanity and selfhood among homeless**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997. p.35.

- DIRETAS E INDIRETAS. Jornal **O Município**, Brusque - SC, 17 abr. 2013. p.3.
- DIRETAS E INDIRETAS. Jornal **O Município**, Brusque - SC, 21 mar. 2013. p.3.
- DIRETAS E INDIRETAS. Jornal **O Município**, Brusque - SC, 30 abr. 2013. p.3.
- DIRETAS E INDIRETAS. Jornal **O Município**, Brusque - SC, 19 abr. 2013.p.3.
- DIRETAS E INDIRETAS. Jornal **O Município**, Brusque - SC, 22 mai. 2013.p.3.
- ENTREVISTA com o Prefeito. Jornal **O Município**, Brusque - SC, 07 jun. 2013.
- EVENTO ECUMÊNICO vai lançar projeto da Casa de Passagem. Jornal **Em Foco**, Brusque - SC, 13 nov. 2012. p.9.
- FASANO, Patricia (2010). “Diario de los laberintos del chisme (y sus incomodidades) en un barrio popular”. In: SCHUCH, P., VIEIRA, M. & PETERS, R. (orgs.) **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 140-141.
- FIM da Casa de Passagem. Jornal **O Município**, Brusque - SC, 02 jul. 2015. p.7.
- FONSECA, Cláudia. **Direitos dos mais e menos humanos**. In: Horizontes Antropológicos 10: 83-122, 1999. Disponível em: < <http://files.claudiafonseca.webnode.com.br/200000035-07f6308ee6/Direitos%20dos%20mais%20e%20menos%20humanos,%201999.pdf> >. Acesso em 20 jan. 2015.
- FONSECA, Claudia. **O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”**. In: SCHUCH, P., VIEIRA, M. & PETERS, R. (orgs.) **Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo**. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2010.
- FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 2004.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989. p. 35.
- GRUPIA. **Grupo de Proteção da Infância e Adolescência de Brusque/SC**. Descrição disponível em: < https://www.facebook.com/grupiabrasque/info?tab=page_info >. Acesso em: 16 mai. 2015.
- IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- Jornal **O Município**, Brusque - SC, 02 jul. 2015.
- Jornal **O Município**, Brusque - SC, 26 jul. 2013. p.12A.
- LAPOLLI, Ana Paula. **Lotes coloniais e loteamentos: a influência da divisão da terra do período colonial sobre a estrutura fundiária e o sistema viário atuais de Blumenau**. SC: 1999.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o Social**. Salvador, BA: EDUFBA, 2012.

LEITÃO, Paula. **Estrutura inovadora para Brusque é anunciada**. 08/12/2012. Disponível em: <<http://www.brusque.sc.gov.br/web/noticia.php?id=6513%7Cestrutura-inovadora-para-brusque-e-anunciada>>. Acesso em: 05 mai. 2015.

MARQUES, Ana Claudia and VILLELA, Jorge Mattar. **O que se diz, o que se escreve: etnografia e trabalho de campo no sertão de Pernambuco**. *Rev. Antropol.* [online]. 2005, vol.48, n.1, pp. 37-74. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012005000100002>>. Acesso em: 20 out. 2015.

MELLO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. **A rua e a sociedade: articulações políticas, socialidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2011.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/>>. Acesso em: 02 out. 2015.

PEREIRA, Eduardo. **Casa de Passagem**. 09 abr. 2013. Disponível em: <http://brusque.sc.gov.br/web/noticia.php?noticia=7187:Prefeitura_de_Brusque_anuncia_criacao_da_Casa_de_Passagem>. Acesso em: 05 mai. 2015.

PORTAL BRASIL. **A institucionalização da política de assistência social no Brasil**. 06 jul. 2011. Disponível em: <<http://blog.planalto.gov.br/a-institucionalizacao-da-politica-de-assistencia-social-no-brasil/>>. Acesso em: 20 out. 2015.

Rádio Cidade AM, 18 abr. 2013. Disponível em: < <http://rc.am.br/>>. Acesso em 01 out. 2015.

Rádio Diplomata FM. Disponível em: < <http://www.diplomatafm.com.br/> >. Acesso em 01 out. 2015.

REIS, Marcelo. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 20 jun. 2013. p. 12A - 13A.

RUI, Taniele Cristina. **Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2012.

RUI, Taniele Cristina. **Usos de “drogas”, marcadores sociais e corporalidades: uma perspectiva comparada**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2007.

SCHELIGA, Eva Lenita. **Educando sentidos, orientando uma práxis: etnografia das práticas assistenciais de evangélicos brasileiros**. Tese (Doutorado em Ciência Social: Antropologia Social) – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

SCHUCH, Patrice. **A Judicialização do Amor: sentidos e paradoxos de uma justiça engajada**. vol. 9. Curitiba: Campos (UFPR), 2008, p. 829.

SCHUCH, Patrice. **Justiça, Cultura e Subjetividade: tecnologias jurídicas e a formação de novas sensibilidades sociais no Brasil**. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de marzo de 2012,

vol. XVI, nº 395 (15). Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn395/sn39515.htm>>. Acesso em: 06 out. 2015.

SCHUCH, Patrice. **Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-ECA**. Tese (Doutorado Antropologia Social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5. Brasília: jan-jul de 2011, pp. 217-243. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-33522011000100009>>. Acesso em: 21 set. 2015.

SCOTT, James C. Formas cotidianas de resistência camponesa. In: **Raízes, Campina Grande**. vol. 21., n. 01, p. 10-31, jan/jun 2002. Brasília: jan-jul de 2011. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_86.pdf>. Acesso em: 21 set. 2015.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.

TV Brusque, 25 abr. 2013. [TV aberta - Entrevista com os moradores da Rua Hercílio Luz].

VIANNA, Anna Catarina Morawska. **Os Enleios da Tarrafa: etnografia de uma parceria transnacional entre ONGs através de emaranhados institucionais de combate à pobreza**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – São Paulo: USP, 2010.

VIZINHOS fazem manifestação contra Casa de Passagem. **Jornal O Município**, Brusque - SC, 25 abr. 2013.

ZALUAR, Alba M. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.